

**A INSERÇÃO DOS IMIGRANTES
NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO**

**Leonardo Cavalcanti
Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Tânia Tonhati**



OB Migras

Observatório das
migrações internacionais

Relatório Parcial

A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar esse texto:

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

Contato: obmigra@gmail.com

URL: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>

Apoio:



Conselho Nacional
de Imigração | CNIG



Apresentação

A presença de imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil vem crescendo exponencialmente nos últimos anos. Segundo os dados analisados nesse documento, durante o período 2011-2013, constata-se um aumento da presença de trabalhadores estrangeiros no país. Nesse curto, mas intenso período de chegada de imigrantes, o mercado de trabalho absorveu essa população, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação. Esses fluxos imigratórios no Brasil são cada vez mais diversificados e com diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras.

Os resultados aqui apresentados vêm somar-se às muitas pesquisas realizadas no nosso país sobre o fenômeno migratório e visa preencher uma lacuna: *a análise da relação entre imigração e mercado de trabalho*. Nesse sentido, o documento cumpre o seu objetivo que é mostrar a caracterização da imigração contemporânea no Brasil a partir da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Três são as bases de dados que são analisadas. Por um lado, duas bases que pertencem ao Ministério de Trabalho e Emprego: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todos os empregadores e abrange o território nacional. A outra base do Ministério de Trabalho e Emprego são os registros da CGIg/CNIg (Coordenação Geral de Imigração/Conselho Nacional de Imigração) que concedem autorizações temporárias ou permanentes para permissão de trabalho e/ou residência no país. Por outro lado, estão as bases de dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos anos 2000 e 2010.

A efeitos de organização, o texto está dividido em cinco partes. Na primeira é realizada uma caracterização geral da presença dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, a partir do diálogo com diferentes aproximações teóricas sobre imigração e trabalho. Na segunda, terceira e quarta partes são analisadas as bases do IBGE, RAIS E CGI/CNIg, respectivamente. Na quinta e última parte, constam as relações entre as três bases de dados analisadas e apontam-se os desafios identificados para a harmonização das diferentes bases que tocam o tema da imigração no Brasil.

Por último, não é possível deixar de referir-se a esse documento sem destacar o intenso trabalho realizado pela equipe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e agradecer a generosa colaboração das diferentes equipes do Conselho Nacional de Imigração CNIg, da Coordenação Geral de Imigração (CGI) e aos demais órgãos do Ministério de Trabalho e Emprego que gentilmente permitiram acesso as bases de dados, sem as quais não poderia ter sido realizado este trabalho.

Paulo Sérgio de Almeida
Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

SUMÁRIO

1. Sumário

1.	Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Caracterização e questões teóricas.....	11
1.1	Diversificação dos fluxos e características sociodemográficas	13
1.2	Inconsistência de status. Disparidades entre formação acadêmica, atuação profissional e renda.....	15
1.2	A curva em U (U-Shaped)	16
1.4	A circulação, via empresas multinacionais, de trabalhadores qualificados	17
1.5	Nichos de trabalho	19
1.6	À guisa de conclusão: Imigração, mercado de trabalho e direitos humanos.....	21
2.	O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010	23
2.1	Estoque de imigrantes.....	24
2.1.1	Fluxos migratórios de última etapa	34
2.2	Emigração internacional.....	43
2.3	QUADRO SINÓTICO IBGE	46
3.	OS ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: Perfil geral na serie 2011, 2012 e 2013.....	48
3.1	Estrangeiros por sexo e idade	49
3.2	Estrangeiros, por nacionalidade e região de origem (América Latina)	50
3.3	Grupos ocupacionais e grau de instrução.....	55
3.3.1	- As principais ocupações e grau de instrução, por nacionalidades.....	59
3.4	A inserção por Estados da federação	67
3.4.1	Santa Catarina e os haitianos	71
3.5	Quadro Sinótico RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)	73
4.	Autorizações e vistos concedidos para trabalhos.....	82
4.1.	Principais tipos de vistos e autorizações	82
4.1.1	Tipos de autorizações concedidas segundo o sexo:.....	84
4.1.2	Tipos de autorizações concedidas segundo as Resoluções Normativas (RNs):.....	85
4.2.	Perfil dos imigrantes com autorização permanente no Brasil:	90
4.2.1	Nacionalidade:.....	90

4.2.2 Regiões de destino – Unidades da Federação	92
4.2.3 Escolaridade	93
4.2.4 Autorizações permanentes, por sexo, segundo os principais grupos ocupacionais: .	95
4.3 Quadro sinóptico – dados do MTE- CGIg/CNIg.....	98
5. Relacionamento e complementariedade entre as bases de dados analisadas	103
6. Referências Bibliográficas	107

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 Imigrantes, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010.....	25
Tabela 2.2 Imigrantes, por sexo, segundo principais países de nacionalidade. Brasil, 2000-2010.....	26
Tabela 2.3 Imigrantes segundo grupos de idade Brasil, 2000-2010.....	28
Tabela 2.4 Imigrantes segundo grupos de idade Brasil, 2000-2010.....	29
Tabela 2.5 Imigrantes segundo estado civil Brasil, 2000-2010.....	29
Tabela 2.6 Imigrantes segundo nível de instrução Brasil, 2000-2010.....	30
Tabela 2.7 Imigrantes segundo condição de atividade e condição na ocupação. Brasil, 2000-2010.....	31
Tabela 2.8 Imigrantes segundo grupos ocupacionais Brasil, 2000-2010.....	32
Tabela 2.9 Imigrantes segundo posição na ocupação Brasil, 2000-2010.....	32
Tabela 2.10 Imigrantes segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010.....	33
Tabela 2.11 Imigrantes segundo faixas de horas semanais trabalhadas Brasil, 2000-2010.....	34
Tabela 2.12 Fluxos migratórios internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010.....	35
Tabela 2.13 Fluxos migratórios internacionais, por sexo, segundo principais países de nacionalidade Brasil, 2000-2010.....	36
Tabela 2.14 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos de idade. Brasil, 2000-2010.....	37
Tabela 2.15 Fluxos migratórios internacionais segundo cor ou raça. Brasil, 2000-2010.....	38
Tabela 2.16 Fluxos migratórios internacionais segundo estado civil. Brasil, 2000-2010.....	38
Tabela 2.17 Fluxos migratórios internacionais segundo nível de instrução. Brasil, 2000-2010.....	39
Tabela 2.18 Fluxos migratórios internacionais segundo condição de atividade, condição na ocupação e procura de trabalho. Brasil, 2000-2010.....	40
Tabela 2.19 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos ocupacionais. Brasil, 2000-2010.....	40
Tabela 2.20 Fluxos migratórios internacionais segundo posição na ocupação. Brasil, 2000-2010.....	41
Tabela 2.21 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010.....	42
Tabela 2.22 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de horas semanais. Brasil, 2000-2010.....	42

Tabela 2.23 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência ao emigrar. Brasil, 2010.....	43
Tabela 2.24 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo grupos de idade ao emigrar (ano de nascimento presumido). Brasil, 2010.....	44
Tabela 2.25 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais países de destino. Brasil, 2010.....	45
Tabela 3.1 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais nacionalidades. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	51
Tabela 3.2 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho por nacionalidades. Brasil 2012/2011 e 2013/2012.....	52
Tabela 3.3 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo regiões de origem. Brasil 2012/11 e 2013/12.....	53
Tabela 3.4 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo as nacionalidades da região América Latina e Caribe, Brasil 2011, 2012 e 2013.....	54
Tabela 3.5 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013.....	55
Tabela 3.6 Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	59
Tabela 3.7 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	60
Tabela 3.8 Portugueses com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	61
Tabela 3.9 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	62
Tabela 3.10 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	63
Tabela 3.11 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	64
Tabela 3.12 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	65
Tabela 3.13 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução.....	66
Tabela 3.14 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	68
Tabela 4.1 Autorizações concedidas, por sexo, segundo o tipo de autorização. Brasil 2011, 2012, 2013.....	82
Tabela 4.2 Principais autorizações temporárias.....	86
Tabela 4.3 Peso (%) do número de autorizações temporárias, segundo as RNs.....	87
Tabela 4.4 Principais autorizações permanentes.....	88

Tabela 4.5 Peso (%) do número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013.....	89
Tabela 4.6 Variação do número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013.....	89
Tabela 4.7 Autorizações permanentes concedidas, segundo a nacionalidade e o sexo, no período de 2011 a 2013 (10 primeiras nacionalidades).....	90
Tabela 4.8 Principais Unidades Federativas, segundo autorizações permanentes. Brasil 2011, 2012, 2013.....	93
Tabela 4.9 Autorizações permanentes, por sexo, segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013.....	93
Tabela 4.10 Autorizações permanentes segundo grupo ocupacional, por sexo.....	96
Tabela 5.1 Estrangeiros com menos de um ano de chegada ao Brasil e autorizações permanentes, 2011 a 2013.....	106

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Brasil 2011, 2012 e 2013	49
Gráfico 3.2 Grupos de idade do total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho.	50
Gráfico 3.3 Quantidade estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por regiões de origem. Brasil 2011, 2012 e 2013	53
Gráfico 3.4 Total de Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo os principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013	56
Gráfico 3.5 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo os três principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013	57
Gráfico 3.6 Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo grau de instrução.	58
Gráfico 3.7 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013	64
Gráfico 3.8 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013	67
Gráfico 3.9 Total de Homens Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	70
Gráfico 3.10 Total de Mulheres Estrangeiras, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	71
Gráfico 3.11 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho em Santa Catarina. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	72
Gráfico 4.1 Total de autorizações concedidas no período de 2011-2013.....	83

Gráfico 4.2 Variação do total das autorizações concedidas, segundo o tipo, 2011-2013....	84
Gráfico 4.3 Total de autorizações concedidas, segundo o sexo, 2011-2013.....	85
Gráfico 4.4 Número de autorizações temporárias, segundo as RNs, Brasil 2011, 2012, 2013	86
Gráfico 4.5 Número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013.....	88
Gráfico 4.6 Total de autorizações permanentes concedidas, segundo a nacionalidade. Brasil 2011, 2012, 2013.....	91
Gráfico 4.7 Autorizações permanentes segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013..	94
Gráfico 4.8 Nível de escolaridade de mulheres imigrantes permanentes. Brasil 2011, 2012, 2013.....	95
Gráfico 4.9 Autorizações permanentes, segundo os principais grupos ocupacionais.....	97
Gráfico 5.1 Imigrantes internacionais, Brasil 2000-2013	104
Gráfico 5.2 Estrangeiros no mercado formal de trabalho, Brasil 2010-2013	105

Lista de Mapas

Mapa 3.1 Distribuição de Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.....	69
Mapa 4.1 Distribuição de autorizações permanentes concedidas, por Unidades Federativas, no período de 2011 a 2013.....	92

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Curva em U	16
Figura 1.2 - Curva em L	17
Figura 1.3 - Trajetória diagonal.....	18
Figura 1.4 - Estrutura do mercado de trabalho e demanda da mão de obra imigrante	20

1. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências

Leonardo Cavalcanti¹

A mobilidade humana, como já se sabe, tem sido constante através das páginas da história. No entanto, nas últimas décadas, o fenômeno ganhou um protagonismo singular no cenário internacional. Para Massey (1998), a influência da chamada economia pós-industrial, a partir dos anos 70, e as importantes transformações geopolíticas do ocidente no século XX, que foram de diversas ordens e em esferas distintas da sociedade, também alteraram de modo radical as imagens e as ideias sobre as migrações. O número de pessoas que se deslocam atualmente ganhou uma proporção tão elevada que alguns autores, como Castles & Miller (1993), chegam a sugerir que vivemos na era das migrações, que seriam sintetizadas em cinco características fundamentais: globalização, aceleração, diferenciação, feminização e a crescente politização das migrações.

Na atualidade, os movimentos migratórios se inserem como um processo inerente às grandes mudanças internacionais, fazendo com que países caracterizados pela imigração se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão de obra ou vice-versa. Além disso, alguns países observam o crescimento, nas suas cidades e estados, da chamada "cultura de emigração" e, em alguns casos, passam a ter seus PIBs diretamente dependentes das remessas dos emigrantes². Outras áreas do planeta se tornaram lugares de trânsito ou países de acolhida para populações migrantes. Assim, o fenômeno migratório contemporâneo possui uma complexidade sem precedentes na história recente das migrações (Portes, 2012).

1 Professor da Universidade de Brasília e Coordenador Científico do OBMigra

2 Em países como El Salvador, Honduras e Haiti as remessas dos emigrantes chegam a superar 20% do PIB desses países (Parella e Cavalcanti, 2012).

Para analisar o cenário migratório atual, não basta apenas o olhar das contribuições históricas, como *The Laws of Migration* de Ernest-George Ravenstein (1885-1889), fundador indiscutível do pensamento moderno sobre as migrações, ou o imprescindível *The Polish Peasant in Europe and America*, de William Thomas e Florian Znaniecki (1918-1920). Tampouco é possível ficar refém somente de uma parte do mosaico atual de teorias recentes sobre as migrações: *teoria neoclássica, histórico-estrutural, mercado de mão de obra dual, teoria do sistema mundial, redes migratórias, efeitos de repercussão e perspectiva transnacional*. Pelo contrário, a diversidade e a complexidade das migrações na atualidade exige diferentes olhares interdisciplinares, pois, como “fato social total”³, a migração está formada por deslocamentos de pessoas no espaço geográfico, mas também em outros espaços, como podem ser o social, o político, o econômico ou o cultural (Sayad, 2001).

No Brasil, as migrações internacionais passaram por diferentes “etapas”, “idades”, “gerações” e “modos de geração”, no sentido do movimento sincrônico e diacrônico das migrações, proposto por Sayad (2001). Falar em termos de “etapas” ou “idades” também pressupõe pensar em termos de crescimento, mudanças contínuas e graduais, fim de etapas e desenvolvimento de novos ciclos. Dessa forma, é possível fazer uma análise sócio-histórica dos “lugares difíceis” (Bourdieu, 1997) da heterogênea migração brasileira.

Se até a segunda metade do século XX o Brasil era fortemente marcado pela imigração internacional, a partir da década de oitenta ou da chamada “década perdida”, houve uma inversão nesse processo (Reis & Sales, 1999). Uma considerável parte da população deste país começou a protagonizar uma nova realidade migratória, penetrando desse modo, no quadro dos países exportadores de mão de obra⁴ (Margolis, 1994; Feldman-Bianco, 1997; Sales, 1999).

No entanto, a crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos, a qual também afetou de forma substancial a Europa e o Japão, introduz uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil. Além disso, o desenvolvimento econômico e social do país e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos, tem tornado a migração muito mais diversa. Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica pós 2007, nos Estados Unidos, Europa e Japão (Solé, Cavalcanti & Parella 2011).

Assim, o país volta a receber fluxos migratórios diversificados. Se alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório

3 Sayad (1998) repagina a noção de “fato social total” de Mauss (1980) para analisar as migrações de forma multifacetada, interpretável em vários níveis de análise inter-relacionados entre si: social, histórico, geográfico, econômico, entre outros, protagonizado pelo chamado “*migrante total*”, na perspectiva sayadiana.

4 O país continuou recebendo imigrantes, especialmente latino-americanos, como observado no trabalho de Silva (1997). No entanto, em números absolutos o saldo passou a ser negativo.

brasileiro (Silva, 1997), nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial de 2007, em que os países emergentes não foram tão afetados como os chamados países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos migratórios para o Brasil. Assim, outros fluxos mais recentes, como os imigrantes haitianos, começam a ter uma presença aparentemente permanente na imigração contemporânea no Brasil.

Não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho. Ademais, é no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios exclusivamente a questões laborais implica reconhecer uma limitação analítica: as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são determinantes na mobilidade humana. Todavia, é preciso ressaltar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado do trabalho.

De acordo com os dados expostos no presente documento é possível auferir, de forma geral, as seguintes características da inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:

1.1 Diversificação dos fluxos e características sociodemográficas

Os dados contidos nesse texto atestam que o Brasil passa por um momento singular, no que diz respeito às migrações internacionais. Diferentemente dos fluxos migratórios do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro porque tinham a função de “ocupar” territórios e de “branquear” o país, na atualidade o mercado de trabalho brasileiro vem recebendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis).

Os dados apresentados nesse texto, demonstram que entre os anos 2011 e 2013, o número de imigrantes no mercado de trabalho formal cresceu 50,9%. Os imigrantes haitianos passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal em 2013, superando os portugueses. Assim, a sua população cresceu, aproximadamente, dezoito vezes, passando de pouco mais 814 imigrantes em 2011, para 14.579 empregados no mercado de trabalho formal em 2013. Se somarmos a esse número aqueles imigrantes que não tem vínculo formal de trabalho, podemos afirmar que esse coletivo possui uma presença significativa no Brasil. Se os mexicanos e centro-americanos conformam o principal grupo de imigrantes nos Estados Unidos; os equatorianos na Espanha; os bolivianos na Argentina; os negros caribenhos na Holanda; os índios e bengalis na Inglaterra; os argelinos, senegaleses e marroquinos na França; no

Brasil é possível conjecturar que, dada as características do fenômeno migratório atual e a lógica das redes migratórias, esse coletivo terá um lugar permanente no cenário da imigração no país, tanto em termos numéricos, quanto simbólicos, culturais, econômicos e sociais.

Analisando a inserção dos imigrantes no mercado formal, com relação ao sexo, em geral, predominam as pessoas do sexo masculino. Em alguns coletivos há uma presença de 70% de homens e de 30% para mulheres. Em um primeiro olhar, a percepção é que o Brasil vai no sentido contrário dos outros países nesse quesito. De fato, nas últimas décadas houve uma feminização dos fluxos migratórios no contexto global. Segundo dados da UNFPA (2006), na atualidade, a proporção de mulheres migrantes é em torno de 49%. Ao falar da feminização das migrações não nos limitamos aos dados quantitativos ou de fluxos. As mulheres sempre estiveram presentes como protagonistas tanto no contexto das migrações internas, quanto internacionais. A diferença em relação a outros momentos é que há, na atualidade, uma maior visibilidade nos estudos acadêmicos sobre a presença das mulheres migrantes e, sobretudo, pelo protagonismo das mulheres, tanto na eleição do projeto migratório, quanto na decisão familiar de migrar (Solé, Cavalcanti e Parella, 2011; Pedone, 2003).

No entanto, vale à pena salientar que esta predominância dos homens sobre as mulheres aqui analisados está tão somente relacionado com o vínculo formal no mercado de trabalho. Ademais a feminização das migrações se coaduna com a feminização da pobreza e precarização das condições do trabalho feminino. Além disso, no contexto migratório, o mercado de trabalho tende a manter-se diferenciado segundo os papéis de gênero. As ocupações que tem a ver com a reprodução social, tais como: serviços de limpeza, cuidado de crianças, atenção à terceira idade, entre outros, são predominantemente realizados pelas mulheres migrantes (Boyd, 1989; Parella, 2003). Muitas dessas atividades são marcadas pela precariedade e pela ausência de um vínculo formal no mercado de trabalho. Isso pode explicar a disparidade das cifras e, sobretudo, a diferença entre o Brasil e outros países receptores de fluxos migratórios.

No tocante à faixa etária, observa-se que mais da metade dos estrangeiros com vínculo no mercado de trabalho formal têm entre vinte e cinco e cinquenta anos. Nesse sentido, o contexto brasileiro está em sintonia com os países receptores de fluxos migratórios, em que as migrações são marcadas eminentemente por pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país.

1.2 Inconsistência de status. Disparidades entre formação acadêmica, atuação profissional e renda

Os imigrantes no Brasil seguem a tônica da incorporação laboral dos imigrantes nos países com tradição de recepção de fluxos migratórios. Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia.

De modo geral, os imigrantes têm uma formação técnica e profissional superior às exigidas pelo exercício da profissão atual e, portanto, há uma inconsistência de status na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem. Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas, engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, entre outras atividades.

De acordo com Sayad (2001) essa situação somente pode ser entendida a partir de uma classificação inseparavelmente técnica e social. Ainda que tecnicamente o imigrante tenha uma formação específica, socialmente será considerado um trabalhador sem qualificação, pois o imigrante somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa as suas fronteiras. Tudo o que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação técnica e os seus diplomas. Nesse sentido, o autor questiona se esse fato poderia ser traduzido em uma forma de etnocentrismo: só é conhecido e entendido o que se tem interesse em conhecer e reconhecer.

Os dados do presente documento atestam que no Brasil há uma inconsistência de status entre os imigrantes. Em torno de 38% e 30% possui formação superior e ensino médio completo, respectivamente. Essa é a tendência para a maioria dos coletivos. Uma fração mínima tem ensino fundamental incompleto e as taxas de analfabetismo se aproximam de zero⁵.

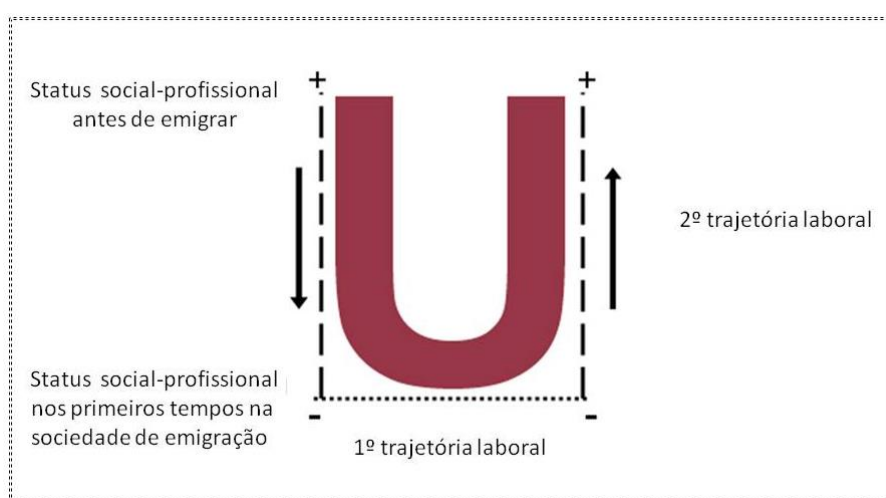
No entanto, a faixa de renda não corresponde com a formação dos imigrantes. Em torno de 53% dos imigrantes recebem entre 1 e 3 salários mínimos. E a população imigrante que recebe somente entre 1 e 2 salários mínimos fica na casa dos 40%. Nesse sentido, podemos auferir que uma parte significativa da população está exercendo trabalhos aquém da sua educação formal e, portanto, há indícios de inconsistência de status entre a população imigrante.

⁵ O desvio na taxa de analfabetismo ficou por conta dos haitianos que teve um aumento no número de analfabetos, em torno de 979%, mas em termos relativos esse número não chega nem a 5% do coletivo. A maioria, em torno de 55% dos nacionais desse país tem o ensino médio ou ensino fundamental completo.

1.2 A curva em U (U-Shaped)

De acordo com Chiswick, Liang Lee, Miller (2002), a condição de imigrante, as dificuldades com o idioma, a demora no reconhecimento dos títulos universitários - entre outros problemas que os imigrantes enfrentam na sociedade de destino – fazem com que essa população tenha que realizar o que os autores chamam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino. E, portanto, será necessário um tempo de acomodação para recuperar a posição de partida.

Figura 1.1 - Curva em U



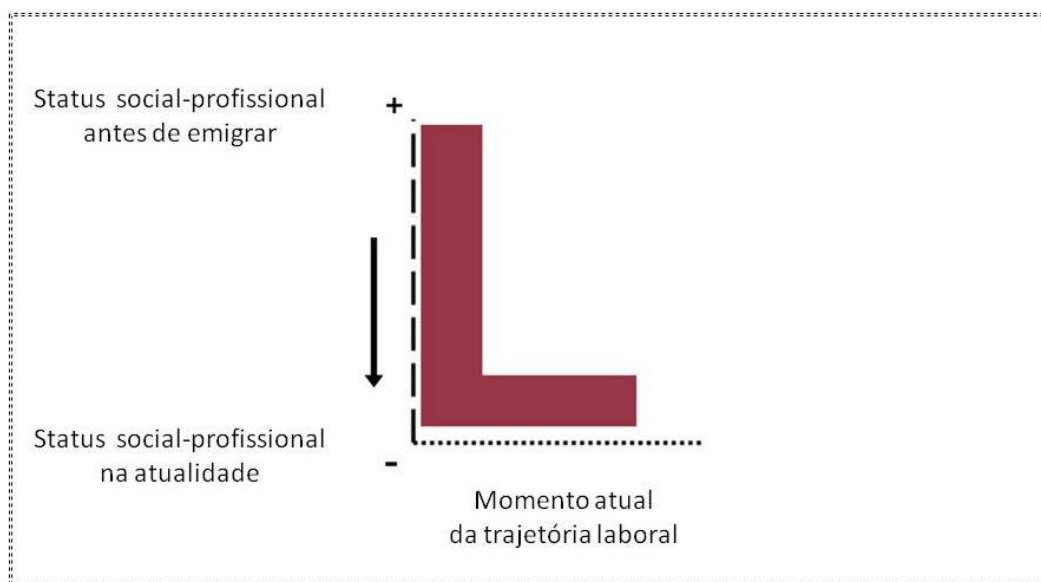
Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

O fator tempo de residência, unido à consolidação das redes sociais; a aquisição de capital social e simbólico; a regularização das autorizações de residência; e, especialmente, as políticas públicas de inserção laboral dos imigrantes serão decisivas para que os imigrantes possam completar a curva em U. As políticas públicas terão um fator determinante, inclusive para que os imigrantes possam ter mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem.

Devido ao limitado tempo de permanência desses novos fluxos no Brasil, a situação atual dos imigrantes, aponta mais a uma “curva em L”. Na atualidade podemos considerar a partir da diferença entre o nível de renda e as atividades desempenhadas

pelos imigrantes, que os novos fluxos migratórios formados por haitianos, senegaleses, gambianos, bengalis, peruanos, dominicanos, entre outros, na sua maioria se encontram em atividades aquém ao nível de educação formal.

Figura 1.2 - Curva em L



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

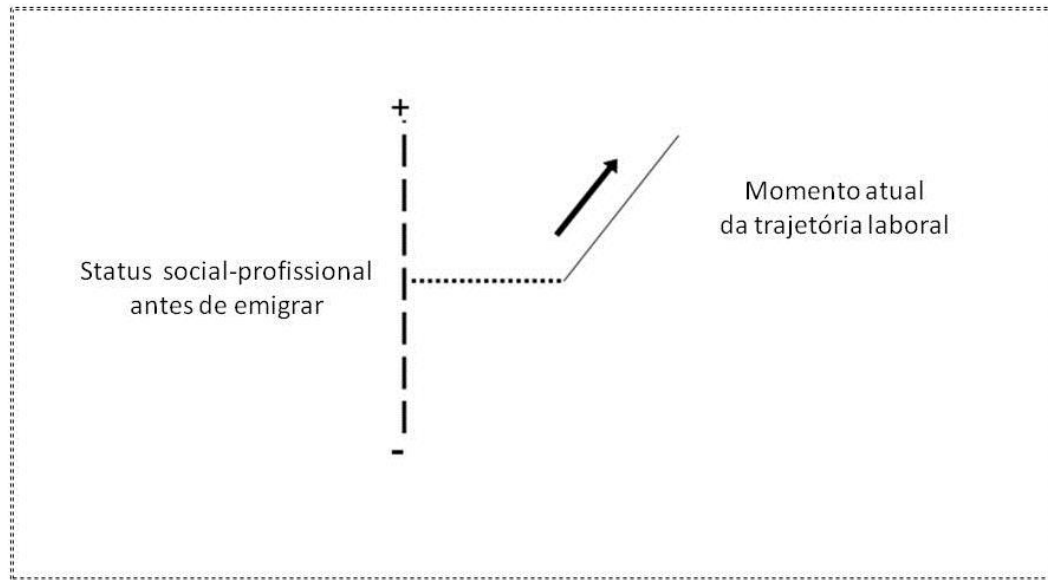
As políticas públicas de inserção laboral serão decisivas para que os imigrantes não fiquem estancados na “curva em L”, mas possam realizar a curva em U, atingindo uma mobilidade ascendente ou uma inserção mais horizontalizada no momento de chegada, inclusive com possibilidades de ascensão em relação à sociedade de origem desde o início. A promoção e realização de estudos longitudinais sobre imigração e trabalho serão fundamentais para compreender melhor as formas de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

1.4 A circulação, via empresas multinacionais, de trabalhadores qualificados

Os dados também demonstram que há um grande número de trabalhadores estrangeiros qualificados no Brasil, que circulam através das empresas multinacionais. De fato, uma parte significativa da emissão de vistos de trabalho é para pessoas que são requisitadas por empresas para que exerçam atividades qualificadas. Seguindo o

raciocínio de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002), podemos afirmar que, desde o início, esses imigrantes já exercem uma incorporação laboral em diagonal.

Figura 1.3 - Trajetória diagonal



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

Esta composição da imigração no mercado de trabalho brasileiro corrobora o pensamento de Sayad (2001) nas suas reflexões em torno da percepção dos imigrantes. Segundo o autor, “estrangeiro” e “imigrante” recebem um reconhecimento sócio-jurídico distinto nas sociedades de destino. Para ele, ambas as expressões não implicam, necessariamente, um mesmo estatuto social. Enquanto para os “estrangeiros” existe uma figura jurídica baseada em uma realidade social objetiva plasmada na forma de lei, para o “imigrante” encontramos um imaginário que o constrói socialmente. No que se refere ao marco jurídico, existe uma legislação que regula os direitos e deveres dos estrangeiros, com relação à sua presença e permanência dentro do território. Já o “imigrante” não é uma figura objetiva, senão uma condição social, em que recai um atributo carregado de princípios negativos e de uma otredade em relação aos chamados nacionais (Delgado, 1996). Ainda que somente haja uma lei para os “estrangeiros”, socialmente há uma hierarquização das alteridades e nacionalidades, vinculadas ao contexto geopolítico e econômico.

Assim, ainda que um “imigrante” seja juridicamente um “estrangeiro”, a designação imigrante o associa a uma pessoa que procede de um país economicamente menos favorecido, que tem um elevado umbral de pobreza, com indicadores sociais limitados e sociedades “atrasadas” no sentido civilizatório e que

devido a essa combinação de fatores “exporta” imigrantes. Por outro lado, temos a denominação de “estrangeiro”, em geral, associada socialmente a um indivíduo originário de uma nação economicamente mais desenvolvida que em vez de exportar imigrantes, produz turistas (Nunes e Cavalcanti, 2014).

Esses “estrangeiros” que circulam através das empresas multinacionais são percebidos socialmente de modo diferenciado pelos discursos políticos, da mídia e, inclusive, acadêmicos⁷. Assim, são esses imigrantes, que conformam trajetórias em diagonal, os responsáveis por uma significativa quantidade de expedição de vistos de trabalho no Brasil.

1.5 Nichos de trabalho

A partir do exposto anteriormente e dos dados contido no presente documento, podemos auferir que na atualidade os imigrantes estão nos extremos do mercado de trabalho, tanto na base, quanto no topo. Os grupos ocupacionais que tiveram um maior aumento de imigrantes refletem essa dinâmica: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (163,8%); profissionais das ciências e das artes (100%); trabalhadores qualificados agropecuários, florestais e da pesca (95,6%) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (45,4%). Deste modo, o país tem demandado trabalhadores para atividades altamente qualificadas e, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, começa a necessitar de imigrantes para atividades que exigem pouca qualificação. Assim, observamos um aumento significativo dos imigrantes no sul do país, nos setores da construção civil e no setor de produção de bens industriais, sobretudo em trabalhos pesados, como, por exemplo, os trabalhos nas fábricas de conservas, nos abatedores de carne e frango, na construção civil, entre outros. Trabalhos que são realizados em condições duras e difíceis que os locais evitam realizar.

Por outro lado, há uma carência e necessidade de profissionais altamente qualificados, especialmente nas áreas de biotecnologia, infraestrutura, profissionais de saúde, etc. Os dados revelam que, entre os diferentes fluxos imigratórios dirigidos ao Brasil, encontram-se os dos chamados imigrantes qualificados. São trabalhadores que imigram tanto para as empresas privadas, quanto para o setor público, através de programas como *Mais Médicos* e *Ciência sem Fronteiras*. Esses novos fluxos imigratórios colocam o Brasil no contexto do crescente fluxo formado por imigrantes qualificados. De

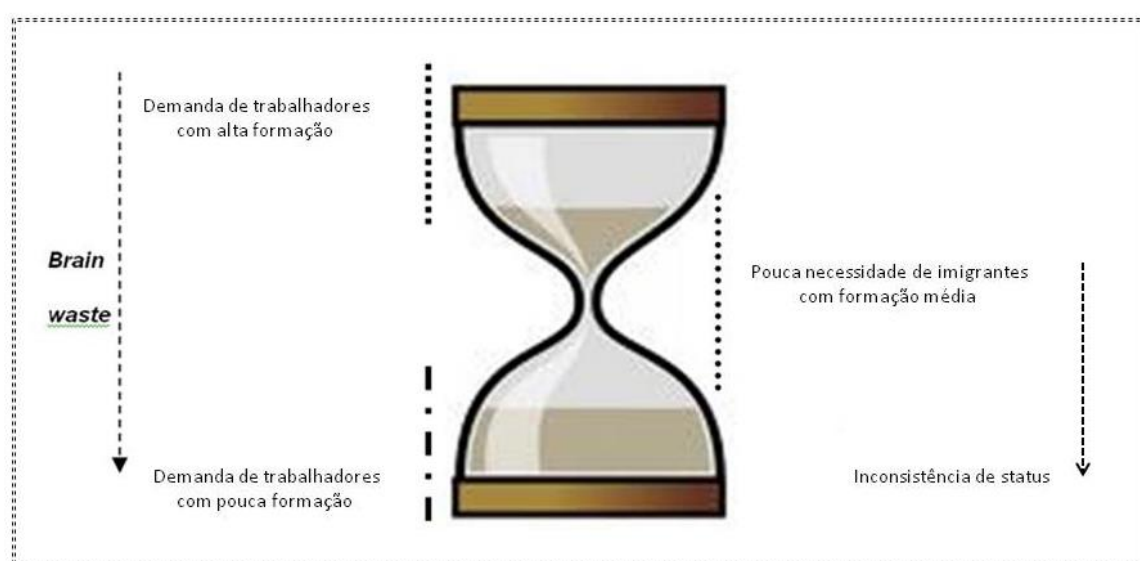
6 É importante apontar que essa fronteira não é tão rígida, pois mesmo dentro de um mesmo grupo nacional que é identificado como um país de emigrantes, algumas pessoas podem ter um *status* social de “estrangeiro”, como é o caso de diplomatas, artistas, estudantes, esportistas, entre outros.

7 Sobre a composição e estruturas que predominam nos diversos discursos sonoros sobre a imigração, conferir os trabalhos de Van Dick (1997) e Edstrom (1993).

acordo com as estimativas da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), entre as décadas de 1990 e 2000 houve um aumento de 63,5% no número de imigrantes qualificados residindo nos países da OECD, que atingiu 20 milhões imigrantes qualificados. Segundo com Pellegrino (2008) o prognóstico é que estes números continuem a crescer inclusive nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Por conseguinte, os dados permitem afirmar que na atualidade a absorção do mercado de trabalho brasileiro em relação à mão de obra imigrante, analogicamente, seria parecida ao que Portes (2003) denomina de relógio de areia na relação imigração e trabalho. Segundo o autor, há uma necessidade de trabalhadores tanto no topo, quanto na base do relógio. Mas os imigrantes de formação média tendem a sofrer inconsistência de status, pois há pouca demanda para os trabalhadores com essa formação.

Figura 1.4 - Estrutura do mercado de trabalho e demanda da mão de obra imigrante



Fonte: Elaboração própria a partir de Portes (2003)

No Brasil, observa-se que o mercado de trabalho está absorvendo imigrantes na base e no topo. Desse modo, devido a forte demanda por trabalhadores qualificados e uma necessidade de trabalhadores em atividades que exige pouca formação, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, o Brasil tem na atualidade um contexto imigratório como refletido na figura acima.

1.6 À guisa de conclusão: Imigração, mercado de trabalho e direitos humanos

A imigração não resolverá a demanda de mão de obra do mercado de trabalho brasileiro. Mas, tampouco é possível prescindir dela e ficar indiferentes a essa necessidade. Entender melhor a relação entre imigração e o mercado de trabalho é chave para poder analisar a posição social que ocupam os imigrantes na atualidade e que ocuparão os seus descendentes no futuro. Portanto, a análise da presença dos imigrantes no mercado trabalho é crucial para o direcionamento de políticas públicas que reduzam a inconsistência de status e facilitem os caminhos para a mobilidade social ascendente.

Se as redes migratórias determinam quem migra, quando e em quais condições as pessoas migram (Pedone, 2006), é o mercado de trabalho que vai determinar a intensidade e o direcionamento dos fluxos migratórios (Cachón, 2002; Solé e Parella, 2005). Um caso exemplar para ilustrar essa relação é o que ocorreu no contexto espanhol. Enquanto o mercado de trabalho daquele país tinha um nicho de atividades que demandava imigrantes (construção, agricultura, serviços, entre outros), a Espanha foi o segundo país no mundo ocidental que mais recebeu imigrantes na década passada, segundo os dados da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD). Só ficou atrás dos Estados Unidos. Com a crise econômica e o desaquecimento do mercado de trabalho os fluxos foram reduzidos e começou a haver um saldo negativo, entre os espanhóis que emigravam e os imigrantes que chegavam ao país.

No entanto, reduzir ou vincular as migrações única e exclusivamente ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações não se dão unicamente por uma lógica economicista, no sentido da atração e expulsão (*push and pull*) como entendia a perspectiva neoclássica. Os motivos da mobilidade humana são múltiplos e variados. O fenômeno migratório é heterogêneo, multifacetado e marcado por dinâmicas que mudam constantemente.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas incorporem a dimensão dos direitos humanos. Segundo De Lucas (2002), a ferida original das políticas de imigração é precisamente a ausência dos direitos humanos. Reduzir os imigrantes a uma simples força de trabalho disponível exclusivamente a reprodução do capital, sem uma aposta firme pelos direitos e pelo pleno exercício da cidadania por parte dos imigrantes, acarretaria graves consequências para a dignidade da pessoa e com incontáveis sequelas sociais para o futuro.

Deste modo, é importante desmarcar-se de visões que simplificam o multifacetado fenômeno migratório, tanto na sua versão economicista que reduzem os imigrantes a uma mera força de trabalho, quanto a vertente humanista que desconsidera a função produtiva e o impacto na economia da população imigrante. A junção entre

mercado de trabalho formal e proteção dos direitos humanos, aponta para um caminho mais realista e eficaz para a gestão das migrações.

Ademais, essa combinação é um bom antídoto para não cair na ironia da famosa frase do romancista Max Frisch ao se referir aos imigrantes que chegavam à Suíça em 1965: “queríamos mão de obra e chegaram pessoas”. Continuará chegando mão de obra imigrante no Brasil, mas também pessoas que adoram outros deuses, gostam de outras comidas e têm cosmovisões de mundo diferenciadas.

As políticas de imigração deveriam ir na via de tratar as migrações na sua complexidade, multidimensionalidade e incluí-la de forma transversal nas diversas políticas públicas. A junção entre políticas que possam acomodar os imigrantes no mercado de trabalho formal, com a perspectiva dos direitos humanos, contribuirá de forma decisiva a consolidar a imigração como um ativo para o desenvolvimento do país, não somente do ponto de vista econômico, mas também cultural, social e político.

2. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010

Antônio Tadeu de Oliveira⁸

O Brasil passou boa parte de sua história como sendo país de imigração, desde o início de sua colonização até os anos 1930, quando começaram a cessar os incentivos à vinda de estrangeiros. Estima-se que no final do século XIX o contingente de imigrantes chegou a representar aproximadamente 6,2% da população residente no país, em 1900 (LEVY, 1974).

A partir da década de 1940, os fluxos migratórios internacionais deixaram de ser algo relevante na agenda nacional, até o momento que começamos a perceber importantes volumes de saída nos anos 1980, inicialmente em direção aos Estados Unidos. De forma inédita, o país experimentava saldos migratórios internacionais negativos. Estudos elaborados por Carvalho (1996) e Oliveira et al. (1986) estimam que o balanço das migrações resultou num saldo negativo de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Nas duas décadas seguintes, continuou o movimento de saídas, que passou a incorporar a Europa, destacando-se Portugal, Reino Unido, Espanha e Itália, bem como o Japão entre os destinos principais.

É importante destacar que, embora nos anos 1980 e 1990 a corrente migratória principal fosse no sentido do exterior, nesse mesmo período, o país recebeu imigração significativa de bolivianos e paraguaios, face as assimetrias no desenvolvimento econômico e social. Em menor escala, foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 sinalizam que, ao final dos anos 2000, com a forte crise econômica que assolou os países desenvolvidos, incluindo aqueles que estariam entre os principais destinos da emigração brasileira, combinado com o próspero momento da economia no Brasil, teriam ocorridos movimentos de retorno de nacionais e chegada mais intensa de estrangeiros, o que pode ter representado um saldo migratório muito próximo a zero nessa década.

Recorrendo-se aos registros administrativos do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foi possível perceber que, no início dos anos 2010, o movimento de atração de estrangeiros inclusive se intensificou. Isso levou o IBGE a considerar em suas hipóteses para as projeções populacionais que o país até 2035 experimentaria saldo migratório ligeiramente positivo.

⁸ Doutor em demografia e Coordenador Estatístico do OBMigra.

2.1 Estoque de imigrantes

O volume de imigrantes no Brasil apresentou tendência de declínio nas últimas décadas que antecederam a realização do Censo Demográfico 2010. Isso se explica pela principal parcela desse segmento ter chegado ao Brasil já há algum tempo, como demonstram os próprios dados do Censo no que tange à data de chegada no país. Não obstante a vinda de um contingente expressivo de estrangeiros na década de 2000, isso não foi suficiente para compensar as saídas por óbitos e re-emigração.

Entre 2000 e 2010, houve uma redução entre os imigrantes de mais de 90 mil pessoas, cerca de 13,3%. Essa queda se deu para ambos os sexos e também foi verificada quando desagregada entre naturalizados brasileiros e estrangeiros, sendo mais intensa, em termos absolutos, para esses últimos e em valores relativos para os primeiros.

Contudo, quando observamos a desagregação por Unidade da Federação (UF), é possível constatar que, em geral, os estados das Regiões Norte e Nordeste, além de Minas Gerais e Goiás apresentaram um aumento no volume de imigrantes, resultado que foi influenciado pela imigração na década de 2000, basicamente, migração de retorno.

Na tabela 2.1, verificamos que os imigrantes se encontram principalmente, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, que juntos concentravam 71,2% e 63,8%, respectivamente em 2000 e 2010. Se pensamos em políticas públicas para esse segmento populacional, é importante destacar que estão localizados, fundamentalmente, nas capitais e Regiões Metropolitanas, mas ademais das UFs mencionadas, em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul também se nota a presença da imigração em outras cidades.⁹

⁹ No sítio do Observatório é possível identificar quais os principais municípios com presença de imigração, <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>.

Tabela 2.1 Imigrantes, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010

Brasil e Unidades da Federação	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	683.836	365.769	318.067	592.591	319.898	272.693
<i>Rondônia</i>	2.344	1.133	1.211	2.509	1.132	1.377
<i>Acre</i>	894	581	313	656	422	234
<i>Amazonas</i>	5.301	3.133	2.168	6.777	4.061	2.716
<i>Roraima</i>	1.683	813	870	1.791	851	940
<i>Pará</i>	3.162	1.815	1.347	2.452	1.284	1.168
<i>Maranhão</i>	652	467	185	837	558	279
<i>Ceará</i>	2.627	1.788	839	4.001	2.773	1.228
<i>Rio Grande do Norte</i>	1.175	796	379	1.513	1.122	391
<i>Paraíba</i>	725	521	204	1.363	908	455
<i>Pernambuco</i>	4.061	2.688	1.373	4.208	2.546	1.662
<i>Alagoas</i>	682	534	148	837	482	355
<i>Bahia</i>	6.690	4.289	2.401	6.798	3.988	2.810
<i>Minas Gerais</i>	12.027	7.259	4.768	13.276	7.805	5.471
<i>Espírito Santo</i>	2.231	1.364	867	2.925	1.743	1.182
<i>Rio de Janeiro</i>	123.548	64.726	58.822	88.266	46.354	41.912
<i>São Paulo</i>	303.813	156.459	147.354	234.391	120.766	113.625
<i>Paraná</i>	31.056	17.099	13.957	30.665	16.777	13.888
<i>Santa Catarina</i>	6.504	3.760	2.744	8.539	5.142	3.397
<i>Rio Grande do Sul</i>	27.431	14.247	13.184	24.717	12.805	11.912
<i>Mato Grosso do Sul</i>	9.218	4.415	4.803	9.094	3.911	5.183
<i>Mato Grosso</i>	1.326	733	593	812	472	340
<i>Goiás</i>	3.574	1.985	1.589	4.387	2.420	1.967
<i>Distrito Federal</i>	6.961	3.961	3.000	8.576	4.473	4.103
<i>Outras UFs e Municípios</i>	126.151	71.203	54.948	133.201	77.103	56.098

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quando analisamos a migração pela nacionalidade do migrante também nos deparamos com diferenças de comportamento em relação a tendência de declínio no volume de imigrantes. Enquanto Europa, com exceção do Reino Unido e França, e Japão, países de migração histórica diminuem sua participação, a migração mais recente fez aumentar o peso dos países das Américas, destacando-se EUA, Bolívia, Paraguai e Peru, além da China.¹⁰

Portugal, Japão, Paraguai, Bolívia, Itália e Espanha são as nacionalidades com maior participação em 2010 (56,2%). Pelo fenômeno já apontado anteriormente, Argentina, EUA, China e Peru também tem peso importante na imigração, além dos alemães, que fazem parte do que consideramos imigração histórica (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 Imigrantes, por sexo, segundo principais países de nacionalidade. Brasil, 2000-2010

País de nacionalidade	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	683.836	365.769	318.067	592.591	319.898	272.693
AMÉRICA DO NORTE	17.014	9.927	7.087	28.297	16.387	11.910
Canadá	1.254	727	527	1.587	1.066	521
Estados Unidos	13.945	8.172	5.773	23.512	13.545	9.967
México	1.256	702	554	2.679	1.438	1.241
Panamá	559	326	233	519	338	181
América latina e Caribe	140.496	76.218	64.278	177.761	94.872	82.889
Argentina	27.528	15.569	11.959	29.066	16.915	12.151
Bolívia	20.394	11.247	9.147	38.816	20.806	18.010
Chile	17.135	10.245	6.890	15.433	9.230	6.203
Colômbia	4.163	2.293	1.870	6.850	3.450	3.400
Cuba	1.341	772	569	2.077	1.231	846
Equador	1.191	688	503	1.730	876	854
Guiana	1.603	815	788	1.895	912	983
Guiana Francesa	624	360	264	706	416	290
Paraguai	28.819	13.524	15.295	39.252	18.098	21.154
Peru	10.809	6.672	4.137	15.020	9.122	5.898
Uruguai	24.732	12.944	11.788	24.047	12.347	11.700
Venezuela	2.157	1.089	1.068	2.869	1.469	1.400
Europa	375.117	198.265	176.852	257.216	138.738	118.478
Alemanha	19.549	10.152	9.397	16.241	9.476	6.765
Áustria	3.217	1.479	1.738	2.339	1.057	1.282

¹⁰ Deve ser ressaltado que o Censo Demográfico de 2010 não conseguiu captar o fenômeno da chegada dos haitianos, que se intensificou após a realização do levantamento.

Bélgica	1.408	861	547	1.694	1.214	480
Espanha	43.598	23.531	20.067	30.736	16.841	13.895
França	8.379	4.901	3.478	9.559	6.040	3.519
Grécia	2.734	1.676	1.058	1.540	859	681
Holanda	3.503	2.231	1.272	3.324	2.356	968
Hungria	2.861	1.273	1.588	1.525	731	794
Itália	55.045	30.265	24.780	37.165	21.877	15.288
Lituânia	1.953	712	1.241	632	147	485
Polónia	7.457	3.217	4.240	3.483	1.684	1.799
Portugal	213.209	110.995	102.214	137.973	69.918	68.055
Reino Unido	4.031	2.518	1.513	4.946	3.040	1.906
Romênia	3.528	1.627	1.901	1.706	741	965
Suécia	717	450	267	635	428	207
Suíça	2.947	1.921	1.026	2.984	2.014	970
Ucrânia	981	456	525	734	315	419
Ásia	115.837	61.676	54.161	97.493	52.048	45.445
China	10.301	5.654	4.647	19.397	10.503	8.894
Coreia do Sul	8.576	4.419	4.157	8.576	4.045	4.531
Índia	759	444	315	881	571	310
Indonésia	695	326	369	730	341	389
Israel	1.757	1.044	713	2.010	1.220	790
Japão	70.907	36.481	34.426	49.059	25.073	23.986
Jordânia	670	458	212	1.055	761	294
Líbano	16.094	9.889	6.205	12.335	7.816	4.519
Rússia	2.790	1.111	1.679	1.388	532	856
Síria	3.288	1.850	1.438	2.062	1.186	876
África	13.716	7.671	6.045	14.886	8.087	6.799
África do Sul	1.264	747	517	1.586	1.130	456
Angola	6.349	3.548	2.801	6.445	3.309	3.136
Cabo Verde	842	435	407	1.194	530	664
Egito	3.394	1.647	1.747	3.116	1.664	1.452
Moçambique	1.338	815	523	1.426	623	803
Nigéria	529	479	50	1.119	831	288
Outros Países	21.656	12.012	9.644	16.938	9.766	7.172

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Devido ao maior peso da migração histórica, a estrutura etária dos migrantes é bem envelhecida, muito mais do que na população como um todo. Em 2000, 78,6% dos imigrantes tinham mais de 40 anos de idade, sendo que 38,4% deles mais de 65. A

chegada dos novos imigrantes ajudou a atenuar ligeiramente esse envelhecimento, com o segmento idoso representando 34,9% do total. As UFs onde foi maior a participação dos migrantes recentes experimentou um maior rejuvenescimento na estrutura etária da migração (Tabela 2.3).

Tabela 2.3 Imigrantes segundo grupos de idade Brasil, 2000-2010

Grupos de Idade	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
0 -- 15	32.453	54.224
15 -- 25	31.757	46.679
25 --40	82.016	91.915
40 -- 65	275.048	192.906
65 --	262.562	206.867

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Como podemos observar na tabela 2.4, a imigração internacional no Brasil é composta majoritariamente por pessoas declaradas como brancas, respectivamente 79,2% e 71,8%, em 2000 e 2010. Importante observar que entre 2000 e 2010 aumentam os volumes de imigrantes com declaração da cor ou raça como sendo preta ou parda, que quase dobram de tamanho. Essa mudança ocorre acompanhando o movimento mais geral da população, que a partir das campanhas de conscientização racial passa, em maior número, a se declarar pretas e pardas. O volume de imigrantes que chegou ao país, nesses segmentos de cor ou raça, nos anos 2000, não foi em número suficiente para explicar o aumento verificado.

Destacamos que em 2010, nas UFs de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima a maior parcela dos imigrantes foi declarada como parda, ao contrário do restante do país, onde predominou a declaração na cor branca.

Tabela 2.4 Imigrantes segundo grupos de idade Brasil, 2000-2010

Cor ou Raça	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
Branca	539.451	425.684
Preta	7.782	13.910
Parda	38.491	76.626
Amarela	90.681	71.265
Indígena	4.482	5.106
Ignorado	2.949	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em relação ao estado civil, nos anos analisados, a maior parcela dos imigrantes é casada (59,1% e 50,2%), seguida pelos solteiros (18,5% e 28,1%), viúvos (16,7% e 14,7%) e finalmente os desquitados, separados judicialmente e divorciados (5,7% e 6,9%). Esses percentuais, quando comparados aos da população em geral, acompanham a hierarquia observada, mas estão completamente influenciados pela estrutura etária mais envelhecida, que determina a maior participação relativa de casados e, sobretudo, viúvos.

Destaca-se o aumento absoluto no número de solteiros, que pode ser explicado pela migração mais recente, que trouxe um volume maior de jovens. Além disso, essa categoria de estado civil é majoritária entres os imigrantes internacionais nas UF's de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima (Tabela 2.5).

Tabela 2.5 Imigrantes segundo estado civil Brasil, 2000-2010

Estado Civil	Anos	
	2000	2010
Total	662.169	558.100
Casado (a)	391.306	280.552
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente / divorciado (a)	37.731	38.632
Viúvo (a)	110.875	81.982
Solteiro (a)	122.257	156.934

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A variável nível de instrução, face às modificações introduzidas no Censo Demográfico 2010, não é exatamente comparável entre os dois levantamentos, agravando-se a comparação com a introdução da categoria não determinada no último

Censo.¹¹ Contudo, fica claro o aumento em número absoluto dos imigrantes com nível médio completo ou superior incompleto. Os imigrantes com nível superior completo, embora tenham diminuído de volume, aumentaram sua participação relativa ao longo da década de 2000.

Tabela 2.6 Imigrantes segundo nível de instrução Brasil, 2000-2010

Nível de Instrução	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
Sem instrução e fundamental incompleto	302.615	226.279
Fundamental Completo e Médio incompleto	117.100	79.571
Médio completo e Superior incompleto	114.810	144.474
Superior Completo	149.311	139.910
Não determinado	0	2.357

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No que tange às variáveis econômicas, observamos que a população economicamente ativa (PEA), embora reduzida em volume, representava, respectivamente, 44,6% e 46,3% do total de imigrantes, um ligeiro aumento, influenciado, mais uma vez, pela imigração mais jovem chegada nos anos 2000. Outro aspecto, também influenciado pela imigração mais recente, foi o aumento do valor absoluto da PEA nas UFs de Rondônia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

A taxa de ocupação dos imigrantes acompanhou o mesmo fenômeno observado na PEA, diminuiu em tamanho absoluto, mas aumentou em tamanho relativo, passando de 92,9%, em 2000, a 96,6%, em 2010 (Tabela 2.7). Além das UFs já mencionadas e que tiveram aumento na PEA, os estados de Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Distrito Federal, no período analisado, aumentaram em valor absoluto o número de imigrantes ocupados.

11 Para maiores informações consultar as metodologias utilizadas nos dois Censos em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> e http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

**Tabela 2.7 Imigrantes segundo condição de atividade e condição na ocupação.
Brasil, 2000-2010**

Condição de atividade e condição de ocupação	Anos	
	2000	2010
Condição de atividade		
População economicamente ativa	305.006	274.364
População não economicamente ativa	357.163	283.736
Condição na ocupação		
Ocupadas	283.216	265.080
Não ocupadas	21.790	9.303

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a força de trabalho imigrante estaria inserida, em maior escala, nos seguintes grupos ocupacionais: serviços e vendas; dirigentes e gerentes; ciências e intelectuais; operários e artesões; e técnicos e ocupações de nível médio. No levantamento censitário seguinte¹², essa ordem se altera, com as ocupações nas ciências e intelectuais passando a ocupar o primeiro posto, seguidas das ocupações nos serviços e vendas, dirigentes e gerentes, aparecendo como quarto grupo em importância os operadores de máquinas, destacando-se que estes últimos e o grupo de cientistas e intelectuais aumentam de tamanho, em valores absolutos. Mesmo com todo problema que possa ter havido com esse quesito, notamos que houve uma perda nas ocupações mais qualificadas, dado que caem as participações relativas nas camadas superiores e médias, aumentando a participação das camadas com menor exigência de escolaridade (Tabela 2.8).

12 A qualidade dessa informação no Censo Demográfico de 2010 não foi muito boa, tendo apresentado um volume muito grande de ocupações mal definidas.

Tabela 2.8 Imigrantes segundo grupos ocupacionais Brasil, 2000-2010

Grupos ocupacionais	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
Ocupação Mal definida	7.645	28.053
Diretores e gerentes	62.523	33.146
Prof. Ciências e intelectuais	54.311	62.132
Tec. E Prof. Nível médio	26.819	19.148
Trab. Apoio administrativo	11.945	8.288
Trab. Serviços e Vendedores	64.679	44.782
Trab. qualif agrop. Caça	13.847	8.490
Trab. Qual. Oper. Artesão	33.073	18.698
Oper. Instal e máquinas	3.111	23.099
Ocup. Elementares	4.968	18.972
Membros forças armadas	295	272

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quanto à posição na ocupação, observamos que a redução no volume de imigrantes ocupados afetou mais diretamente aqueles situados como empregadores, diminuindo quase que à metade. Empregados com carteira assinada, conta-própria e militares aumentaram em valor absoluto. Esses resultados guardam forte correlação com a inserção ocupacional, onde foi possível observar a perda em importância de dirigentes e gestores e o aumento dos trabalhadores manuais. O positivo é que os resultados sugerem que um número maior dessa mão-de-obra se inseriu no mercado formal de trabalho (Tabela 2.9).

Tabela 2.9 Imigrantes segundo posição na ocupação Brasil, 2000-2010

Posição na ocupação	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
Emprego com carteira	70.503	77.486
Militar ou Emprego. Reg. Jur.	7.889	8.500
Empregado sem carteira	42.701	41.690
Conta própria	101.495	104.726
Empregador	53.338	27.763
Não remunerado	7.290	4.915

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em 2000, a maior parte dos imigrantes viviam em domicílios com renda familiar *per capita* superior a 3 salários mínimos (58,4%). Esse cenário se altera, conforme dados do Censo 2010, quando 59,9% dos imigrantes passaram em viver em domicílios com renda familiar inferior a 3 salários. Observamos inclusive o aumento absoluto no número de imigrantes em domicílios com renda familiar *per capita* inferior a 1 salário, entre 1 e 2 salários mínimos e em domicílios sem nenhum tipo de renda. A combinação entre a saída de imigrantes mais velhos e que ocupavam postos de trabalho mais qualificados, com a chegada de uma imigração mais jovem e inserida na parte inferior na escala das ocupações podem explicar a piora neste indicador (Tabela 2.10).

Tabela 2.10 Imigrantes segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010

Faixa de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo)	Anos	
	2000	2010
Total	673.831	584.773
< 1	92.427	144.362
1 -- 2	104.323	130.919
2 -- 3	83.520	74.857
3 -- 5	122.586	82.816
5 -- 10	138.647	75.058
10 ou +	118.416	47.996
Sem renda	13.912	28.765

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No que tange ao número de horas semanais trabalhadas, os imigrantes, de um modo geral, estavam inseridos em ocupações que requisitavam uma dedicação elevada. Em 2000, 43,4% dos imigrantes ocupados tinham jornadas semanais superior a 44 horas, limite máximo estabelecido em lei. Em 2010, essa situação ficou ainda pior, com 52,2% dessa força de trabalho exposta a jornadas acima do limite legal. Interessante observar que esse incremento absoluto se deu na faixa entre 45 e 49 horas semanais. No extremo oposto, também aumentou de volume a jornada de 15 a 30 horas. Isso indica, por um lado, uma situação de exploração, dada à exposição a jornadas excessivas, e, por outro, o estado de precarização da mão-de-obra migrante. Em 2000, os trabalhadores imigrantes com jornadas inferiores a 30 horas representavam 39,7% do total da força de trabalho migrante, passando a 32,7%, em 2010 (Tabela 2.11).

Tabela 2.11 Imigrantes segundo faixas de horas semanais trabalhadas Brasil,
2000-2010

Faixa de horas semanais trabalhadas	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
< 15	101.768	62.000
15 -- 30	10.775	24.596
30 -- 40	22.817	20.669
40 -- 45	25.036	19.323
45 -- 49	87.474	109.910
49 e +	35.346	28.582

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

2.1.1 Fluxos migratórios de última etapa

Os fluxos migratórios internacionais nos anos 2000 experimentaram um aumento substantivo em relação à década anterior, incremento próximo a 70%, tanto de estrangeiros quanto de naturalizados brasileiros, que mais que dobraram de volume. Nas duas décadas analisadas observamos uma maior presença do sexo masculino, cerca de 60%, embora na década de 2000, tenha aumentado a participação relativa das mulheres.

Como podemos verificar na Tabela 2.12, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio de Grande do Sul e Distrito Federal foram destino de 46,4% e 43,4% dos fluxos, respectivamente em nas décadas de 2000 e 2010. Contudo, deve-se destacar o aumento da participação absoluta e relativa na atração de imigrantes observadas nas UFs de Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul e Amazonas, que duplicaram o volume dos fluxos, além da Bahia, com acréscimo entre as décadas superior a 80%.

Tabela 2.12 Fluxos imigratórios internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010

Brasil e Unidades Federação	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	92.668	53.065	39.603	156.469	88.542	67.927
<i>Amazonas</i>	1.674	862	812	3.371	2.074	1.297
<i>Roraima</i>	709	369	340	572	319	253
<i>Ceará</i>	848	643	205	1.977	1.500	477
<i>Pernambuco</i>	804	512	292	1.075	668	407
<i>Bahia</i>	1.190	802	388	2.195	1.355	840
<i>Minas Gerais</i>	1.811	1.177	634	3.426	1.987	1.439
<i>Rio de Janeiro</i>	8.391	4.726	3.665	10.268	5.731	4.537
<i>São Paulo</i>	21.699	12.566	9.133	41.103	22.443	18.660
<i>Paraná</i>	7.214	4.112	3.102	8.041	4.002	4.039
<i>Santa Catarina</i>	1.304	682	622	1.988	1.279	709
<i>Rio Grande do Sul</i>	3.651	1.968	1.683	5.084	2.603	2.481
<i>Mato Grosso do Sul</i>	682	335	347	1.470	591	879
<i>Goiás</i>	568	269	299	1.326	733	593
<i>Distrito Federal</i>	2.079	1.223	856	3.517	1.817	1.700
<i>Outras UFs e Municípios</i>	40.044	22.819	17.225	71.056	41.440	29.616

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em relação às origens da imigração, notamos a maior presença dos países das Américas do Norte e Latina, que em 2000 foram responsáveis pela emissão de 51,9% dos fluxos que chegaram ao Brasil, aumentando essa participação para 56,1% em 2010. Do ponto de vista dos valores absolutos, Bolívia, Paraguai, Estados Unidos, Argentina e Portugal foram os principais países emissores. Além desses, destacamos o aumento da participação relativa de México, Colômbia, Espanha e China com mais que o dobro de emissões no período analisado (Tabela 2.13).

Um aspecto a ser ressaltado diz respeito à desagregação da imigração por nacionalidade, dado que entre os naturalizados destacamos a presença de imigrantes oriundos, além do Paraguai, dos Estados Unidos e Japão, fenômeno que, em boa medida, pode estar associado à migração de retorno do contingente de naturalizados.

Tabela 2.13 Fluxos migratórios internacionais, por sexo, segundo principais países de nacionalidade Brasil, 2000-2010

País de Nacionalidade	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	92.668	53.065	39.603	156.469	88.542	67.927
América Do Norte	8.075	4.906	3.169	16.535	9.844	6.691
Canadá	666	406	260	733	464	269
Estados Unidos	6.829	4.172	2.657	14.032	8.367	5.665
México	580	328	252	1.770	1.013	757
América Latina e Caribe	40.067	21.374	18.693	71.620	37.870	33.750
Argentina	8.116	4.578	3.538	9.965	5.836	4.129
Bolívia	6.418	3.491	2.927	20.758	11.110	9.648
Chile	2.143	1.243	900	2.805	1.717	1.088
Colômbia	1.819	920	899	4.141	1.971	2.170
Cuba	808	508	300	1.004	626	378
Paraguai	10.215	4.862	5.353	18.111	8.659	9.452
Peru	4.024	2.427	1.597	6.575	3.887	2.688
Uruguai	5.520	2.900	2.620	6.657	3.254	3.403
Venezuela	1.004	445	559	1.604	810	794
Europa	19.945	12.676	7.269	32.427	20.735	11.692
Alemanha	3.112	2.019	1.093	4.048	2.526	1.522
Espanha	2.106	1.295	811	4.323	2.648	1.675
França	3.014	1.929	1.085	4.432	2.855	1.577
Holanda	768	552	216	850	641	209
Itália	3.806	2.737	1.069	5.751	3.985	1.766
Portugal	4.431	2.389	2.042	9.580	5.851	3.729
Reino Unido	1.756	1.124	632	2.513	1.503	1.010
Suíça	952	631	321	930	726	204
Ásia	12.249	6.856	5.393	18.264	9.720	8.544
China	2.959	1.661	1.298	6.250	3.435	2.815
Coreia do Sul	1.705	977	728	2.554	1.186	1.368
Japão	5.321	2.890	2.431	7.710	4.079	3.631
Líbano	2.264	1.328	936	1.750	1.020	730
África	1.800	1.110	690	2.238	1.104	1.134
Angola	1.800	1.110	690	2.238	1.104	1.134
Outros Países	10.532	6.143	4.389	15.385	9.269	6.116

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

As estruturas etárias dos fluxos migratórios, nas duas décadas, foram muito semelhantes, sendo a dos anos 2000 ligeiramente mais jovem. A população em idade ativa entre os imigrantes de última etapa girava ao redor de 68,3%, com a razão de

dependência total de 46,3%, ou seja, uma fantástica oferta de mão-de-obra com nível de dependência muito baixo, como pode de depreender dos dados da Tabela 2.14.

A desagregação por nacionalidade mostra uma diferença significativa, com o segmento de naturalizado muito mais jovem, onde se destaca a participação de crianças e jovens, indicando uma migração de tipo mais familiar, característica que se acentua em 2010, com a participação relativa do grupo etário menor que 15 anos de idade de 52,7%, contra 20,4% dos estrangeiros. Em contrapartida, a população em idade ativa de estrangeiros, para esse mesmo ano, aumenta sua participação relativa, que já era alta, de 72,8% para 74,8%.

Tabela 2.14 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos de idade. Brasil, 2000-2010

Grupos de Idade	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
0 -- 15	25.195	42.824
15 -- 25	13.923	28.048
25 --40	29.785	46.842
40 -- 65	19.612	32.036
65 --	4.153	6.719

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os fluxos migratórios internacionais no período analisado foram compostos por pessoas declaradas majoritariamente como sendo de cor branca, 69,4 e 60,5%, respectivamente em 2000 e 2010. Destaca-se o expressivo aumento de imigrantes declaradas pardas, que dobraram de tamanho, fruto do aumento de importância da migração oriunda dos países como Bolívia, Paraguai e Colômbia, e a redução na participação relativa dos amarelos, devido à menor contribuição dos países asiáticos (Tabela 2.15).

Tabela 2.15 Fluxos migratórios internacionais segundo cor ou raça. Brasil, 2000-2010

Cor ou Raça	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
Branca	64.001	94.654
Preta	4.015	8.098
Parda	12.129	37.179
Amarela	10.594	14.094
Indígena	1.418	2.444
Ignorado	511	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quanto ao estado civil dos imigrantes de última etapa, a estrutura etária mais jovem faz com que sobressaíam as pessoas com status de casados e solteiros e, ao contrário do que observamos entre os imigrantes de estoque, a participação de viúvos e divorciados foi muito pequena. Os fluxos que chegaram na década de 2000 trouxeram um volume maior de solteiros, que foi o estado civil predominante, como demonstrado na Tabela 2.16.

Tabela 2.16 Fluxos migratórios internacionais segundo estado civil. Brasil, 2000-2010

Estado civil	Anos	
	2000	2010
Total	74.052	126.071
Casado (a)	34.453	47.171
Desquitado (a) ou separado(a) judicialmente / divorciado(a)	3.576	5.848
Viúvo (a)	2.017	2.649
Solteiro (a)	34.006	70.403

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os fluxos imigratórios da década de 2000, quando comparados aos que chegaram na década anterior foram compostos por imigrantes com nível de instrução inferior. Como as estruturas etárias são bastante parecidas, as diferenças não podem ser atribuídas ao diferencial de idades entre os dois contingentes, mas à menor qualificação educacional dos imigrantes nos fluxos mais recentes.

Muito embora as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto também tenham predominado nos fluxos nos anos 1990 (34,9%), chama atenção o expressivo aumento desse contingente na década seguinte (42,7%), efeito que foi combinado à menor participação relativa dos imigrantes com nível superior completo, respectivamente, 29,5% e 23,3%. Além desses aspectos, destacamos o aumento da participação relativa daquelas pessoas com nível médio completo e superior incompleto (Tabela 2.17).

Tabela 2.17 Fluxos migratórios internacionais segundo nível de instrução. Brasil, 2000-2010

Nível de instrução	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
Sem instrução e fundamental incompleto	32.352	66.500
Fundamental Completo e Médio incompleto	13.688	17.379
Médio completo e Superior incompleto	19.307	35.530
Superior Completo	27.321	36.193
Não determinado	0	867

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A estrutura etária mais jovem favorece que os imigrantes de última etapa apresentem índices elevados da PEA, que no período analisado, além de aumentar significativamente de volume, permaneceu praticamente estável, próximo a 59%.

Quanto à condição de ocupação verificamos, entre 2000 e 2010, um significativo incremento da ordem de 76,7%. A taxa de ocupação dos imigrantes em relação à PEA também foi bem elevada, acima dos 90,0% (Tabela 2.18).

Tanto em relação à PEA quanto à condição na ocupação não foram notadas diferenças significativas por nacionalidade do imigrante.

Tabela 2.18 Fluxos migratórios internacionais segundo condição de atividade, condição na ocupação e procura de trabalho. Brasil, 2000-2010

Condição de atividade, condição de ocupação e nível de instrução	Anos	
	2000	2010
Condição de atividade	74.052	126.071
População economicamente ativa	43.791	73.482
População não economicamente ativa	30.261	52.589
Condição na ocupação	43.791	73.482
Ocupadas	39.471	69.759
Não ocupadas	4.320	3.723

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A inserção do migrante de última etapa no mercado de trabalho brasileiro, na década de 2000, caiu de qualidade quando comparada à década anterior. Como mencionado anteriormente, não podemos atribuir a mudança observada ao diferencial por idade, de fato foram atraídos imigrantes com menores níveis de qualificação até então verificados. Inclusive observamos uma redução de pessoas que vieram ocupar postos de dirigentes, não obstante ao aumento no volume da migração. Os grupos ocupacionais na camada superior na escala das ocupações (diretores e gerentes, ciências e intelectuais, e forças armadas), e os das camadas médias (profissionais de nível médio, apoio administrativo, serviços e vendedores) perdem importância relativa em detrimento dos grupos posicionados nas camadas mais baixas, sobretudo para o grupo de operadores e instaladores de máquinas (Tabela 2.19).

Tabela 2.19 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos ocupacionais. Brasil, 2000-2010

Grupos ocupacionais	Anos	
	2000	2010
Total	39.471	69.759
Ocupação Mal definida	739	6.280
Diretores e gerentes	7.587	7.437
Prof. Ciências e intelectuais	10.144	13.819
Tec. E Prof. Nível médio	3.443	4.582
Trab. Apoio administrativo	1.385	1.929
Trab. Serviços e vendedores	8.259	10.360

Trab.qualif agrop. Caça	1.802	1.715
Trab. Qual. Oper. Artesão	4.949	5.133
Oper. Instal e máquinas	516	12.178
Ocup. Elementares	543	6.182
Membros forças armadas	104	144

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A imigração de última etapa nos dois Censos analisados trouxe para o Brasil imigrantes que se inseriram, em maior medida, no mercado informal de trabalho, quadro que apresenta uma piora, como demonstrado na Tabela 2.20, onde podemos observar a diminuição em valor absoluto dos empregadores, o que guarda correlação com a inserção por grupos ocupacionais, combinado ao aumento expressivo da participação absoluta e relativa dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria.

Tabela 2.20 Fluxos migratórios internacionais segundo posição na ocupação. Brasil, 2000-2010

Posição na ocupação	Anos	
	2000	2010
Total	39.471	69.759
Emprego com carteira	10.795	20.945
Militar ou Emprego. Reg. Jur.	1.097	1.538
Emprego sem carteira	10.503	16.272
Conta própria	11.663	26.484
Empregador	3.689	3.407
Não remunerado	1.724	1.113

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A baixa escolaridade, a forma de inserção dos imigrantes nas ocupações situadas nas camadas inferiores e o forte componente da informalidade explicam os rendimentos domiciliares médios per capita, que se já eram ruins em 2000, quando cerca de 46,1% dos imigrantes viviam em domicílios com menos de 3 salários mínimos, esses passam a corresponder a 63,1%, em 2010. Destaca-se a drástica redução entre as pessoas migrantes vivendo em domicílios com rendimento médio de 10 salários mínimos ou mais (Tabela 2.21).

Tabela 2.21 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010

Faixa de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo)	Anos	
	2000	2010
Total	90.089	152.822
< 1	18.935	50.510
1 -- 2	13.513	31.976
2 -- 3	9.046	13.957
3 -- 5	12.112	16.314
5 -- 10	15.295	16.377
10 ou +	16.936	10.481
Sem renda	4.252	13.207

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No tocante à jornada de trabalho semanal, houve uma mudança significativa entre 2000 e 2010, quando os imigrantes passaram a se concentrar na faixa 40 a 44 horas semanais, 31,7% e 43,3%, respectivamente, quando antes a principal faixa era aquela com jornada superior a 49 horas. Isso implicou na redução da participação relativa dos imigrantes trabalhando em carga horária semanal superior a estabelecida em lei (44 horas). Por outro lado, nas jornadas inferiores a 30 horas, o que de certo modo caracteriza a precarização do trabalho, houve aumento na participação absoluta e relativa dos imigrantes de última etapa (Tabela 2.22).

Tabela 2.22 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de horas semanais. Brasil, 2000-2010

Imigrantes segundo faixas de horas semanais trabalhadas	Anos	
	2000	2010
Faixas de horas semanais trabalhadas	39.471	69.759
< 15	1.748	5.848
15 -- 30	3.261	4.826
30 -- 40	3.722	4.901
40 -- 45	12.522	30.216
45 -- 49	5.094	8.840
49 e +	13.124	15.128

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

2.2 Emigração internacional

O IBGE, de forma inédita, investigou no Censo Demográfico de 2010 a emigração internacional, perguntando no domicílio entrevistado se teria vivido ali alguém que na data de referência do Censo, 31/07/2010, estava residindo no exterior. Os resultados dos quesitos embora não totalmente satisfatórios, dado que apresentou um volume de emigrantes bem abaixo do esperado, possibilitou reafirmar algumas evidências empíricas já apontadas por estudos quantitativos e qualitativos de menor abrangência territorial, no que diz respeito aos principais municípios de origem da emigração e os países preponderantes de destino. Embora com um quantitativo de emigrantes aquém das expectativas, esses resultados são de fundamental importância para direcionar políticas públicas voltadas para questão da emigração.

Além disso, do ponto de vista metodológico, ao invés de desestimular que se siga investigando a emigração internacional nos Censos Demográficos, ao contrário, apontou que o quesito é robusto quando se determina um período de tempo menor para a emigração, como por exemplo, os movimentos ocorridos na década imediatamente anterior à realização do Censo.

Tratando dos resultados propriamente ditos, na Tabela 2.23, observamos que houve uma maior participação de mulheres nos fluxos emigratórios, o que corrobora com uma tendência identificada atualmente nos estudos sobre migração internacional, que aponta para uma feminização dos deslocamentos.

Do ponto de vista dos principais locais de origem, ainda na mesma Tabela, identificamos que 8 Unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco) foram responsáveis pela emissão de 48,3% da emigração. Além disso, os deslocamentos em direção ao exterior tiveram alguma magnitude em 142 municípios do país.

Tabela 2.23 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência ao emigrar. Brasil, 2010

Brasil e Unidades Federação	2010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
<i>Pará</i>	6.540	2.196	4.344
<i>Ceará</i>	6.752	2.049	4.703
<i>Pernambuco</i>	10.297	3.723	6.574
<i>Bahia</i>	17.672	6.866	10.806
<i>Minas Gerais</i>	47.709	24.206	23.503
<i>Espírito Santo</i>	9.664	4.339	5.325
<i>Rio de Janeiro</i>	27.744	11.977	15.767
<i>São Paulo</i>	74.913	35.641	39.272
<i>Paraná</i>	26.257	12.440	13.817

<i>Santa Catarina</i>	8.186	3.931	4.255
<i>Rio Grande do Sul</i>	10.360	4.929	5.431
<i>Goiás</i>	22.198	9.214	12.984
<i>Distrito Federal</i>	7.433	3.210	4.223
<i>Outras UF's</i>	215.920	102.022	113.898

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A estrutura etária da emigração está muito influenciada pela a subenumeração, dado que nos domicílios onde toda família emigrou, era maior a probabilidade da presença de crianças e idosos, o que reduz substancialmente a presença desses segmentos etários entre os emigrantes captados pelo Censo 2010. Contudo, não se pode desprezar a magnitude da população em idade ativa que empreendeu o movimento para o exterior. Outro ponto a destacar é a forte semelhança entre as estruturas etárias de homens e mulheres (Tabela 2.24).

Tabela 2.24 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo grupos de idade ao emigrar (ano de nascimento presumido). Brasil, 2010

Grupos de Idade	2010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
0 -- 15	10.709	5.218	5.491
15 -- 25	84.182	41.035	43.147
25 -- 40	276.469	126.393	150.076
40 -- 65	113.937	51.209	62.728
65 --	5.909	2.694	3.215
Ignorado	439	194	245

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quanto aos principais destinos, em termos continentais foram Europa e América do Norte, destacando que os fluxos para a Ásia superaram em volumes aqueles que se destinaram para a América Latina e Caribe, resultado que seguramente foi influenciado pela emigração ao Japão, que passa ter relevância a partir da década de 1990. Tendo em conta os países de destino, destacamos Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, Itália e Reino Unido, que receberam 67,6% da emigração que qual foi possível enumeração, o restante se distribuiu por mais de 180 países (Tabela 2.25).

Tabela 2.25 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais países de destino. Brasil, 2010

País de nacionalidade	2.010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
América Do Norte	129.940	64.004	65.936
Estados Unidos	117.104	57.857	59.247
Outros Países	12.836	6.147	6.689
América Latina e Caribe	40.224	21.916	18.308
Argentina	8.631	3.875	4.756
Bolívia	7.919	4.434	3.485
Guiana Francesa	3.822	2.156	1.666
Paraguai	4.926	2.863	2.063
Suriname	3.416	2.014	1.402
Outros Países	11.510	6.574	4.936
Europa	249.802	99.344	150.458
Alemanha	16.637	5.719	10.918
Bélgica	5.563	2.413	3.150
Espanha	46.330	16.833	29.497
França	17.743	7.476	10.267
Holanda	5.250	1.768	3.482
Itália	34.652	11.981	22.671
Portugal	65.969	28.771	37.198
Inglaterra	32.270	15.419	16.851
Irlanda	6.202	3.291	2.911
Suíça	12.120	3.194	8.926
Outros Países	7.585	2.784	4.801
Ásia	41.077	23.812	17.265
Japão	36.202	21.189	15.013
Outros Países	4.875	2.623	2.252
Oceania	13.816	7.204	6.612
Austrália	10.836	5.581	5.255
Outros Países	2.980	1.623	1.357
África	6.765	4.916	1.849
Angola	3.696	2.950	746
Outros Países	3.069	1.966	1.103
Outros Países e ignorados	10.021	5.547	4.474

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

2.3 QUADRO SINÓTICO IBGE

Imigrantes de estoque	
1.	Declínio no volume de imigrantes de estoque.
2.	Concentração da imigração em SP, RJ, PR e RS, respectivamente, 71,2% e 63,8%.
3.	Aumento no volume de imigrantes nas Regiões Norte e Nordeste e nas Ufs de MG e GO.
4.	Aumento na participação absoluta de imigrantes oriundos dos países das Américas e China.
5.	Estrutura etária envelhecida, fruto da contribuição das migrações mais históricas, segmento idoso representava 38,4% e 34,9%, respectivamente em 2000 e 2010.
6.	O segmento declarado como de cor branca superava os 70,0% nos dois Censos, mas observamos o aumento na declaração de pretos e pardos em 2010.
7.	A imigração da década de 2000 influenciou o aumento no número de solteiros entre os imigrantes.
8.	Melhoria na estrutura relativa do nível de instrução dos imigrantes.
9.	Aumentou o volume da PEA nas UFs de RO, AM, CE, MG, SC e MS. Em relação à taxa de ocupação, além das Ufs mencionadas, aumento também em RR, MA, RN, PB, PE, PR e DF.
10.	Aumento em valores absolutos dos grupos ocupacionais ciências e intelectuais e do grupo de operadores de máquinas.
11.	Aumento no volume de imigrantes com carteira assinada e conta própria.
12.	Maior volume de domicílios com renda média familiar per capita inferior a 3 salários mínimos.
13.	Aumento absoluto de imigrantes com jornada semanais de trabalho superior a 44 horas e entre 15 a 30 horas. O que sinaliza, por um lado, a precarização e, por outro, a super exploração da força de trabalho imigrante.
Fluxos migratórios internacionais	
14.	Aumento no volume dos fluxos migratórios na ordem de 70,0%.
15.	Predominância de migrantes do sexo masculino, cerca de 60,0%.
16.	Principais destinos continuaram sendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que receberam 43,4% dos fluxos.
17.	Aumenta a contribuição das Américas enquanto espaços de origens dos fluxos migratórios, destacando-se Bolívia, Paraguai, EUA e Argentina. Além desses, Portugal foi um importante emissor para o Brasil.
18.	Estrutura etária jovem, com a população em idade ativa na ordem de 68,3%, ao passo que a razão de dependência total foi de 46,3%.
19.	O segmento dos migrantes naturalizados brasileiros apresentou uma estrutura etária ainda mais jovem, com 52,7% das pessoas com menos de 15 anos de idade.
20.	Destacam-se entre os migrantes de última etapa as pessoas declaradas como brancas 69,4% e 60,5%, respectivamente.
21.	Predomina nos fluxos o estado civil casado e solteiro, sendo que esse último foi fortemente incrementado na década de 2000.
22.	Piorou o nível de instrução dos migrantes que chegaram na década de 2000, com o aumento absoluto e relativo daqueles sem instrução ou fundamental incompleto e redução na participação relativa dos que possuíam nível superior completo.

23. A PEA imigrante foi bastante elevada, cerca de 59,0%, com uma taxa de ocupação superior a 90,0%. Caiu a qualidade na inserção dos imigrantes nos grupos ocupacionais, sobressaindo-se as camadas inferiores em detrimento das camadas superiores, destacando-se a redução em valor absoluto dos diretores e gerentes.
24. Verificamos uma maior inserção dos migrantes no mercado de trabalho informal, quadro que se intensificou na década de 2000.
25. Aumento da presença de migrantes em domicílios com renda média inferior a 3 salários mínimos. Jornadas semanais de trabalho superiores à 49 horas perdem importância relativa para as jornadas de 40 a 44 horas. Em contrapartida, aumenta a participação absoluta e relativa de migrantes com jornadas inferiores à 30 horas semanais, característica da precarização do trabalho.
26. Em contrapartida, aumenta a participação absoluta e relativa de migrantes com jornadas inferiores à 30 horas semanais, característica da precarização do trabalho.

Emigração internacional

28. Maior participação das mulheres nos fluxos emigratórios, corroborando com as evidências de estudos sobre a migração internacional recente.
29. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram lugar de origem de 48,3% da emigração.
30. Em 142 municípios brasileiros a emigração internacional teve uma magnitude importante. A estrutura etária dos emigrantes foi muito semelhante para homens e mulheres, destacando-se o expressivo contingente de população em idade ativa.
31. Quanto ao destino da emigração, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, Itália e Reino Unido receberam 67,6% dos fluxos.
32. A emigração brasileira estava presente em mais de 190 países ao redor do mundo.

3. OS ESTRANGEIROS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: Perfil geral na serie 2011, 2012 e 2013¹³

Delia Dutra¹⁴
Sandro de Almeida¹⁵
Tania Tonhati¹⁶
Gabrielle Palermo¹⁷

Os dados apresentados nessa parte estão baseados nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um importante instrumento de coleta de dados do setor trabalhista, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Gerenciada pelo MTE, a RAIS é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). Entre seus objetivos encontra-se gerar dados para a elaboração de estatísticas sobre o mercado de trabalho.

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente, com informações referentes ao ano-base anterior. Abrange todo o território nacional, podendo ser desagregada em diferentes níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. As informações apresentadas anualmente abrangem cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro; são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos.

Nesta seção desse documento, oferecemos um perfil do trabalhador estrangeiro segundo os dados da RAIS para a série 2011, 2012 e 2013. Começamos apresentando o número total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, a variação entre os anos e

13 Adota-se o termo estrangeiro para designar aqueles trabalhadores com vínculo formal de trabalho, inseridos na base de dados da RAIS, não nascidos no Brasil e não naturalizados.

14 Pós-doutoranda em Estudos Comparados sobre as Américas e pesquisadora do OBMigra.

15 Doutor em Antropologia e pesquisador do OBMigra.

16 Doutoranda em Sociologia e coordenadora executiva do OBMigra.

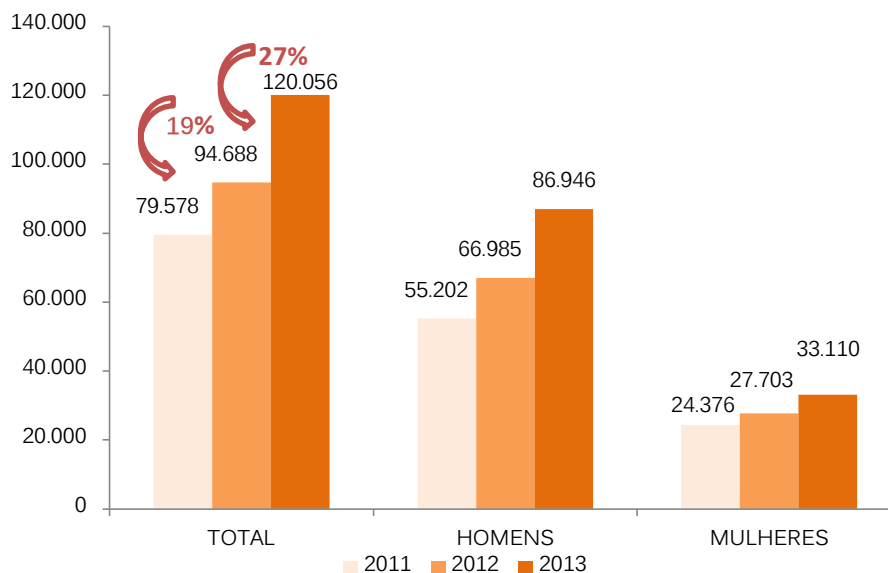
17 Doutoranda em Demografia e pesquisadora do OBMigra

também a segmentação por sexo e idade. Em seguida, analisamos as nacionalidades de origem, de acordo com o sexo. Buscando compreender melhor a procedência desses trabalhadores estrangeiros, damos destaque por região de origem, com ênfase na América Latina. Ato contínuo, analisamos a presença dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro de acordo com os principais grupos ocupacionais e por grau de instrução – apresentamos dados sobre sexo e também sobre algumas nacionalidades específicas. Para finalizar, examinamos brevemente a distribuição dos trabalhadores estrangeiros segundo as Unidades da Federação.

3.1 Estrangeiros por sexo e idade

Entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil aumentou registrando-se uma variação de 19% em 2012 se comparado a 2011, e de 27% em 2013 quando comparado a 2012. No acumulado de 2011 a 2013, o número de estrangeiros cresceu 50,9%.

Gráfico 3.1 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Brasil 2011, 2012 e 2013



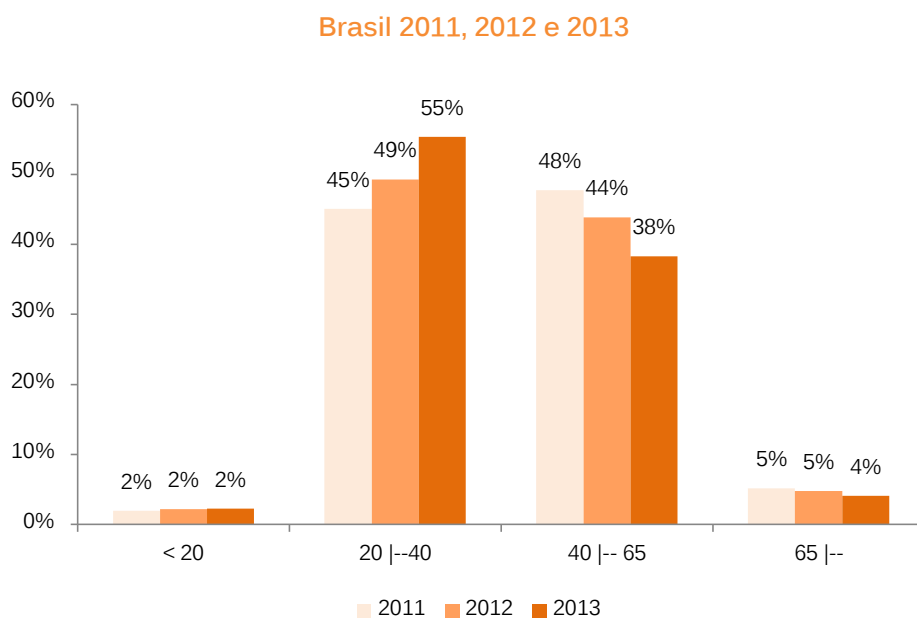
Fonte: RAIS/MTE

O gráfico 3.1 nos permite também observar que a quantidade de trabalhadores (homens) é maior do que a das trabalhadoras (mulheres), variação que se mantém de um ano para outro. Observamos:

- **2013/2012:** + 30% de trabalhadores homens, + 20% de trabalhadoras mulheres
- **2012/2011:** + 21% de trabalhadores homens, + 14% de trabalhadoras mulheres

No que diz respeito às idades dos estrangeiros, considerando o total consolidado, observamos uma alta concentração nas faixas etárias compreendidas entre: os 20 e os 40 anos (45%, em 2011, 49%, em 2012 e 55%, em 2013), e os 40 e os 65 anos (48%, em 2011, 44%, em 2012 e 38%, em 2013).

Gráfico 3.2 Grupos de idade do total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho.



Fonte: RAIS/MTE

3.2 Estrangeiros, por nacionalidade e região de origem (América Latina)

Na tabela 3.1, identificamos a quantidade de estrangeiros registrados na RAIS durante os três anos em função da nacionalidade e do sexo; e, na tabela 3.2, apresentamos o total de trabalhadores estrangeiros em termos de variação, i.e., de porcentagem, segundo as principais nacionalidades.

Tabela 3.1 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais nacionalidades. Brasil 2011, 2012 e 2013

Nacionalidade	2011			2012			2013		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
América Do Norte	3.215	2.161	1.054	3.714	2.465	1.249	3.790	2.491	1.299
Norte-Americana	2.849	1.917	932	3.255	2.143	1.112	3.339	2.199	1.140
Canadense	366	244	122	459	322	137	451	292	159
América Latina e Caribe	38.532	26.113	12.419	46.950	32.457	14.493	64.473	45.899	18.574
Haitiana	814	726	88	4.117	3.606	511	14.579	12.518	2.061
Boliviana	5.835	4.011	1.824	7.325	5.039	2.286	9.478	6.430	3.048
Argentina	7.328	5.047	2.281	8.151	5.589	2.562	9.089	6.138	2.951
Paraguaia	5.314	3.177	2.137	6.819	4.144	2.675	8.550	5.147	3.403
Chilena	5.843	4.101	1.742	5.682	3.954	1.728	5.500	3.795	1.705
Uruguaia	4.718	2.950	1.768	4.952	3.116	1.836	5.269	3.325	1.944
Colombiana	496	321	175	777	513	264	1.366	886	480
Peruana	1.019	728	291	1.866	1.353	513	2.876	2.058	818
Outras Latino-Americanas	7.165	5.052	2.113	7.261	5.143	2.118	7.766	5.602	2.164
Europa	24.468	17.359	7.109	26.689	19.175	7.514	29.319	21.257	8.062
Portuguesa	10.630	7.044	3.586	11.559	7.806	3.753	12.572	8.661	3.911
Espanhola	2.554	1.831	723	2.994	2.200	794	3.657	2.771	886
Italiana	2.892	2.209	683	3.247	2.504	743	3.566	2.776	790
Francesa	2.219	1.662	557	2.655	2.023	632	2.908	2.174	734
Alemã	2.333	1.781	552	2.435	1.875	560	2.455	1.863	592
Britânica	1.091	829	262	1.188	897	291	1.258	942	316
Outras Europeias	2.749	2.003	746	2.611	1.870	741	2.903	2.070	833
Ásia	8.664	6.039	2.625	9.435	6.635	2.800	10.697	7.792	2.905
Chinesa	4.307	2.905	1.402	4.397	2.985	1.412	3.858	2.546	1.312
Japonesa	2.537	1.884	653	2.851	2.091	760	3.150	2.281	869
Coreana	723	428	295	886	564	322	1.182	823	359
Outras Asiáticas	1.097	822	275	1.301	995	306	2.507	2.142	365
África	1.669	1.448	221	2.424	2.104	320	3.851	3.350	501
Angolana	521	422	99	699	559	140	888	678	210
Outras Africanas	1.148	1.026	122	1.725	1.545	180	2.963	2.672	291
Oceania	3.030	2.082	948	5.476	4.149	1.327	7.926	6.157	1.769
Toda Oceania	3.030	2.082	948	5.476	4.149	1.327	7.926	6.157	1.769

Fonte: RAIS/MTE

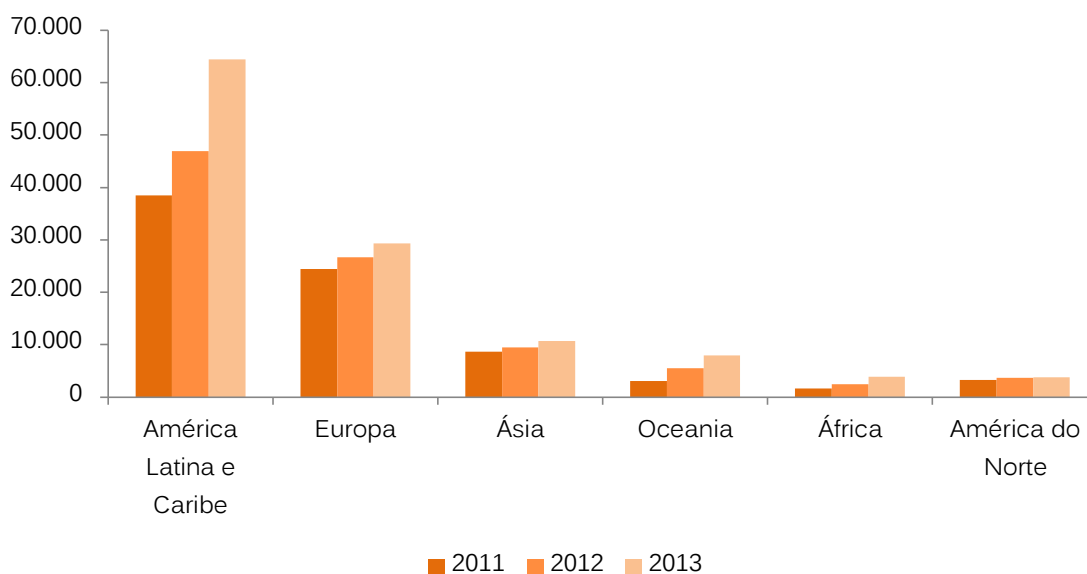
Tabela 3.2 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho por nacionalidades. Brasil 2012/2011 e 2013/2012

Nacionalidade	2012 – 2011	2013 - 2012
Total	18,99%	26,79%
Haitiana	405,77%	254,12%
Peruana	83,12%	54,13%
Oceania	80,73%	44,74%
Colombiana	56,65%	75,80%
Outras Africanas	50,26%	71,77%
Angolana	34,17%	27,04%
Paraguaia	28,32%	25,38%
Boliviana	25,54%	29,39%
Canadense	25,41%	-1,74%
Coreana	22,54%	33,41%
Francesa	19,65%	9,53%
Outras Asiáticas	18,60%	92,70%
Espanhola	17,23%	22,14%
Norte-Americana	14,25%	2,58%
Japonesa	12,38%	10,49%
Italiana	12,28%	9,82%
Argentina	11,23%	11,51%
Britânica	8,89%	5,89%
Portuguesa	8,74%	8,76%
Uruguaia	4,96%	6,40%
Alemã	4,37%	0,82%
Chinesa	2,09%	-12,26%
Outras Latino-Americanas	1,34%	6,95%
Chilena	-2,76%	-3,20%
Outras Europeias	-5,02%	11,18%

Fonte: RAIS/MTE

Também pode ser realizada uma análise por regiões de procedência. O gráfico 3.3 apresenta as quantidades totais de estrangeiros em função da região de origem. E a tabela 3.3 a variação (porcentagens) resultante da comparação do ano 2012/11 e 2013/12. Sendo o destaque para região da América Latina.

Gráfico 3.3 Quantidade estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por regiões de origem. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Tabela 3.3 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo regiões de origem. Brasil 2012/11 e 2013/12

Região	2012-2011	2013-2012
América Latina e Caribe	21,80%	37,30%
Europa	9,10%	9,90%
Ásia	8,90%	13,40%
Oceania	80,70%	44,70%
África	45,20%	58,90%
América do Norte	15,50%	2,00%

Fonte: RAIS/MTE

Se analisarmos a variação (%) registrada dos estrangeiros em função da nacionalidade, durante esses três anos na região da América Latina e Caribe, cabe destacar três casos particulares que chamam a atenção, observa-se:

a) O crescimento do coletivo **haitiano**: de 406% (2012/11) e 214% (2013/12). Trata-se do coletivo cujo crescimento desponta sobre o dos demais e mantém o primeiro lugar, em termos de variação (%), em ambos os períodos comparados. Levando em conta as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de estrangeiros para cada ano, os haitianos passam a ocupar o primeiro lugar pela primeira vez no ano de 2013, sendo que tanto em 2011 quanto em 2012 eram os **portugueses** os que detinham o primeiro lugar. No entanto, em termos de variação (%) os portugueses registram um crescimento constante de quase 9% nesse período.

b) Já o coletivo dos **peruanos** cresceu 83,1% (2012/11) e 54,1% (2013/12). Neste caso, ficam em segundo lugar entre os que mais cresceram na comparação de 2012 com 2011, porém, já nos registros de 2013 comparados aos de 2012, cai para o quinto lugar em crescimento no total de todas as regiões, e terceiro lugar de crescimento na região da América Latina e Caribe especificamente.

c) Os coletivos dos chilenos mantêm em ambos os períodos de comparação uma diminuição de aproximadamente -3%, sendo dentro da região América Latina e Caribe o único coletivo com crescimento negativo.

A tabela 3.4 a seguir apresenta os dados específicos para a região América Latina e Caribe, incluindo a percentagem de variação (2012/2011 e 2013/2012) da quantidade de estrangeiros provenientes desses países.

Tabela 3.4 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo as nacionalidades da região América Latina e Caribe, Brasil 2011, 2012 e 2013.

América Latina e Caribe	2011	2012	2013	2012/2011	2013/2012
Total	38.532	46.950	64.473	21,80%	37,30%
Haitiana	814	4.117	14.579	405,80%	254,10%
Colombiana	496	777	1.366	56,70%	75,80%
Peruana	1.019	1.866	2.876	83,10%	54,10%
Boliviana	5.835	7.325	9.478	25,50%	29,40%
Paraguaia	5.314	6.819	8.550	28,30%	25,40%
Argentina	7.328	8.151	9.089	11,20%	11,50%
Outras Latino-Americana	7.165	7.261	7.766	1,30%	7,00%
Uruguaia	4.718	4.952	5.269	5,00%	6,40%
Chilena	5.843	5.682	5.500	-2,80%	-3,20%

Fonte: RAIS/MTE

3.3 Grupos ocupacionais e grau de instrução

No que refere às atividades exercidas pelos trabalhadores estrangeiros, a RAIS permite realizar uma categorização por grupos ocupacionais. Tal categorização resulta mais apropriada do que o agrupamento por setor de atividade econômica, levando em conta que se está analisando o processo de inserção no mercado de trabalho brasileiro de indivíduos estrangeiros e não se trata de uma análise do mercado de trabalho em geral. As categorias apresentadas na tabela 3.5 foram criadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

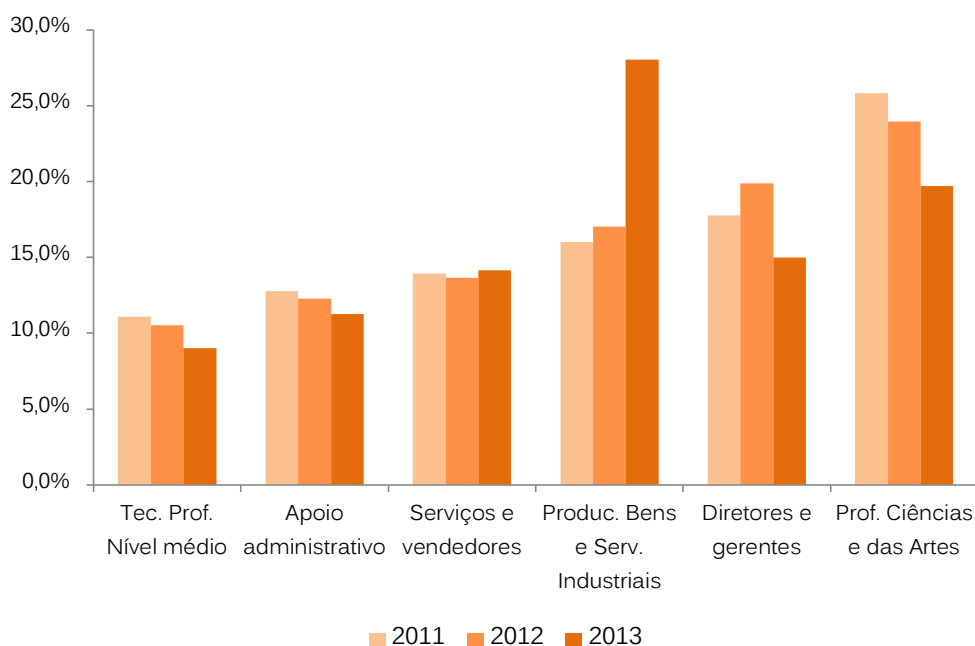
Tabela 3.5 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013.

Ocupação	2011			2012			2013		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
Prof. Ciências e Artes	20.553	13.362	7.191	22.668	14.970	7.698	23.637	15.738	7.899
Diretores e gerentes ¹⁵	14.132	11.507	2.625	16.124	13.078	3.046	17.995	14.470	3.525
Produc. Bens e Serv. Industriais	12.753	10.643	2.110	18.815	15.896	2.919	33.645	28.888	4.757
Serviços e vendedores	11.099	6.738	4.361	12.913	7.934	4.979	16.984	10.154	6.830
Apoio administrativo	10.168	5.171	4.997	11.631	6.039	5.592	13.540	7.285	6.255
Tec. Prof. Nível médio	8.813	5.882	2.931	9.969	6.718	3.251	10.834	7.273	3.561
Serviç.reparação e manutenção	1.373	1.324	49	1.614	1.554	60	1.997	1.928	69
Agropecuários, Florestais e Pesca	666	554	112	892	744	148	1.303	1.131	172
Forças Armadas, Policiais, Bomb.	17	17	0	23	22	1	121	79	42
Ocup. Mal definidas	4	4	0	39	30	9	0	0	0

Fonte: RAIS/MTE

¹⁵ Por extenso: Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes.

Gráfico 3.4 Total de Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo os principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Nos anos da série 2011, 2012 e 2013 identificamos uma variação importante para os seguintes grupos ocupacionais:

- O grupo dos *Profissionais das Ciências e das Artes* foi o primeiro em termos de quantidade de contratação, para os anos 2011 e 2012. No ano 2013, este grupo foi superado pelo de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, ficando em segundo lugar. Sobre o total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, os empregados nesse grupo ocupacional representaram: 25,8% em 2011, 23,9% em 2012 e 19,8% em 2013. Ainda na análise dos *Profissionais das Ciências e das Artes*, cabe salientar que, no período dos três anos analisados a média de homens empregados foi de 65,9% enquanto a de mulheres foi de 34,1%. Trata-se do segmento com o maior número de mulheres empregadas.

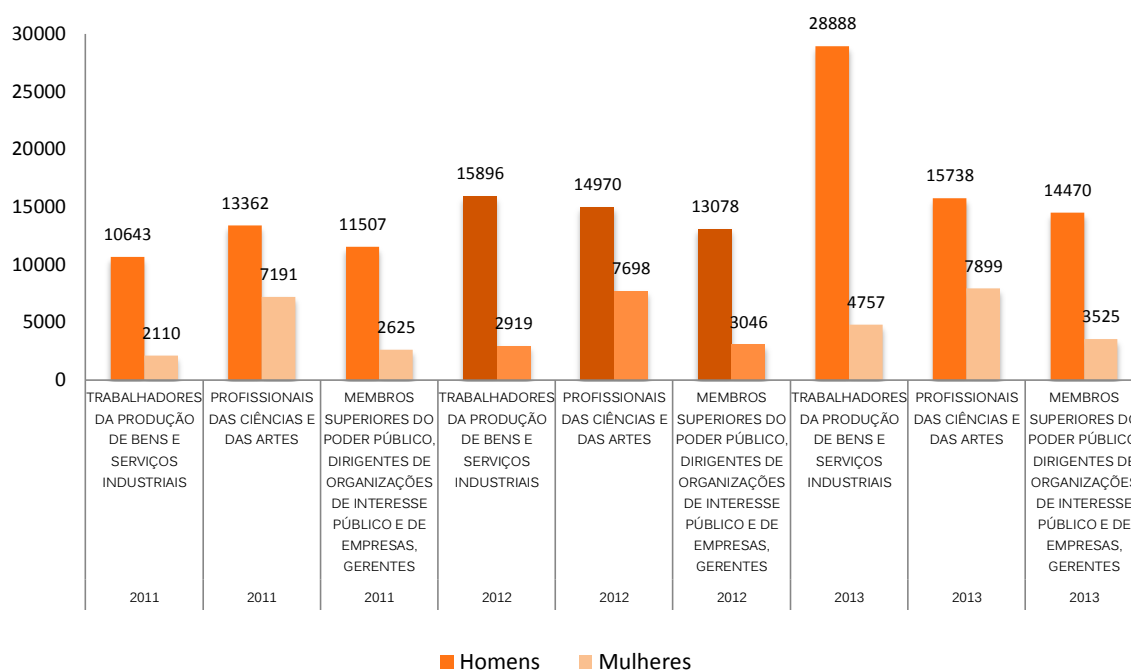
- Os *Diretores e Gerentes* foram o segundo grupo em 2011, representando 17,8%. Em 2012 passa a representar 17% do total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, ficando na segunda posição. No ano de 2013, passa a ocupar o terceiro lugar em termos de quantidade de estrangeiros contratados com 15% do total, ficando atrás do grupo *Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais* (primeiro) e *Profissionais das Ciências e das Artes* (segundo). Para o período dos três anos, a média de homens *Diretores e Gerentes* contratados foi 77,2% e de mulheres 22,8%.

- Na *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, terceiro grupo em termos de quantidade de estrangeiros contratados em 2011, identifica-se uma mudança

significativa no que refere a sua participação (%) no total de trabalhadores estrangeiros no Brasil. Em 2011, esse grupo ocupacional representou 16,0% do total de contratados. Em 2012, aumentou para 19,9% ocupando o segundo lugar ficando atrás somente dos *Profissionais das Ciências e das Artes*; e em 2013 fica no primeiro lugar com 28,0% do total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

No que refere à distribuição por sexo, trata-se de um setor tradicionalmente mais identificado com os homens. Não somente segue a tendência apresentada pela RAIS, mas a acentua aumentando a concentração de trabalhadores homens neste grupo. Como resultado, temos uma média de 84,6% contra 15,4% de trabalhadoras mulheres estrangeiras durante o período dos três anos analisados.

Gráfico 3.5 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo os três principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Observamos uma concentração gradativa no grupo ocupacional *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* que pode estar sendo estimulada pelo aumento de alguns coletivos de estrangeiros originários da América Latina e o Caribe (haitianos, peruanos, paraguaios, bolivianos), com perfis específicos que se adéquam mais às demandas desse grupo ocupacional. Entretanto, entendemos que somente um acompanhamento sistemático dos dados dos próximos anos permitirá compreender a

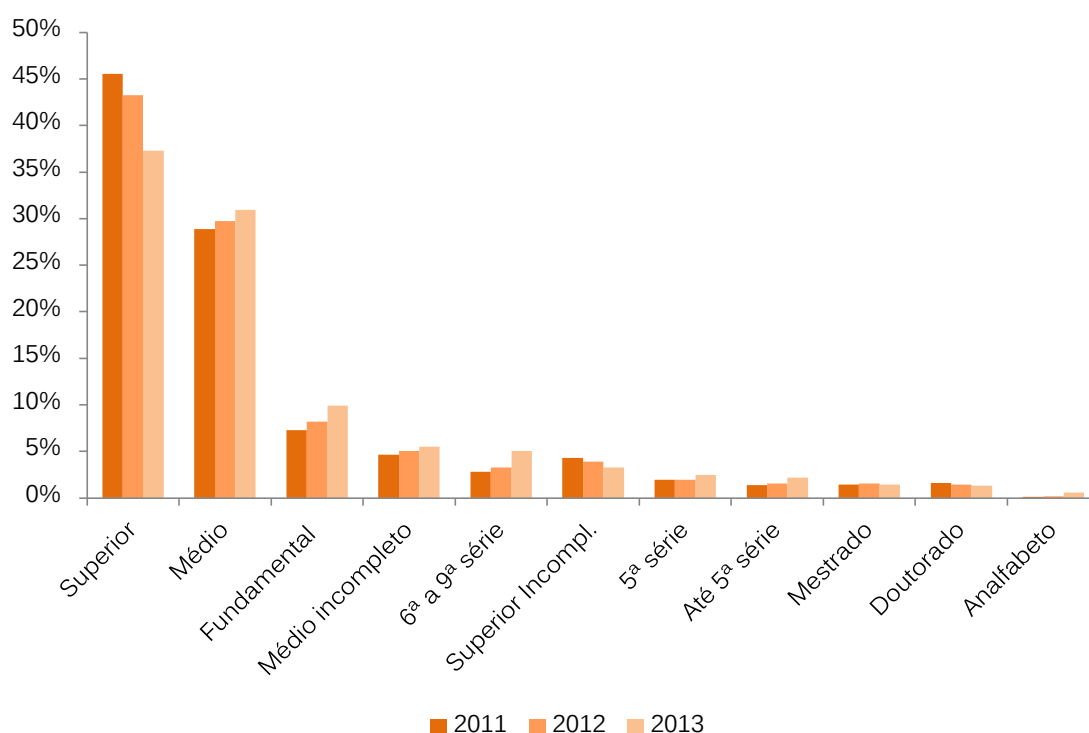
capacidade do mercado formal de trabalho brasileiro, sobretudo nesse segmento, de absorver o incremento dos fluxos migratórios.

A análise sobre os principais grupos ocupacionais pode ser relacionada com o grau de instrução dos trabalhadores estrangeiros no período de 2011, 2012 e 2013.

Observe-se no gráfico 3.6 que, para os três anos analisados, se registra uma maior concentração de estrangeiros com educação de *nível superior completa*, ou seja, estudos universitários: em 2011 representou 45,6% do total do ano, em 2012 foi 43,3% e em 2013, 37,3%. Os estrangeiros com *ensino médio completo* conformam o segundo grupo em termos de quantidade: 28,9% em 2011, 29,7% em 2012 e 30,9% em 2013.

Gráfico 3.6 Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo grau de instrução.

Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

Os trabalhadores estrangeiros com grau de formação de ensino médio completo ocupam um segundo lugar no que se refere a sua participação no total de cada ano. Porém, trata-se do grupo que registra um crescimento mais expressivo se comparado aos demais grupos, em termos de grau de instrução, e em cujos registros o predomínio dos trabalhadores homens sobre as trabalhadoras mulheres se acentua. Nessa linha, pode-se sustentar que existe uma forte sensibilidade à variável sexo na categoria de trabalhadores estrangeiros com nível médio completo como grau máximo de formação.

3.3.1 - As principais ocupações e grau de instrução, por nacionalidades

Os estrangeiros adquirem vínculos formais de trabalho de maneira diferenciada, conforme sua escolaridade e também conforme a sua origem. De maneira generalizada, pode-se dizer que no triênio analisado o segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* foi aquele que mais empregou trabalhadores estrangeiros oriundos da América Latina. Por outro lado, é possível observar uma tendência crescente de criação de vínculos formais de trabalho ocupados por indivíduos de cidadania europeia no segmento de *Diretores e gerentes*. O segmento de *Profissionais das Ciências e das Artes* também merece destaque por empregar numerosos estrangeiros de diferentes nacionalidades. Este segmento era o primeiro até 2012, mas perdeu o posto para o segmento dos *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*.

Os **Haitianos** estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega essa nacionalidade, de 2011 a 2013. Em 2011, empregava formalmente 58,4% dos haitianos no Brasil, passando para 72,1% em 2012 e 74,8% em 2013. Houve um crescimento de 525,3% de 2011 para 2012 e de 267,4% para 2013.

Na sequência temos o grupo ocupacional dos *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*, que empregava 22,4% em 2011, passando para 15,6% em 2012 e ficando em 17,4% em 2013, mesmo com um crescimento de 294,1% de 2012 para 2013.

Exceção feita às *Forças Armadas, policiais e bombeiros militares* e aos *profissionais das ciências e das artes*, houve crescimento em todos os grupos.

Tabela 3.6 Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.911
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1

Fonte: RAIS/MTE

No tocante ao grau de instrução dos haitianos com vínculo de trabalho formal no Brasil, ocupam o primeiro lugar aqueles com *Ensino Médio completo*, que representavam 39,4% do total em 2011, passando para 30,8% em 2012 e 32,5% em 2013. Este segmento manteve crescimento proporcional razoavelmente estável de 2011 para 2012 (295,6%) e para 2013 (273,6%). Cresceu também a presença de indivíduos com *Ensino Fundamental Completo*, de 17,7% do total em 2011 para 20,7% em 2013. Cresceu significativamente a presença daqueles com educação *do 6º ao 9º ano incompleto do Ensino Fundamental*, que eram 8,6% em 2011, passando para 11,7% em 2012 e 15,8% em 2013. Houve, ainda, o aumento da presença de haitianos classificados como *analfabetos*, de 979,1% de 2012 para 2013. No entanto, em termos relativos esse número não alcança 5% do total desse grupo.

Tabela 3.7 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Ensino Médio Completo	321	1.270	4.745
Ensino Fundamental Completo	144	953	3.017
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	70	482	2.301
Ensino Médio Incompleto	117	618	1.604
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	79	369	1.125
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	57	229	924
Analfabeto	4	43	464
Educação Superior Completa	12	78	217
Educação Superior Incompleta	7	71	179
Doutorado Completo	2	1	3
Mestrado Completo	1	3	0

Fonte: RAIS/MTE

A inserção dos **portugueses** no mercado de trabalho formal brasileiro é distribuída por diferentes segmentos, não existindo um que concentre uma grande maioria.

Os *Profissionais das Ciências e das Artes* eram 20,4% em 2011, ficando em 21,2% em 2012 e 20,6% em 2013. Os *Diretores e Gerentes* representavam 18,5% em 2011 e 19,0% em 2012, passando para 19,8% em 2013. Enquanto que os *Trabalhadores de serviços administrativos* e os *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e*

mercados participavam, respectivamente, com 17,9% e 15,5% em 2012, passando para 16,9% e 15,3% em 2013.

Houve pequeno crescimento no segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, que eram 12,3% em 2011, passando para 12,8% em 2012 e 14,1% em 2013.

Tabela 3.8 Portugueses com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	10.630	11.559	12.572
Profissionais das Ciências e das Artes	2.164	2.454	2.588
Diretores e Gerentes	1.971	2.191	2.495
Trabalhadores de serviços administrativos	1.998	2.068	2.120
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.719	1.795	1.922
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.308	1.477	1.768
Técnicos de nível médio	1.256	1.305	1.381
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	174	221	234
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	38	44	52
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	0	2	12

Fonte: RAIS/MTE

Em 2011, 39,3% dos portugueses formalmente empregados no Brasil possuíam *Educação Superior completa*, sendo 41,1% em 2012 e 41,4% em 2013. Aqueles indivíduos com *Ensino Médio Completo* são o segundo grupo mais numeroso, com 33,0% dos portugueses com vínculo formal de trabalho em 2011, passando para 34,2% em 2013. *Ensino Fundamental completo* e *Educação Superior incompleta* tiveram sua participação ligeiramente reduzida, de 9,5% (2011) para 8,6% (2012) e então 7,9% (2013) no primeiro caso e de 4,6% (2011) para 4,3% em 2012 e 3,8% em 2013 no segundo caso.

**Tabela 3.9 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil
2011, 2012 e 2013**

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	10630	11.559	12.572
Educação Superior Completa	4180	4.746	5.205
Ensino Médio Completo	3509	3794	4.303
Ensino Fundamental Completo	1011	989	991
Educação Superior Incompleta	486	502	484
Ensino Médio Incompleto	406	429	453
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	363	372	351
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	346	333	305
Mestrado Completo	133	176	225
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	113	119	128
Doutorado Completo	80	90	114
Analfabeto	3	9	13

Fonte: RAIS/MTE

Os **bolivianos** com vínculo formal de trabalho no Brasil estão ocupados principalmente nos segmentos de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* e como *Profissionais das Ciências e das Artes*. Em 2011, 46,5% dos bolivianos estavam empregados como *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, em 2012, 51,4% e em 2013 58,9%, definindo uma considerável concentração neste segmento da economia que apresentou crescimento de 38,6% de 2011 para 2012 e 48,4% de 2012 para 2013. O segmento de *Profissionais das Ciências e das Artes* teve sua participação relativa diminuída desde 2011 quando representava 22,4% dos bolivianos com vínculo formal de trabalho. Em 2012 foram 18,5% e em 2013 14,4% ocupados como profissionais desse segmento.

O setor que vem elevando sua participação relativa no tocante a inserção de bolivianos no mercado de trabalho formal é aquele de *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados*, que apresentou crescimento de 37,9% de 2011 para 2012 e de 17,2% de 2012 para 2013.

Uma variação curiosa é o crescimento negativo do segmento de *Diretores e Gerentes* entre 2012 e 2013. O segmento, que cresceu + 25,6% de 2011 para 2012, reduziu em - 17,9% de 2012 para 2013.

Tabela 3.10 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	5.835	7.325	9.478
Trabalhadores Produção Bens e Serviços Industriais	2.714	3.762	5.584
Profissionais das Ciências e das Artes	1.307	1.355	1.365
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados	446	615	721
Trabalhadores de serviços administrativos	480	553	663
Técnicos de nível médio	508	555	627
Diretores e gerentes	262	329	270
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	37	55	124
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	81	99	123
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	0	0	1

Fonte: RAIS/MTE

Segundo o grau de instrução, em 2011 37,1% dos bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil possuíam o *Ensino Médio Completo*, ficando em 39,8% em 2012 e 39,5% em 2013. O crescimento deste grupo foi de 34,4% de 2011 para 2012 e 28,7% de 2012 para 2013.

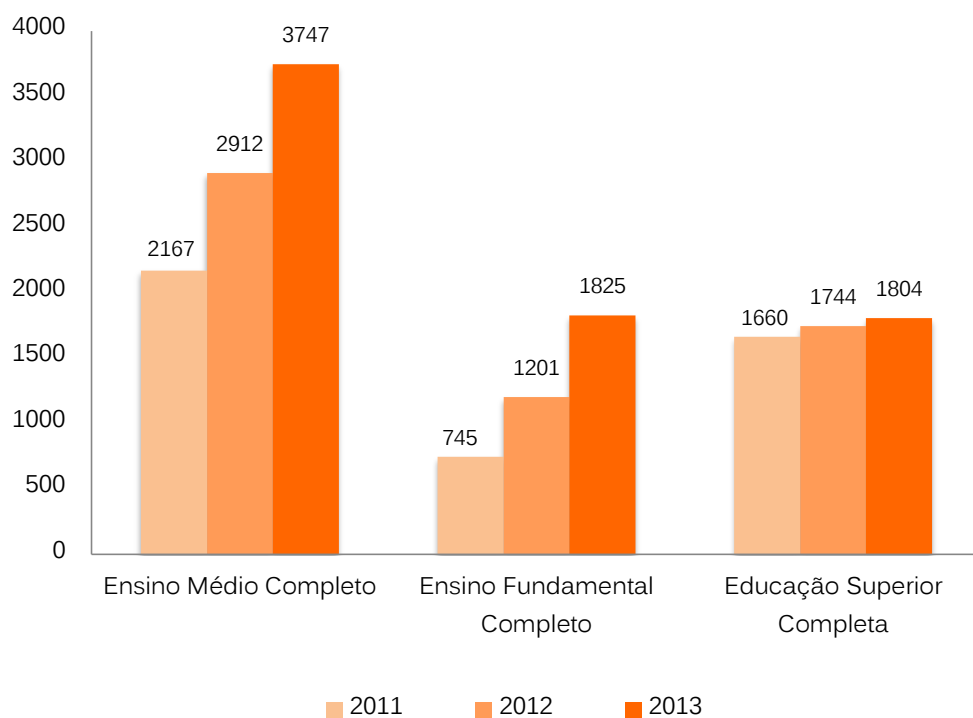
O grupo que apresentou maior crescimento no triênio analisado de acordo com o grau de instrução foi o daqueles bolivianos com *Ensino Fundamental Completo*. De 2011 para 2012, foram 61,2% de crescimento e em 2013 foram 52,0%. Dentre os bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, este grupo deixou de ser o terceiro mais numeroso em 2012 para se tornar o segundo mais numeroso em 2013, ultrapassando aquele de *Educação Superior completa* que pouco cresceu nos últimos anos: 5,1% de 2011 para 2012 e 3,4% de 2012 para 2013. Em 2011, 28,4% dos bolivianos formalmente empregados possuíam *Educação Superior completa*, ficando em 19,0% no ano de 2013. Enquanto que o grupo com *Ensino Fundamental completo* passou de 12,8% em 2011 para 19,3% em 2013.

Tabela 3.11 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	5835	7.325	9.478
Ensino Médio Completo	2167	2.912	3.747
Ensino Fundamental Completo	745	1201	1.825
Educação Superior Completa	1660	1744	1.804
Ensino Médio Incompleto	461	596	863
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	226	322	435
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	266	186	376
Educação Superior Incompleta	163	188	184
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	72	84	142
Mestrado Completo	39	48	50
Doutorado Completo	29	28	33
Analfabeto	7	16	19

Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 3.7 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Os **espanhóis** estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, sobretudo, como *Diretores e Gerentes*. Este grupo ocupacional representava 28,4% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho em 2011, passou para 29,0% em 2012 e 31,3% em 2013. O segmento registrou um crescimento de 19,7% de 2011 para 2012 e 31,7% de 2012 para 2013.

O segundo segmento mais numeroso é o dos *Profissionais das Ciências e das Artes*, que contava com 25,1% em 2011, 24,0% em 2012 e 21,1% em 2013. Este segmento cresceu apenas 7,4% de 2012 para 2013.

O segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* teve crescimento de 24,3% de 2011 para 2012 e 34,9% de 2012 para 2013. E aquele de *Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção* cresceu 37,2% de 2011 para 2012 e 39,0% de 2012 para 2013.

Tabela 3.12 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	2.553	2.994	3.657
Trabalhadores da Produção Bens e Serviços Industriais	251	312	421
Profissionais das Ciências e das Artes	640	719	772
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados	234	273	331
Trabalhadores de serviços administrativos	314	346	413
Técnicos de nível Médio	343	413	485
Diretores e Gerentes.	725	868	1.143
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3	4	7
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	43	59	82
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	0	0	3

Fonte: RAIS/MTE

Com relação ao grau de instrução, os espanhóis se concentram na categoria daqueles que possuem *Educação Superior completa*. Em 2011 eram 56,1% nessas condições, passando para 58,5% em 2012 e chegando a 59,7% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho no Brasil em 2013. Crescimento de 22,1% de 2011 para 2012 e de 24,7% de 2012 para 2013.

Aqueles que possuem o *Ensino Médio completo* são o segundo grupo mais numeroso. Representavam 25,3% em 2011, passaram para 23,6% em 2012 e subiram aos 24,8% em 2013. Esta categoria cresceu 9,6% de 2011 para 2012 e 28,1% de 2012 para 2013.

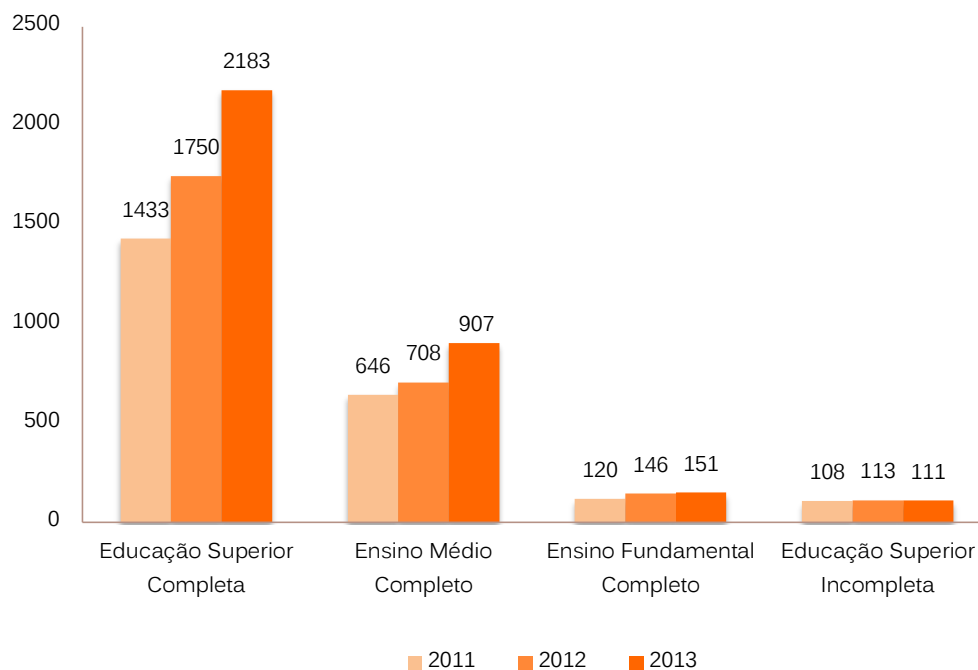
Tabela 3.13 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução.

Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	2554	2.994	3.657
Educação Superior Completa	1433	1.750	2.183
Ensino Médio Completo	646	708	907
Ensino Fundamental Completo	120	146	151
Educação Superior Incompleta	108	113	111
Mestrado Completo	51	63	78
Ensino Médio Incompleto	50	63	74
Doutorado Completo	46	48	55
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	43	50	45
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	39	34	31
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	17	18	19
Analfabeto	1	1	3

Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 3.8 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

3.4 A inserção por Estados da federação

Os estrangeiros estão presentes no mercado de trabalho formal distribuídos pela vasta extensão territorial do Brasil. Entre 2011 e 2013, houve aumento da presença estrangeira em todas as Unidades da Federação.

Existe uma considerável concentração naqueles Estados que compõem as regiões Sudeste e Sul. No triênio analisado, São Paulo se afirma como o Estado com o maior número de estrangeiros formalmente empregados. Dos 79.578 estrangeiros empregados no país em 2011, o mercado de trabalho paulista acolhia 27.515, ou seja, 34,6% do total. Em 2013 São Paulo seguia como a UF que mais empregava estrangeiros, com 38.293 indivíduos. A participação percentual de São Paulo no agregado nacional, contudo, reduziu de 34,6% em 2011 para 31,9% em 2013.

Os Estados que experimentaram maior crescimento relativo foram Santa Catarina, com 63,5% de 2011 para 2012 e 133,4% de 2012 para 2013; Rio Grande do Sul, com 53,6% de 2011 para 2012 e 42,0% de 2012 para 2013; e o Paraná, com um crescimento de 44,2% de 2011 para 2012 e 68,2% de 2012 para 2013.

No quesito inserção de estrangeiros no mercado de trabalho formal, Santa Catarina merece destaque por ter ultrapassado Minas Gerais, o Distrito Federal, o

Amazonas e o Rio Grande do Sul entre 2011 e 2013. Em 2011 Santa Catarina empregava 1,4% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil, em 2012 passou para 2,0% e em 2013 atingiu o patamar de 3,6% em relação ao agregado nacional.

No triênio analisado, as Unidades da Federação que apresentaram menor crescimento relativo na inserção de estrangeiros no mercado de trabalho formal foram: a Bahia, com crescimento de 14,2% de 2011 para 2012 e 12,5% de 2012 para 2013; o Rio de Janeiro, com 17,2% de 2011 para 2012 e 8,5% de 2012 para 2013; e o Amazonas, com 19,4% de 2011 para 2012 e 6,5% de 2012 para 2013.

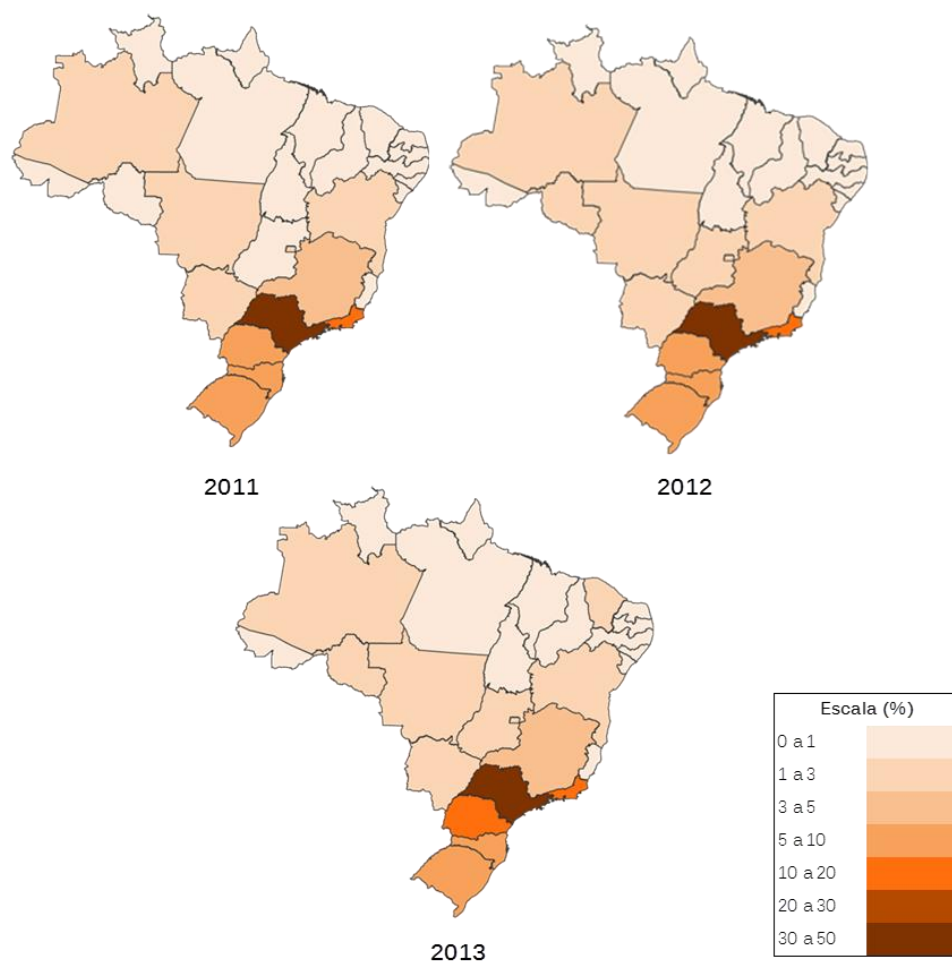
O destaque negativo desta pequena série é o Rio de Janeiro. Afamado mundialmente como porta de entrada dos estrangeiros no Brasil, o mercado de trabalho formal fluminense empregou apenas 11.964 estrangeiros em 2013, um crescimento de apenas 8,5% em relação ao ano anterior. Um crescimento bastante abaixo do observado nacionalmente e que representou uma redução na participação percentual do Rio de Janeiro em relação ao agregado nacional, de 11,8% em 2011 para 10,0% em 2013.

Tabela 3.14 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013

Unidades Federativas	2011	2012	2012/2011	2013	2013/2012
Total	79.578	94.688	19,0%	120.056	27,8%
São Paulo	27.515	33.172	20,6%	38.293	15,4%
Rio de Janeiro	9.408	11.022	17,2%	11.964	8,5%
Paraná	2.697	3.890	44,2%	6.544	68,2%
Santa Catarina	1.147	1.875	63,5%	4.376	133,4%
Rio Grande do Sul	1.420	2.181	53,6%	3.097	42,0%
Amazonas	1.749	2.089	19,4%	2.225	6,5%
Distrito Federal	1.295	1.520	17,4%	1.846	21,4%
Minas Gerais	1.245	1.511	21,4%	1.827	20,9%
Mato Grosso	712	892	25,3%	1.573	76,3%
Bahia	740	845	14,2%	951	12,5%
Rondônia	543	722	33,0%	936	29,6%
Outras Unidades da Federação	31.107	34.969	12,4%	46.424	32,8%

Fonte: RAIS/MTE

Mapa 3.1 Distribuição de Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013



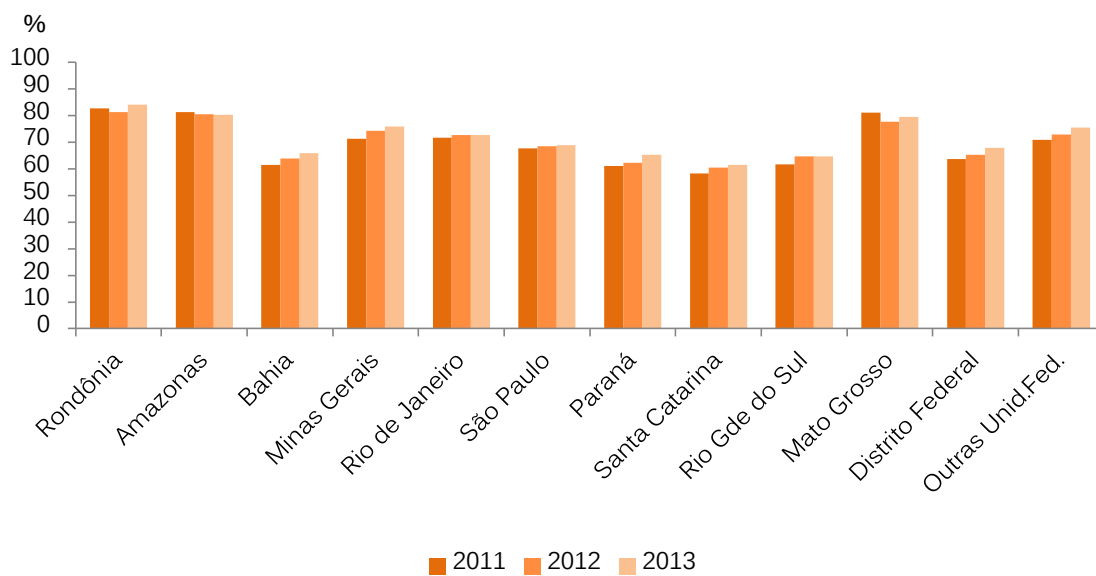
Fonte: RAIS/MTE

A partir dos mapas acima é possível perceber que existe uma grande dispersão dos estrangeiros pelo território nacional. Em 2011, 31.107 estrangeiros encontravam-se empregados com vínculo formal de trabalho distribuídos em “outras Unidades da Federação”¹⁸. Este número cresceu 12,4% de 2011 para 2012, chegando a 34.969 pessoas e 32,8% de 2012 para 2013, chegando aos 46.424 estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

18 O grupo das “Outras Unidades da Federação” é composto por 16 UFs que não atingiram individualmente o número de 500 estrangeiros com vínculo de trabalho formal. Ver nota metodológica e discussão sobre relevância estatística.

A distribuição por sexo dos estrangeiros em termos de porcentagem, nos anos 2011, 2012 e 2013 nas principais¹⁹ Unidades da Federação, pode ser observado nos gráficos 3.9 e 3.10.

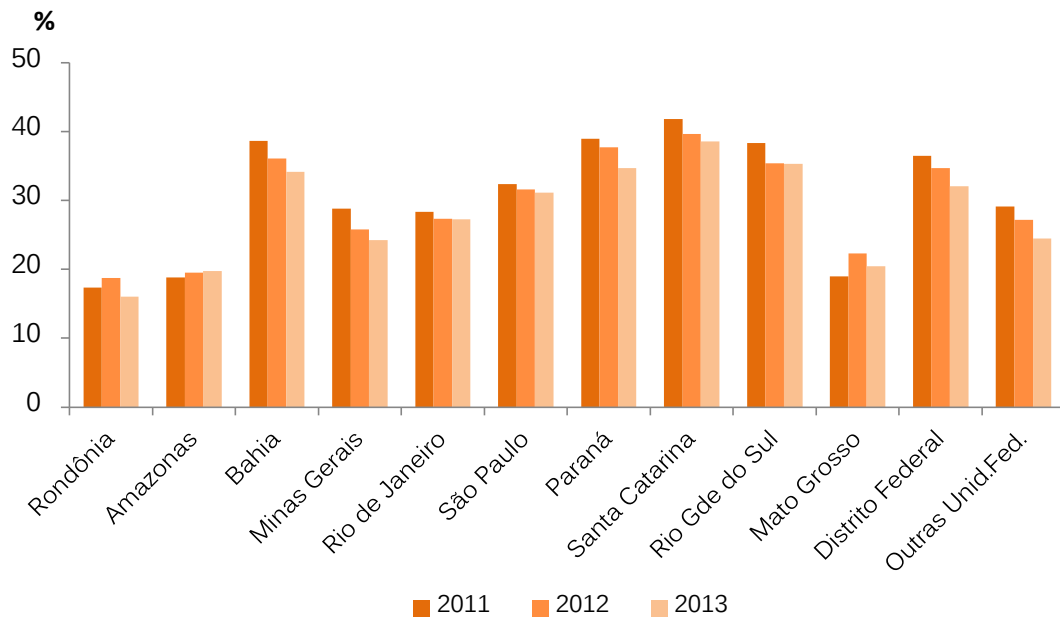
Gráfico 3.9 Total de Homens Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

¹⁹ Trata-se das *principais* Unidades da Federação em função da presença de estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

Gráfico 3.10 Total de Mulheres Estrangeiras, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

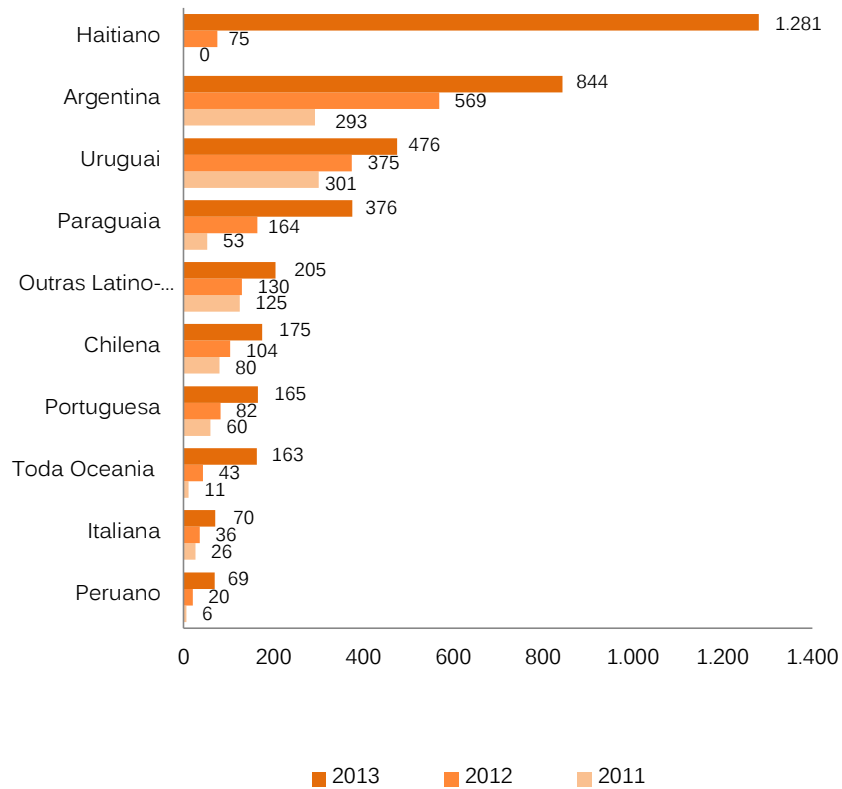
A apresentação gráfica permite visualizar, de modo geral, o predomínio de estrangeiros do sexo masculino com vínculo formal de trabalho em algumas das Unidades da Federação. Cabe salientar que os gráficos estão em porcentagens relativas às quantidades de trabalhadores estrangeiros para cada Estado. Portanto, vale, nesse sentido, a comparação no âmbito de cada Unidade da Federação, e não entre elas.

O cálculo da média geral, em cada um dos três anos analisados, sobre o total de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros/as, dá como resultado que há no país aproximadamente 70,0% de homens e 30,0% de mulheres trabalhando no mercado de trabalho formal.

3.4.1 Santa Catarina e os haitianos

Tomando rapidamente os números de Santa Catarina como caso ilustrativo, é possível notar a principal tendência que caracteriza o cenário mais geral (nacional). O impacto da presença dos Haitianos salta aos olhos. Os Haitianos contavam 0 (zero) indivíduos empregados em Santa Catarina no ano de 2011, passando para 75 em 2012 e saltando para 1.281 em 2013. Em apenas dois anos, deixaram de ser desconhecidos para virar o grupo mais numeroso. Os Haitianos representam, no estado de Santa Catarina, 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho em 2013.

Gráfico 3.11 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho em Santa Catarina. Brasil
2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

A seguir apresentamos um quadro sinótico das principais tendências a partir da base da RAIS.

3.5 Quadro Sinótico RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

Entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil **aumentou** registrando-se uma variação de **19,0%** em **2012** se comparado a 2011, e de **27,8%** em **2013** quando comparado a 2012.

Nacionalidades (América Latina e Caribe): ao analisar a variação registrada dos estrangeiros originários desta região destacamos:

Haitianos: crescimento 405,8% (2012/11) e 254,1% (2013/12).

Mantem o primeiro lugar, em termos de variação, em ambos os períodos comparados.

Haitianos: ocupam o primeiro lugar no mercado de trabalho formal em 2013, sendo que tanto em 2011 quanto em 2012 eram os **portugueses** os que detinham a liderança

Perfil sócio-econômico

Peruanos: crescimento 83,1% (2012/11) e 54,1% (2013/12)

Paraguaios: crescimento 28,3% (2012/11) e 25,4% (2012/13).

Bolivianos: crescimento 25,5% (2012/11) e 29,4% (2012/13).

Chilenos: único com crescimento negativo de aproximadamente -3% em toda a série.

Idade

- Registra-se alta concentração nas faixas etárias compreendidas entre os 20 e os 40 anos (45% em 2011, 49% em 2012 e 55% em 2013), e os 40 e os 65 anos (48% em 2011, 44% em 2012 e 38% em 2013).

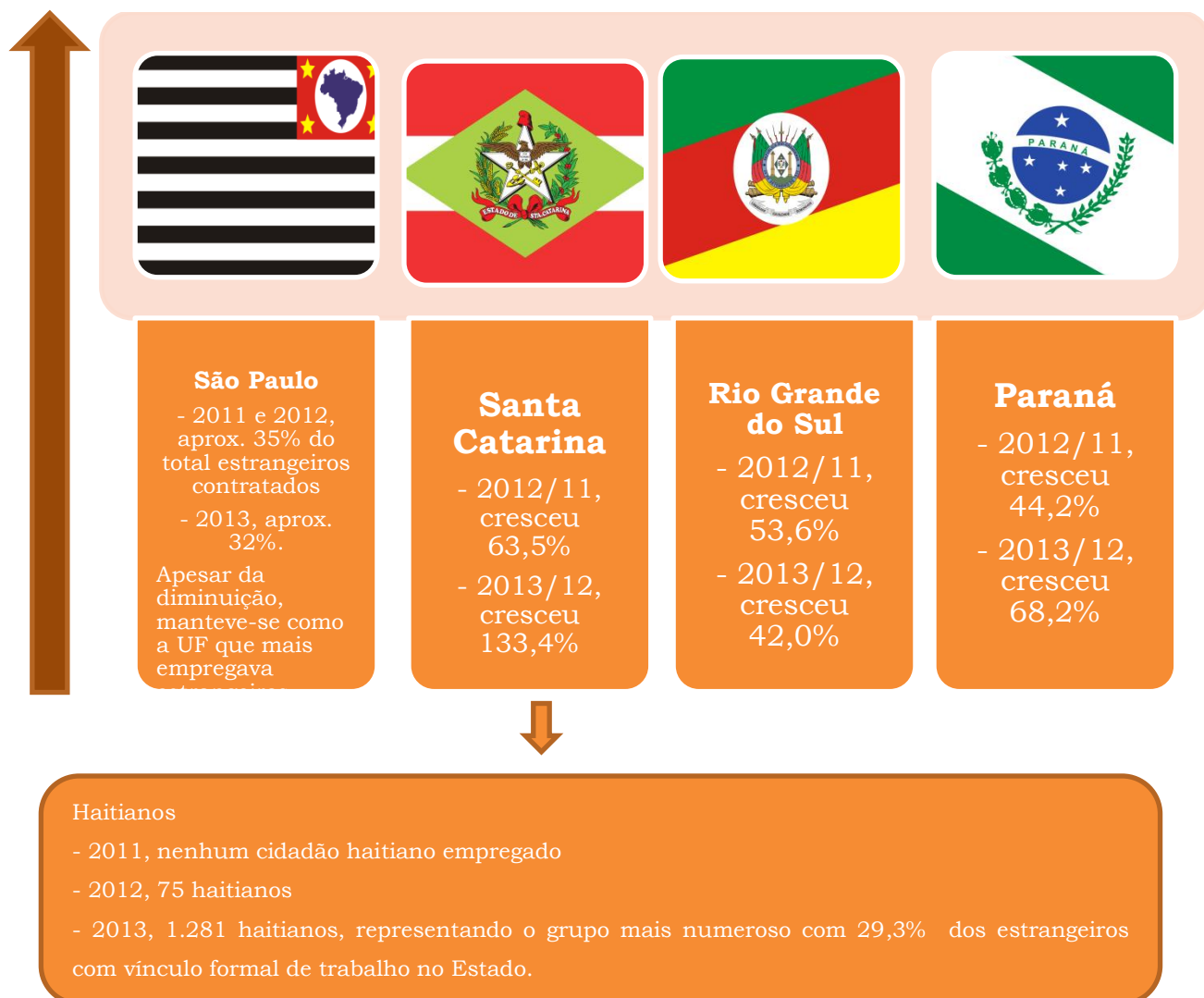
Sexo

- O cálculo da média geral, em cada um dos três anos analisados, sobre o total de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros/as, dá como resultado que houve no país aproximadamente 70% de homens e 30% de mulheres

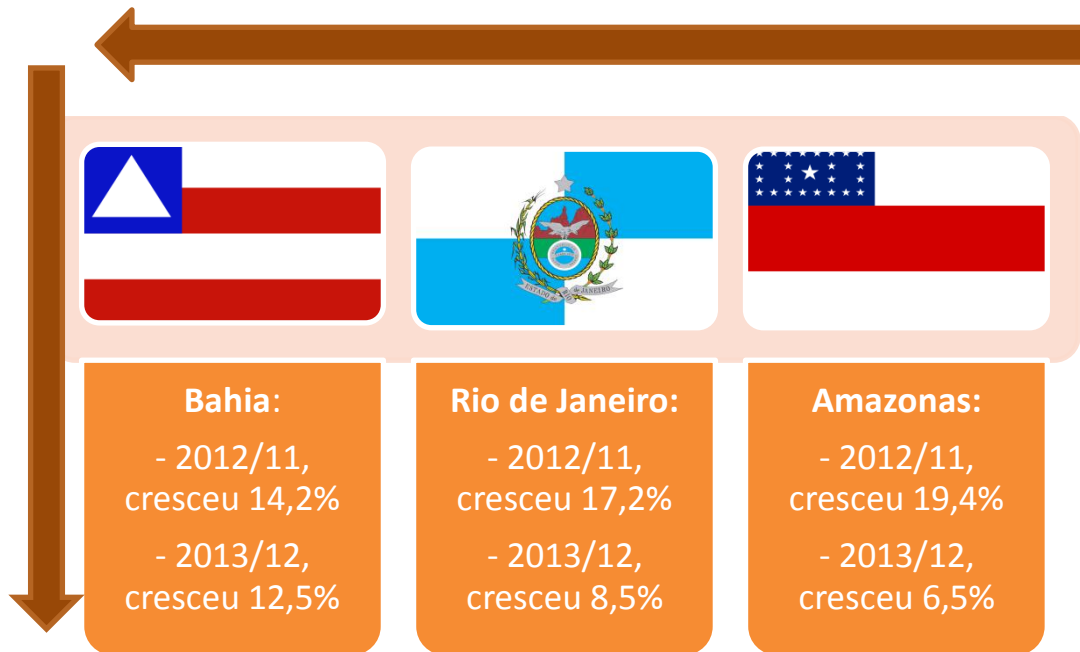
Grau de instrução

- - Superior completo (registra-se tendência à diminuição):
 - - 2011, 45,6% do total estrangeiros contratados
 - - 2012, 43,3%
 - - 2013, 37,3%
- - Médio completo (registra-se tendência ao aumento)
 - - 2011, 28,9%
 - - 2012, 29,7%
 - - 2013, 30,9%
- - Doutorado (registra-se leve tendência à diminuição)
 - - 2011, 1,6%
 - - 2012, 1,4%
 - - 2013, 1,3%
- - Analfabetos (registra-se leve tendência ao aumento)
 - - 2011, 0,1%
 - - 2012, 0,2%
 - - 2013, 0,6%

A inserção no mercado de trabalho por Estados da federação

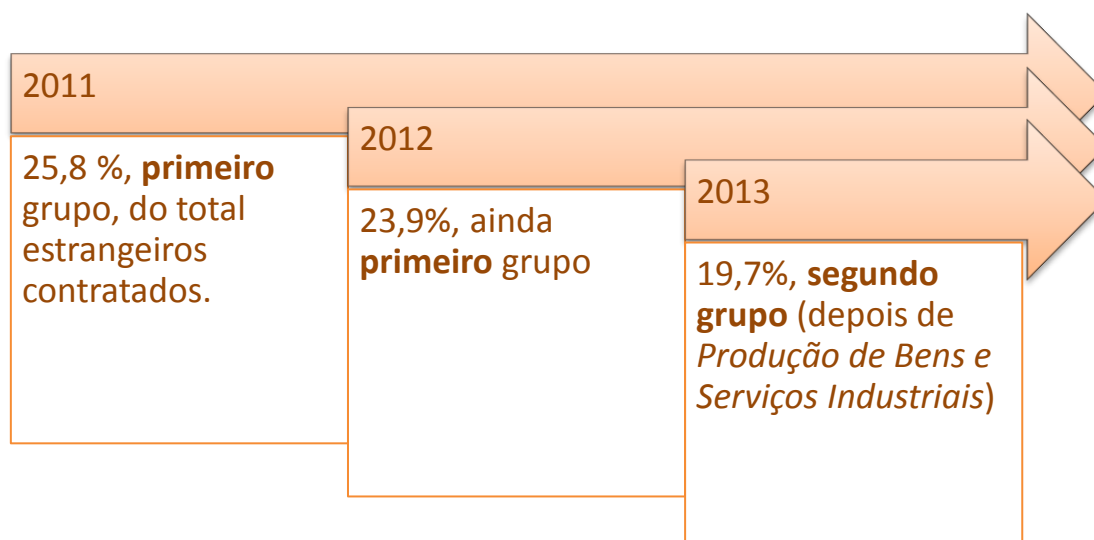


Estados com menor crescimento relativo



As principais ocupações por sexo

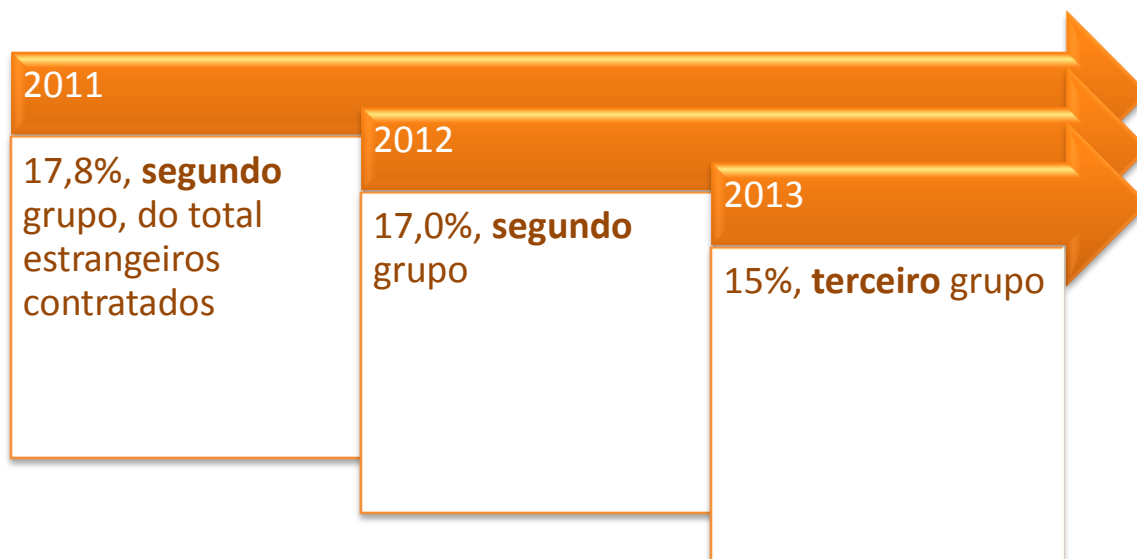
Profissionais das Ciências e das Artes:



Média de homens estrangeiros contratados nos três anos: 65,9%

Média de mulheres: 34,1%

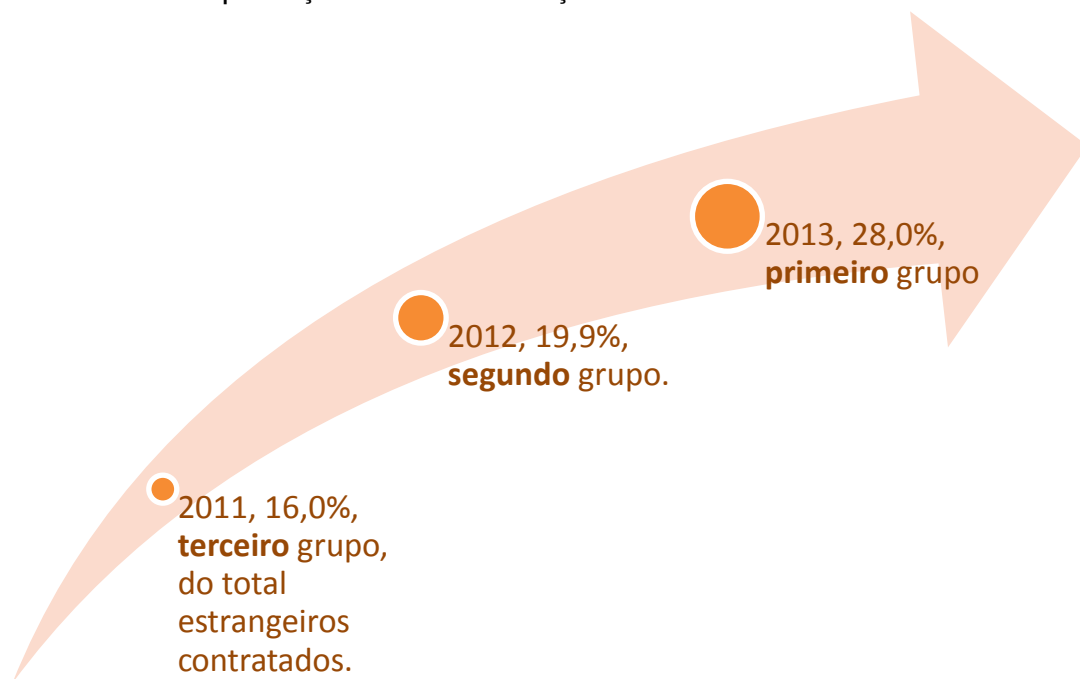
Diretores e Gerentes



Média de homens estrangeiros contratados nos três anos: 77,2%

Média de mulheres: 22,8%

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais:



Média de homens estrangeiros contratados nos três anos: 84,6%

Média de mulheres: 15,4%

Tendências observadas:

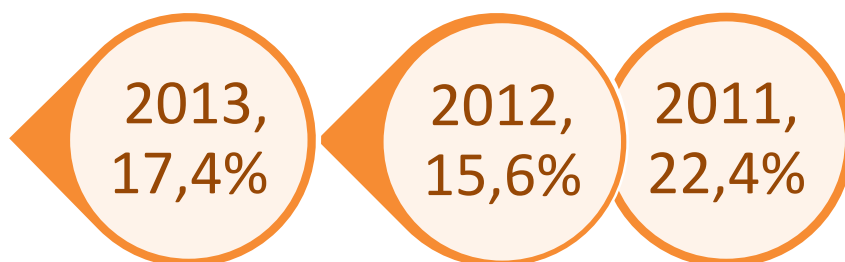
- grupo que mais empregou trabalhadores estrangeiros oriundos da América Latina.
- concentração gradativa nesse grupo ocupacional, que pode estar sendo estimulada pelo aumento de alguns coletivos originários da América Latina e o Caribe (haitianos, peruanos, paraguaios, bolivianos), com perfis específicos que se adequam mais às demandas desse grupo ocupacional.

As principais ocupações por nacionalidade

- **Haitianos** estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega haitianos, de 2011 a 2013:



- Também o grupo ocupacional *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*.

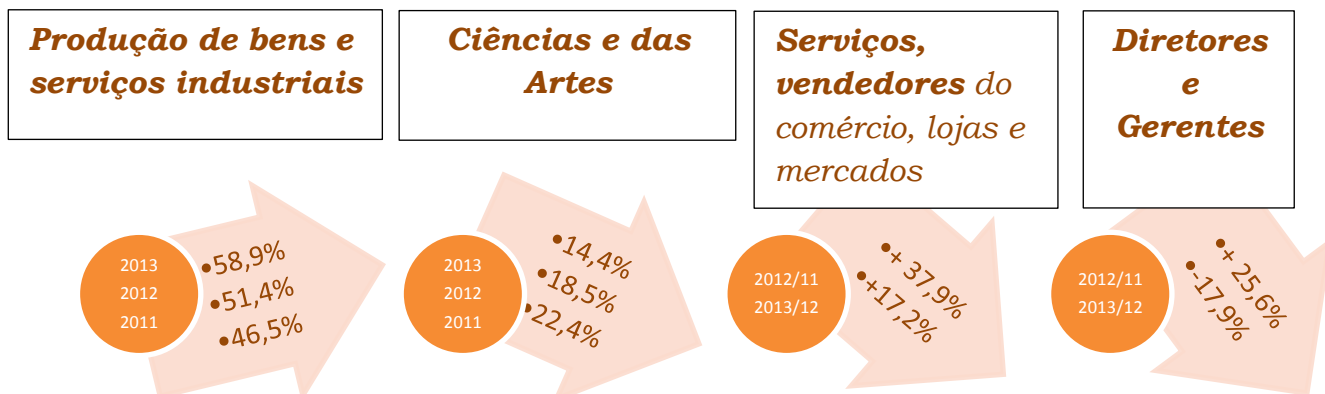


- **Portugueses**, distribuídos em diferentes segmentos, não existe *um* grupo ocupacional que os concentre. Por exemplo:



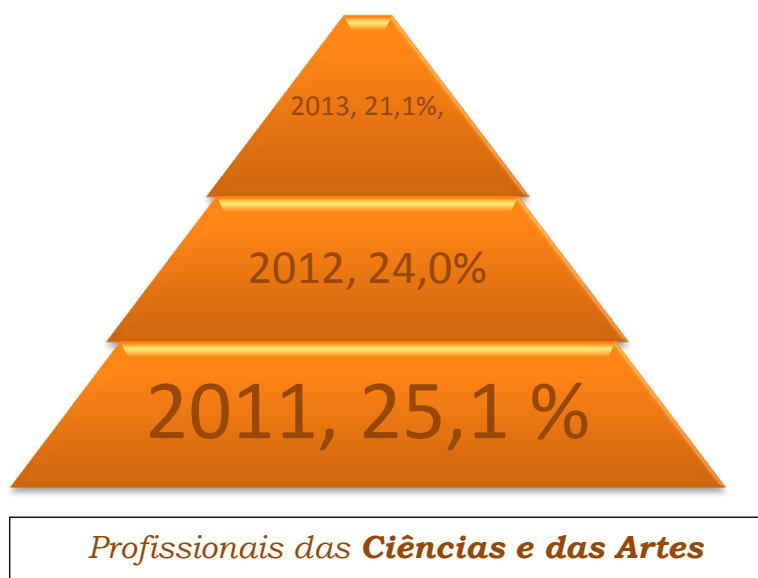
- **Bolivianos**

Concentrados, principalmente, em dois grupos ocupacionais:



- **Espanhóis:**

Concentrados, principalmente, num grupo ocupacional:



Diretores e Gerentes

2013, 31%

2012, 29,0%

2011, 28,0%;

4. Autorizações e vistos concedidos para trabalhos

Tuíla Botega²⁰
Gabrielle Palermo²¹
Tânia Tonhati²²
Jaqueline Lopes²³

Nesta seção apresentaremos o panorama geral sobre as autorizações de trabalho concedidas para imigrantes pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da Coordenação Geral de Imigração – CGI e pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg.

É importante ter em mente que, no Brasil, a concessão de autorizações para imigrantes é de competência de três pastas governamentais: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério das Relações Exteriores – MRE e Ministério da Justiça – MJ. Nesse sentido, o que apresentamos aqui são os dados das resoluções normativas de competência do MTE no período de 2011-2013²⁴.

4.1. Principais tipos de vistos e autorizações

A Tabela 4.1 apresenta informações sobre o número total de autorizações de trabalho – temporárias²⁵ e permanentes²⁶ – concedidas para homens e mulheres imigrantes no Brasil.

Tabela 4.1 Autorizações concedidas, por sexo, segundo o tipo de autorização. Brasil 2011, 2012, 2013

Categoria da autorização	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	67.728	60.675	7.053	70.080	62.806	7.274	62.646	55.595	7.051
Temporárias	63.995	57.450	6.545	61.870	55.860	6.010	56.886	50.793	6.093
Permanentes	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958

Fonte: MTE: CGI/CNIg

²⁰ Mestranda em Ciências Sociais pelo CEPPAC e pesquisadora do OBMigra

²¹ Doutoranda em Demografia e pesquisadora do OBMigra

²² Doutoranda em Sociologia e coordenadora executiva do OBMigra.

²³ Estatística e pesquisadora do OBMigra

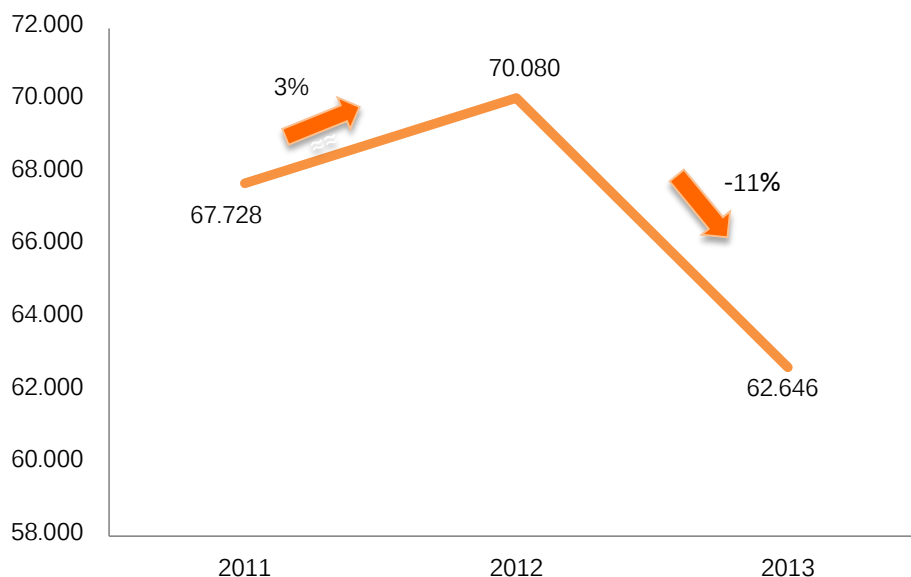
²⁴ A título de exemplo, está o caso da RN 97, cuja finalidade é a de conceder vistos humanitários para haitianos, que não consta neste relatório, uma vez que é de competência do MRE.

²⁵ Para fins desse relatório entendemos por autorizações temporárias aquelas que permitem a estadia dos imigrantes no Brasil por até 1 ano.

²⁶ Consideramos como autorizações permanentes aquelas que permitem a estadia dos imigrantes no Brasil por no mínimo 1 ano.

Segundo os dados do MTE, em 2011, o somatório das autorizações temporárias e permanentes totalizou 67.728 concessões para imigrantes no Brasil. Já em 2012, o número total sobe para 70.080, sendo este o maior índice entre os anos analisados. Por fim, em 2013, foram emitidas 62.646 autorizações no total. As variações dos índices do período de 2011-2013 estão ilustradas no gráfico abaixo.

Gráfico 4.1 Total de autorizações concedidas no período de 2011-2013



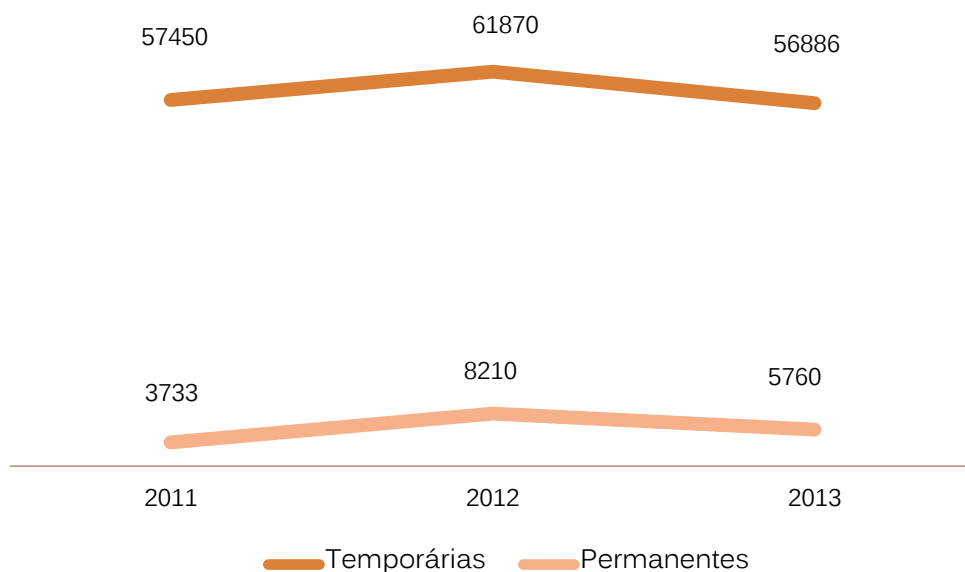
Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Conforme ilustrado acima, percebemos um aumento de 3% no número de autorizações concedidas no ano de 2012, em comparação com o ano anterior, e uma queda de 11% no período de 2012-2013.

Também de acordo com as informações da Tabela 4.1 é possível fazer uma comparação entre o número de autorizações temporárias e permanentes que foram concedidas no período de 2011-2013.

Chama atenção o ano de 2012, onde encontramos o maior número de autorizações permanentes do período: 8.210 diante de 61.870 autorizações temporárias. Em 2011 foram 63.995 autorizações temporárias e 3.733 permanentes e, por fim, em 2013, foram 56.886 autorizações temporárias e 5.760 permanentes.

Gráfico 4.2 Variação do total das autorizações concedidas, segundo o tipo, 2011-2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

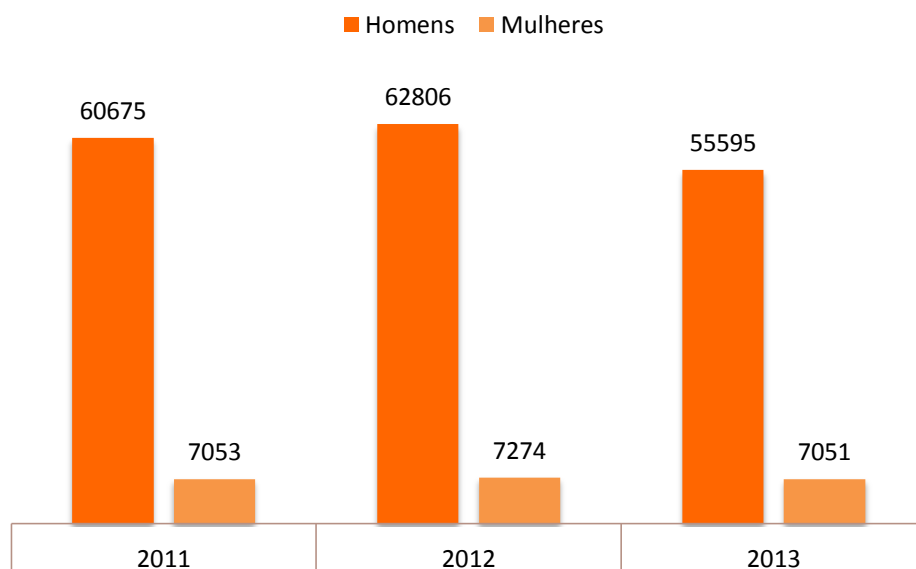
Quando utilizamos o início do período analisado (2011) como comparativo para os outros anos, temos o seguinte quadro: por um lado, queda de 3% no período de 2011-2012 e de 11% no de 2011-2013 para as autorizações temporárias; e, por outro lado, teremos o quadro inverso: aumento de 120% no período 2011-2012 e de 54% no de 2011-2013 para as autorizações permanentes.

Nesse sentido, podemos inferir, a partir dos dados do MTE, que há uma tendência decrescente na quantidade de autorizações temporárias e uma tendência crescente na quantidade de autorizações permanentes concedidas no período de 2011-2013.

4.1.1 Tipos de autorizações concedidas segundo o sexo:

Quando analisamos os dados das autorizações concedidas para imigrantes no Brasil a partir do sexo, percebemos que há uma maior presença de homens nas bases do MTE-CGIg/ CNIg em comparação às mulheres, tanto para os que receberam de autorizações permanentes quanto para as temporárias.

Gráfico 4.3 Total de autorizações concedidas, segundo o sexo, 2011-2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Em média são concedidas 59.692 autorizações para homens e 7.126 para mulheres imigrantes no Brasil. Tanto no caso dos homens, quanto das mulheres imigrantes, que recebem as autorizações de trabalho no Brasil, há um predomínio das autorizações temporárias.

Avançando na análise, percebe-se um aumento significativo, no período de 2011 a 2013, no número de autorizações permanentes concedidas para mulheres: foram 508 em 2011, 1.264 em 2012 e 958 em 2013. Se pensarmos em termos relativos, perceberemos um aumento de 149% do ano de 2011 para 2012; e de 88% do ano de 2011 para 2013.

Em suma, ao analisarmos as autorizações temporárias e permanentes segundo o sexo, fica evidente a tendência já mencionada de diminuição das autorizações temporárias e incremento das autorizações permanentes.

4.1.2 Tipos de autorizações concedidas segundo as Resoluções Normativas (RNs):

Passamos agora para a análise das principais autorizações *temporárias* concedidas pelo MTE via CGIg e pelo CNIg, segundo as Resoluções Normativas (RNs), no período de 2011 a 2013.

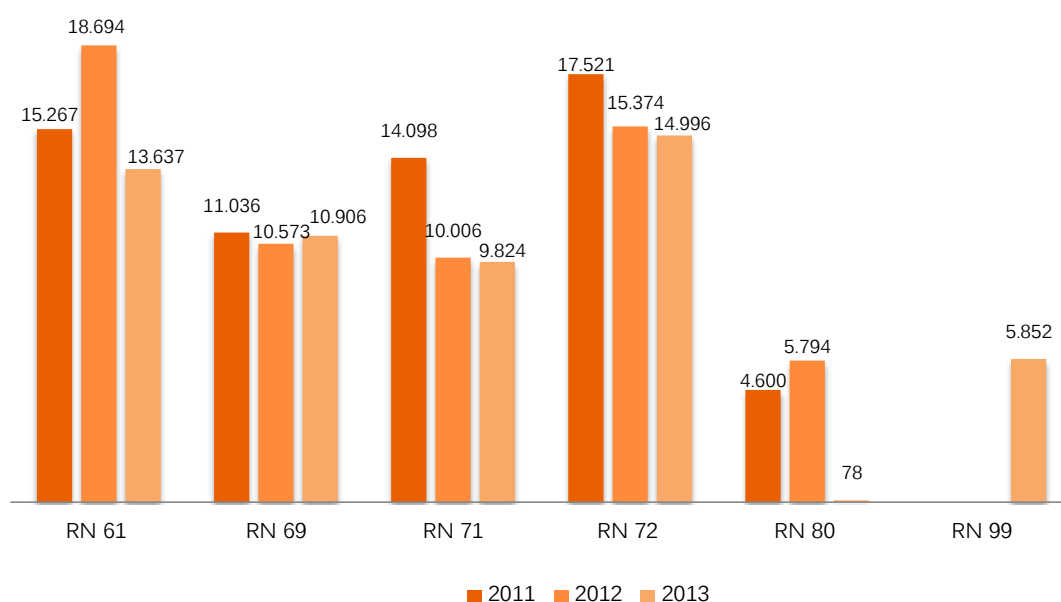
Tabela 4.2 Principais autorizações temporárias

Temporárias
RN 61 – Profissional estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil. Assistência técnica ou transferência de tecnologia.
RN 69 – Artista estrangeiro para realização de evento no Brasil.
RN 71 – Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil.
RN 72 – Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil.
RN 99 – Estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil.

Fonte: MTE: CGI/CNIg

O gráfico abaixo sintetiza as informações sobre essas resoluções normativas ao longo do período de 2011 a 2013.

Gráfico 4.4 Número de autorizações temporárias, segundo as RNs, Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

Em números absolutos, percebemos que, no período de 2011 a 2013, as resoluções normativas de número **RN 72** – referente ao trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira – e a **RN 61** – referente ao profissional estrangeiro sem

contrato de trabalho no Brasil, cuja atuação é para serviços de assistência técnica ou transferência de tecnologia – foram as que mais concederam autorizações temporárias de trabalho para imigrantes no Brasil. Isto é, nos anos de 2011 e 2013, a **RN 72** concedeu 17.521 autorizações (27% do total) e 14.996 autorizações (26% do total), respectivamente. Já em 2012, foi a **RN 61** que ocupou a primeira posição com 18.694 (ou 30%) autorizações temporárias. Essa mesma RN, nos anos de 2011 e 2013, foi a segunda que mais emitiu vistos temporários para imigrantes no Brasil, com 15.267 em 2011 e 13.637 em 2013, o que correspondeu a 24% do total das autorizações concedidas nesses anos.

No que se refere à **RN 71** - que autoriza o trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil – foram concedidas 14.098 (22%) em 2011; 10.006 (16%) em 2012 e 9.824 (17%) em 2013, ocupando o terceiro e o quarto lugar respectivamente.

Outra resolução normativa que ganha destaque pelo número de vistos temporários que concede é a **RN 69** – que autoriza artistas estrangeiros para a realização de eventos no país. O maior índice alcançado por essa resolução foi em 2011, com 11.036 autorizações (17%). Entretanto, em termos relativos, essa RN, em 2013, concedeu 19% das autorizações, o equivalente a 10.906 autorizações.

Por fim, dois aspectos sobre as resoluções normativas que concedem autorizações temporárias de trabalho merecem destaque. A **RN 80** e a **RN 99** – que versam sobre visto de trabalho e profissional estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil (de até 2 anos). A primeira porque ao longo do período de 2012-2013 sofreu uma queda brusca no número de autorizações concedidas: foi de 4.600 para 78, ou seja, uma diminuição de 98%. A segunda merece destaque porque se inicia em 2013 e já se torna responsável pela concessão de 5.852 autorizações de trabalho (ou 10% do total). Tais dados encontram-se ilustrados na tabela abaixo.

Tabela 4.3 Peso (%) do número de autorizações temporárias, segundo as RNs.

Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011		2012		2013	
	Total	%	Total	%	Total	%
RN 61	15.267	24%	18.694	30%	13.637	24%
RN 69	11.036	17%	10.573	17%	10.906	19%
RN 71	14.098	22%	10.006	16%	9.824	17%
RN 72	17.521	27%	15.374	25%	14.996	26%
RN 80	4.600	7%	5.794	9%	78	0,10%
RN 99	-		-		5.852	10%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

No que se refere às autorizações *permanentes*, destacamos como as principais resoluções normativas que emitem essa modalidade de visto de trabalho:

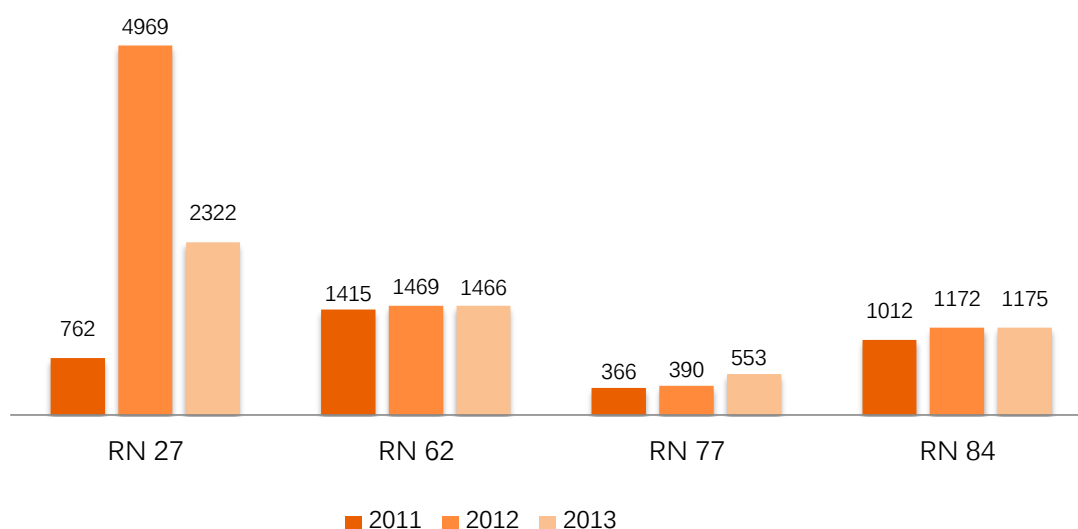
Tabela 4.4 Principais autorizações permanentes

Permanentes ²⁷
RN 27 – Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNlg.
RN 62 – Administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância.
RN 77 – Estrangeiro em união estável com brasileiro.
RN 84 – Estrangeiro investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil.

Fonte: MTE: CGlg/CNlg

O gráfico abaixo sintetiza as informações sobre essas resoluções normativas ao longo do período de 2011 a 2013.

Gráfico 4.5 Número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGlg/CNlg

Em números absolutos, percebemos que, no ano de 2011, a **RN 62** – a qual se refere a administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância – ocupou o primeiro lugar com 1.415 autorizações, o que representa 38% do total. Em segundo lugar, consta a **RN 84** – destinada aos investidores estrangeiros pessoa física – com 1.012 autorizações, ou 27% do total, seguida da **RN 27** – a que responde aos casos omissos e às situações especiais que chegam ao Conselho Nacional de Imigração – com 762 autorizações, o equivalente a 20% do total. Por fim, em quarto lugar, está a **RN 77** – destinada aos estrangeiros que possuem união estável com

²⁷ Mais uma vez lembramos que a RN 97, cuja finalidade é a de conceder vistos humanitários para haitianos, não consta neste relatório tendo em vista que é de competência do MRE.

brasileiros – que apresentou 366 autorizações, ou seja, 10% do total das autorizações de trabalho concedidas naquele ano.

Tabela 4.5 Peso (%) do número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011		2012		2013	
	Total	%	Total	%	Total	%
RN 27	762	20%	4.969	60%	2.322	40%
RN 62	1.415	38%	1.469	18%	1.466	25%
RN 77	366	10%	390	5%	553	10%
RN 84	1.012	27%	1.172	14%	1.175	20%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

Quando analisamos os dados referentes aos anos de 2012 e 2013 percebemos uma nova situação. Há um grande aumento na quantidade de autorizações permanentes concedidas via a **RN 27** – 4.969 vistos em 2012 e 2.322 em 2013, o que correspondeu a 60% e 40% do total de autorizações permanentes concedidas em cada um dos anos respectivamente. Como já ressaltamos anteriormente, essa resolução é responsável por todas as autorizações que se enquadram nos casos omissos ou situações especiais às quais o governo brasileiro deve dar um retorno.

Isso fez com que a **RN 62** passasse a ocupar a segunda posição com 1.469 vistos em 2012 (18%) e 1.466 (25%) em 2013. Já a **RN 84**, com 1.172 vistos em 2012 (14%) e 1.175 em 2013 (20%), ocupou o terceiro lugar. E, por fim, a **RN 77**, que permaneceu na quarta posição durante todo o período analisado, com 390 autorizações em 2012 (5%) e 553, o equivalente a 10% das autorizações permanentes concedidas em 2013.

Essa nova situação fica ainda evidente se analisarmos a variação das autorizações permanentes concedidas por cada resolução normativa, conforme é apresentado na Tabela abaixo:

Tabela 4.6 Variação do número de autorizações permanentes, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011	Variação	2012	Variação	2013	2011-2013
RN 27	762	517%	4.969	-50%	2.322	205%
RN 62	1.415	4%	1.469	-0,20%	1.466	3,60%
RN 77	366	6%	390	42%	553	51%
RN 84	1.012	16%	1.172	0,20%	1.175	16%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

Nesse sentido, podemos reforçar novamente a tendência já apontada a partir dos dados do MTE de estabilidade no número de autorizações permanentes concedidas no período de 2011 a 2013, especificamente a partir da redução das autorizações concedidas para os imigrantes que vieram ao Brasil para desempenhar atividades laborais que dizem respeito à gestão de empresas (RN 62) – média de 1.450 autorizações – e aos investimentos (RN 84) – média de 1.120 autorizações. Por outro lado, a RN 27 que cuida dos casos omissos e situações especiais deliberadas pelo Conselho ganha um grande destaque. Como exemplo citamos o caso dos imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil sem visto de trabalho ou os casos dos imigrantes que tiveram os seus pedidos de refúgio negados pelo CONARE, por não se enquadrarem na categoria de refugiados, o que gerou uma nova demanda para o Estado brasileiro. Em resposta a isso, o CNIg passou a conceder autorizações de trabalho por razões humanitárias para atender à demanda dos imigrantes.

Em suma, as principais resoluções normativas que concedem autorizações *permanentes* (de no mínimo 1 ano) para imigrantes se inserirem no mercado de trabalho brasileiro são as RNs 27, 62, 77 e 84.

4.2. Perfil dos imigrantes com autorização permanente no Brasil:

Neste tópico vamos analisar o tipo específico de autorizações permanentes a partir das seguintes categorias: *nacionalidade, escolaridade e grupo ocupacional*.

4.2.1 Nacionalidade:

A tabela abaixo apresenta os principais países de onde vieram os imigrantes que receberam autorizações permanentes para trabalhar no Brasil no período de 2011-2013.

Tabela 4.7 Autorizações permanentes concedidas, segundo a nacionalidade e o sexo, no período de 2011 a 2013 (10 primeiras nacionalidades)

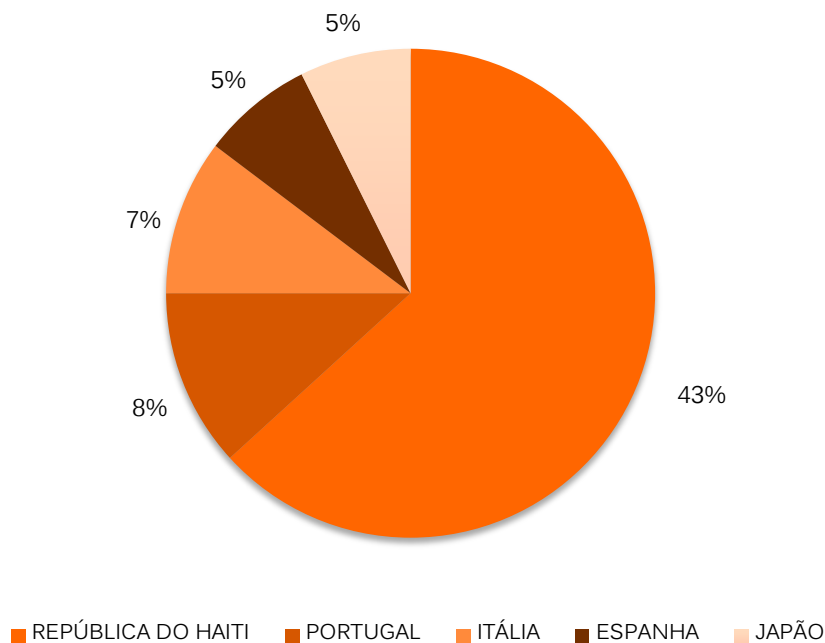
País de Nacionalidade	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3225	508	8210	6946	1264	5760	4802	958
república do Haiti	705	582	123	4825	3988	837	2068	1629	439
Portugal	325	285	40	505	442	63	541	461	80
Itália	353	320	33	442	386	56	510	443	67
Espanha	279	258	21	338	313	25	364	320	44
Japão	299	288	11	316	312	4	332	325	7
França	235	191	44	283	239	44	326	239	87
China	278	217	61	203	164	39	243	195	48

Estados Unidos da América	204	179	25	240	207	33	223	188	35
Coréia do sul	146	143	3	95	92	3	125	121	4
Alemanha	95	76	19	99	88	11	85	80	5

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

A partir dessas informações é possível contabilizar um total de 17.703 autorizações permanentes que foram concedidas pelo MTE via CGIg e pelo CNIg no período de 2011 a 2013. Desse total, percebemos um predomínio de autorizações concedidas para imigrantes haitianos (7.598 no total), portugueses (1.371), italianos (1.305), espanhóis (981) e japoneses (947).

Gráfico 4.6 Total de autorizações permanentes concedidas, segundo a nacionalidade. Brasil 2011, 2012, 2013



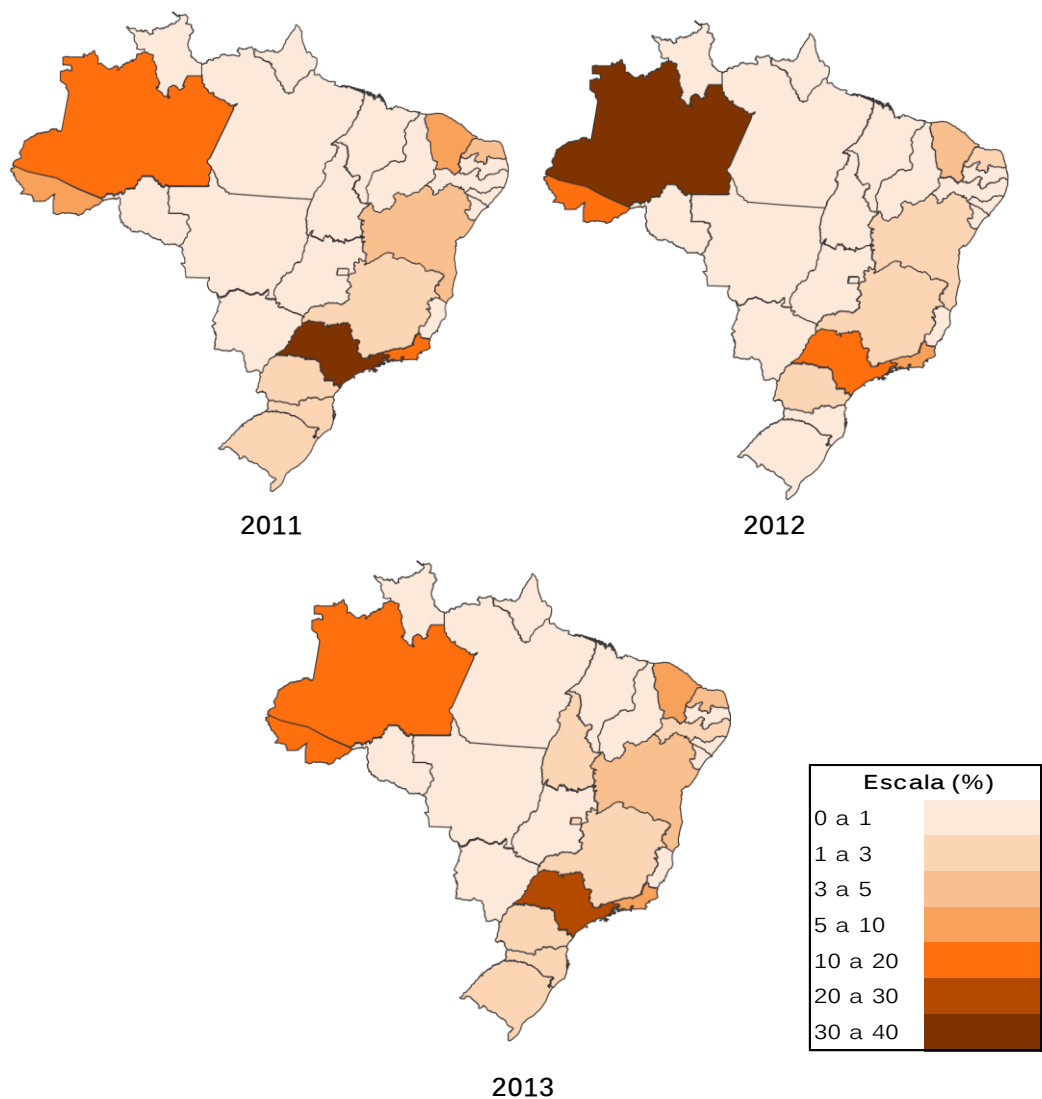
Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Chama atenção, no período considerado, o aumento das autorizações permanentes concedidas para imigrantes haitianos: em 2011 foram 705 autorizações, o que corresponde a 19% do total; já em 2012, houve um aumento significativo, que representou 59% do total de autorizações permanentes concedidas nesse ano, o equivalente a 4.826 autorizações. Por fim, em 2013, os imigrantes haitianos receberam 36% das autorizações permanentes concedidas pelo MTE via CGIg e CNIg, com 2.068 autorizações.

Esse destaque da presença da nacionalidade haitiana nos dados também se faz pertinente quando analisamos as autorizações permanentes concedidas para *mulheres* imigrantes. Nesse caso específico, percebemos que em todos os anos analisados há um predomínio da nacionalidade haitiana: 24% das autorizações permanentes concedidas para mulheres em 2011, 66% em 2012 e 46% em 2013.

4.2.2 Regiões de destino – Unidades da Federação

Mapa 4.1 Distribuição de autorizações permanentes concedidas, por Unidades Federativas, no período de 2011 a 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

Observando o mapa acima, percebemos a importância das regiões *Sudeste e Norte* no que se refere ao número de imigrantes com autorizações permanentes.

No ano de 2011, 51% dos imigrantes se dirigiam pra a região Sudeste, com destaque especial para os Estados de *São Paulo e Rio de Janeiro*.

Entretanto, a partir do ano de 2012, houve um grande aumento de imigrantes no Norte do país, especialmente nos Estados do *Acre e do Amazonas*. Essa região passou a abarcar 58% dos imigrantes que receberam autorizações permanentes em todo o Brasil. Por fim, em 2013, as regiões Sudeste e Norte praticamente empatam com 40% e 37%, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta os dados referentes às principais Unidades da Federação que receberam imigrantes, no período de 2011 a 2013.

Tabela 4.8 Principais Unidades Federativas, segundo autorizações permanentes. Brasil 2011, 2012, 2013

Unidades Federativas	2011	Variação	2012	Variação	2013	Variação 2011-2013
São Paulo	1.374	17%	1.610	-3%	1.566	14%
Acre	246	406%	1.245	-12%	1.098	346%
Amazonas	503	598%	3.511	-75%	862	71%
Rio de Janeiro	415	14%	475	14%	541	30%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

4.2.3 Escolaridade

Outra variável importante para desenhar o perfil dos imigrantes permanentes no Brasil é a escolaridade. A tabela abaixo traz informações sobre esse aspecto:

Tabela 4.9 Autorizações permanentes, por sexo, segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013

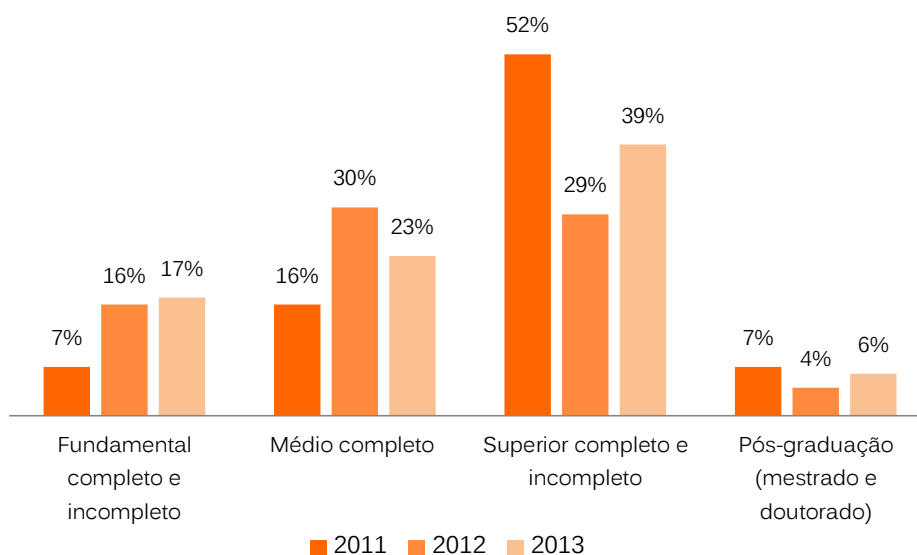
Nível de Escolaridade	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958
Fundamental Incompleto	9	7	2	37	32	5	17	9	8
Fundamental Completo	272	236	36	1.281	1.077	204	970	761	209
Médio Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Médio Completo	587	496	91	2.438	2.054	384	1.307	1.073	234
Superior Incompleto	61	46	15	290	222	68	106	86	20
Superior Completo	1.882	1.714	168	2.137	1.916	221	2.118	1.889	229
Mestrado	170	159	11	253	230	23	250	225	25
Doutorado	80	67	13	106	84	22	116	96	20
Ignorado	672	500	172	1.668	1.331	337	876	663	213

Fonte: MTE: CGI/CNIg

Para analisar o nível de escolaridade dos imigrantes permanentes no Brasil, consideramos 4 categorias de análise: *nível fundamental (completo e incompleto)*; *nível médio*; *nível superior (completo e incompleto)*; *pós-graduação (mestrado e doutorado)*. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 4.7 Autorizações permanentes segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

No ano de 2011, foram registrados 1.943 imigrantes com nível superior completo ou incompleto, o que corresponde a mais da metade dos imigrantes que receberam autorizações permanentes nesse ano, isto é, 52%.

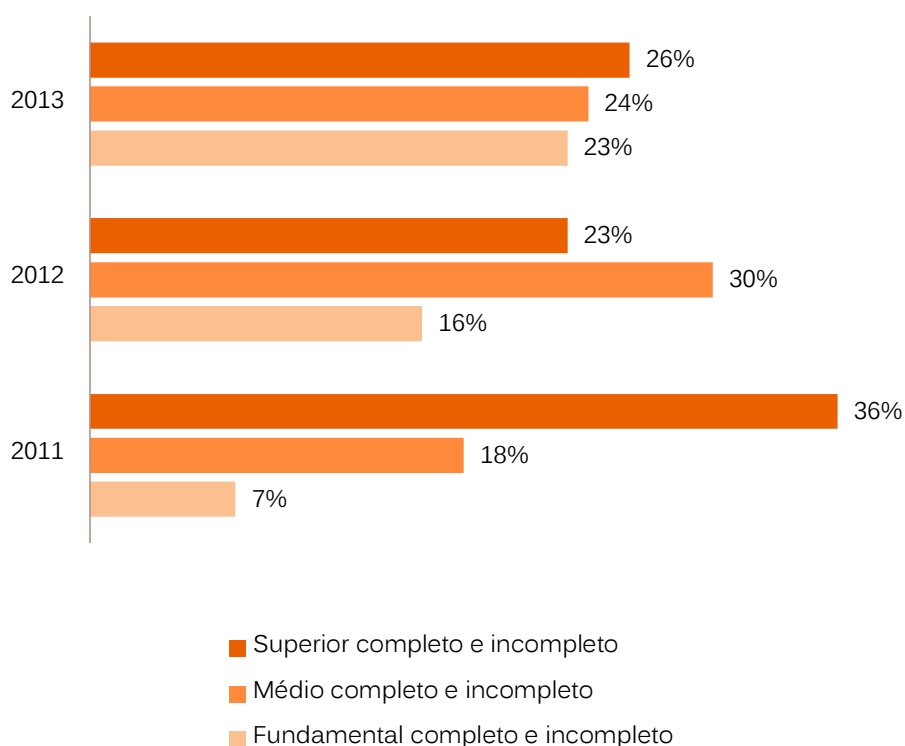
Já nos anos de 2012 e 2013 percebemos uma maior diversificação dos níveis de escolaridade, a partir do incremento de imigrantes com nível médio e nível fundamental completo ou incompleto. Nesse sentido, em 2012, os imigrantes com nível médio superaram, ainda que por pouco, os imigrantes com nível superior completo ou

incompleto. Isso porque foram registrados 2.438 imigrantes com nível médio em comparação com 2.427 imigrantes com nível superior, o que significa que 30% dos imigrantes que receberam autorizações permanentes, em 2012, tinham nível médio completo. Já os que tinham ensino superior completo ou incompleto, ocuparam a segunda posição com 29%. O terceiro lugar foi ocupado pelos imigrantes de nível fundamental completo ou incompleto, com 16%.

Por fim, em 2013, os imigrantes com nível superior completo ou incompleto voltaram ao primeiro lugar, com 39%, seguidos dos de nível médio, com 23% e dos de nível fundamental completo ou incompleto, com 17%. Em todo o período, a taxa dos imigrantes que possuíam mestrado ou doutorado variou entre 4% e 7%.

No que se refere às *mulheres imigrantes*, é possível perceber um aumento das que possuíam nível fundamental e médio de escolaridade e uma queda nas de nível superior, vejamos:

Gráfico 4.8 Nível de escolaridade de mulheres imigrantes permanentes. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

4.2.4 Autorizações permanentes, por sexo, segundo os principais grupos ocupacionais:

Por fim, analisamos os principais grupos ocupacionais que os imigrantes com autorizações permanentes ocupam no mercado de trabalho brasileiro²⁸. A tabela abaixo sintetiza os dados a respeito:

Tabela 4.10 Autorizações permanentes segundo grupo ocupacional, por sexo.

Brasil 2011, 2012, 2013

Ocupações	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958
Diretores e gerentes	1.379	1.247	132	1.374	1.235	139	1.353	1.219	134
Prof. Ciências e Artes	1.131	1.023	108	1.348	1.221	127	1.408	1.248	160
Tec. Nível médio	111	93	18	155	136	19	166	126	40
Trab. De serv. administrativo	-	-	-	8	7	1	8	5	3
Trab. Serviços e vendedores	89	68	21	21	15	6	14	10	4
Trab. agrop. flor. e da pesca	10	10	0	5	5	0	3	3	0
Trab. Prod. Bens e Serv. Industriais	20	17	3	16	14	2	20	19	1
Ocup. Elementares	1	1	0	-	-	-	2	2	0
Ignorado	992	766	226	5.283	4.313	970	2.786	2.170	616

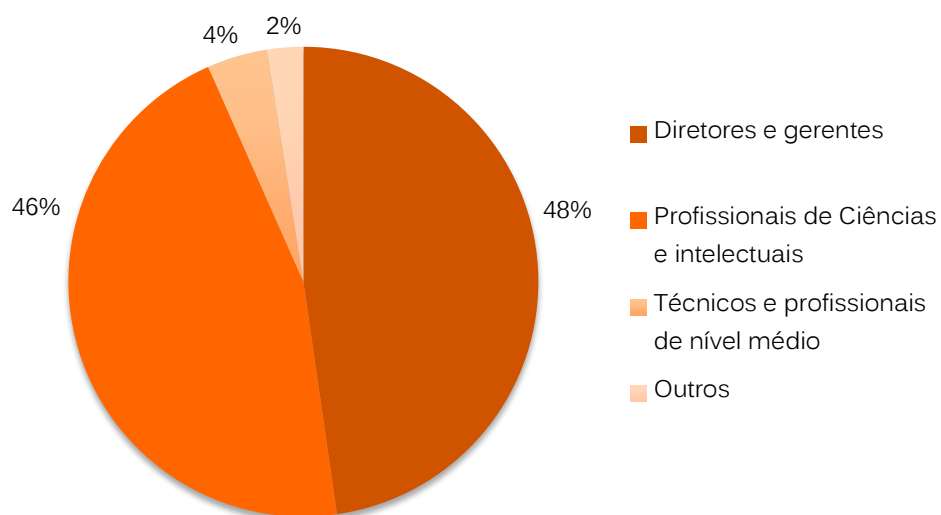
Fonte: MTE: CGI/CNIg

É possível perceber que os grupos ocupacionais que mais contam com a presença de imigrantes com autorizações permanentes, sejam eles homens ou mulheres, são: o dos Diretores e Gerentes e o dos Profissionais das Ciências e das Artes. Do total de 17.703 autorizações esses receberam 23% e 22%, respectivamente. Em terceiro lugar, com 2%, temos o grupo ocupacional dos técnicos e profissionais de nível médio.

28 Lembramos que as autorizações emitidas pelo MTE não refletem o número de imigrantes que se inseriram no mercado de trabalho, uma vez que o imigrante pode receber a autorização e não entrar no país. Para ver os dados sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro vide os dados da RAIS, apresentados neste documento.

Gráfico 4.9 Autorizações permanentes, segundo os principais grupos ocupacionais.

Brasil 2011, 2012, 2013

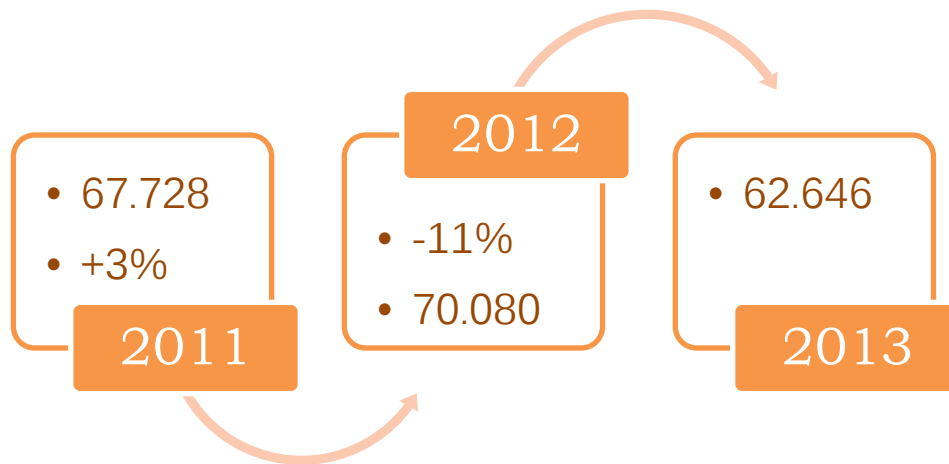


Fonte: MTE: CGIg/CNIg

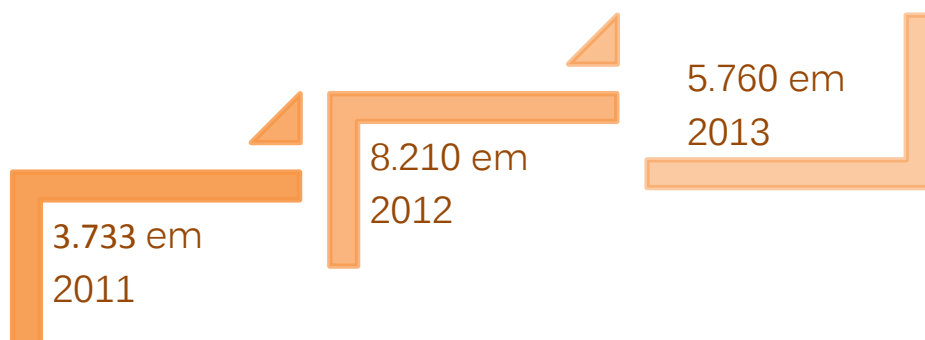
A seguir apresentamos um quadro sinótico das principais tendências a partir da base do CGIg/CNIg.

4.3 Quadro sinóptico – dados do MTE- CGI/CNIg

O somatório das autorizações temporárias e permanentes, nos anos de 2011 a 2013:



A variação das autorizações permanentes, nos anos de 2011 a 2013:



A tendência de aumento das autorizações permanentes e diminuição
das autorizações temporárias



Autorizações
permanentes



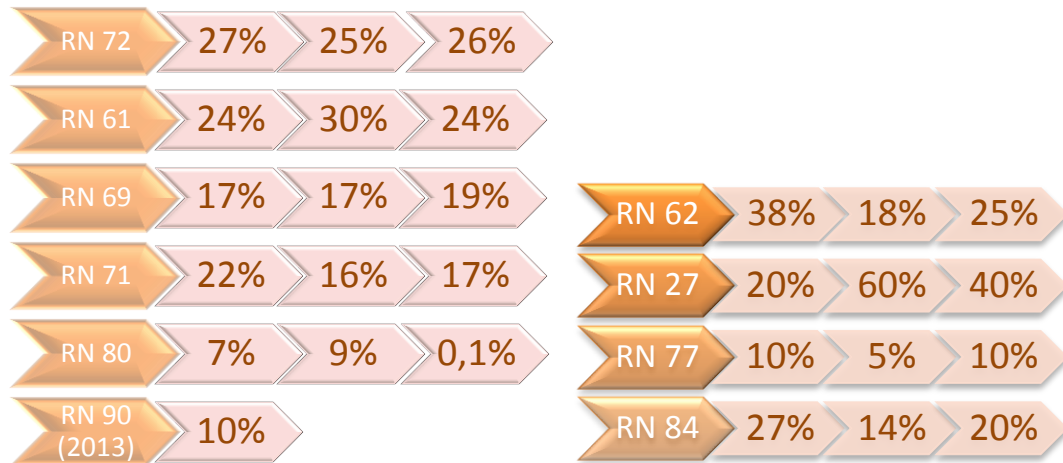
Autorizações
temporárias

Há uma maior presença de **homens** em comparação às mulheres, tanto para os solicitantes de autorizações permanentes quanto para os temporários.

Há um **aumento** significativo, no período de 2011 a 2013, no número de **autorizações permanentes** concedidas para mulheres.

Resoluções Normativas Temporárias

Resol. Normativas Permanentes



Destaque para as autorizações permanentes para os **haitianos**



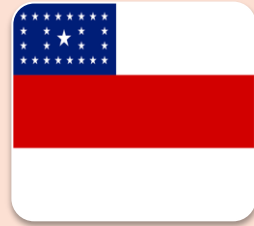
Em 2011:
1.374
Em 2012:
1.610
Em 2013:
1.566



Em 2011:
415
Em 2012:
475
Em 2013:
541



Em 2011:
246
Em 2012:
1.245
Em 2013:
862



Em 2011:
503
Em 2012:
3.511
Em 2013:
862

Escolaridade

2011, foram registrados 1.943 imigrantes com nível superior completo ou incompleto, o que corresponde a mais da metade dos imigrantes que receberam autorizações permanentes nesse ano, isto é, 52%

2012 e 2013 percebemos uma maior diversificação dos níveis de escolaridade, a partir do incremento de imigrantes com nível médio e nível fundamental completo ou incompleto

No que se refere às *mulheres imigrantes*, é possível perceber um aumento das que possuíam nível fundamental e médio de escolaridade e uma queda nas de nível superior.

Ocupação

Os grupos ocupacionais que mais contam com a presença de imigrantes com autorização permanentes, sejam eles homens ou mulheres, são:

Diretores e Gerentes e o dos Profissionais das ciências e intelectuais. Do total de 17.703 autorizações esses receberam 23% e 22%, respectivamente.

Em terceiro lugar com 2%, temos o grupo ocupacional dos técnicos e profissionais de nível médio.

5. Relacionamento e complementariedade entre as bases de dados analisadas

Antônio Tadeu Oliveira²⁹

O Informe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para 2014 trabalhou com as bases de dados de pesquisas domiciliares, Censos Demográficos 2000 e 2010, fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de registros administrativos, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Coordenação Geral de Imigração (CGI), para os anos de 2011 a 2013, bases do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

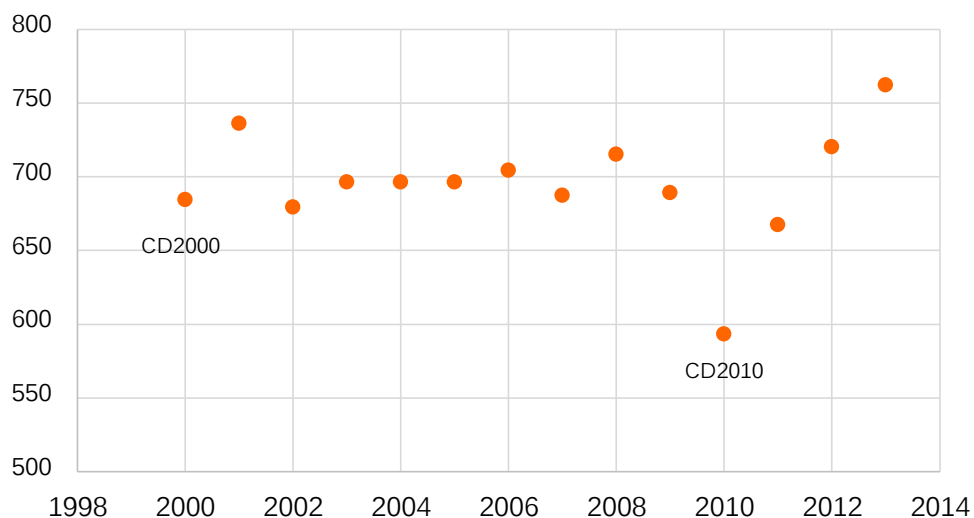
Muito embora cada uma dessas bases cumpra objetivos específicos e díspares entre si, ou seja, não foram pensados para que tivessem perfeita harmonização, é possível buscar estabelecer algumas relações e complementariedades no que tange o potencial para os estudos e implementação de políticas públicas associadas à migração internacional.

Apesar de não ter sido objeto de análise mais detalhada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no seu formato tradicional, poderia fornecer informações que possibilitasse acompanhar a evolução do estoque de imigrantes no país. Não obstante as flutuações amostrais observadas ao longo da década de 2000, inclusive com a informação de estrangeiros do Censo Demográfico de 2010 passando abaixo da ligeira tendência de queda estabelecida pela PNAD, os anos iniciais da década de 2010 parecem sinalizar para um início de crescimento consistente do indicador, não observado nos últimos 14 anos e coerente com outras evidências (Gráfico 5.1).

O problema é que com a descontinuidade da PNAD tradicional, prevista para ocorrer a partir de 2015, esses dados não estarão mais disponíveis. Agora é esperar que o IBGE divulgue a forma como as migrações passarão a ser investigadas no questionário básico da PNAD Contínua, de modo a identificar se é possível incorporar aos estudos do OBMigra os dados desse novo levantamento.

²⁹ Doutor em demografia e Coordenador Estatístico do OBMigra.

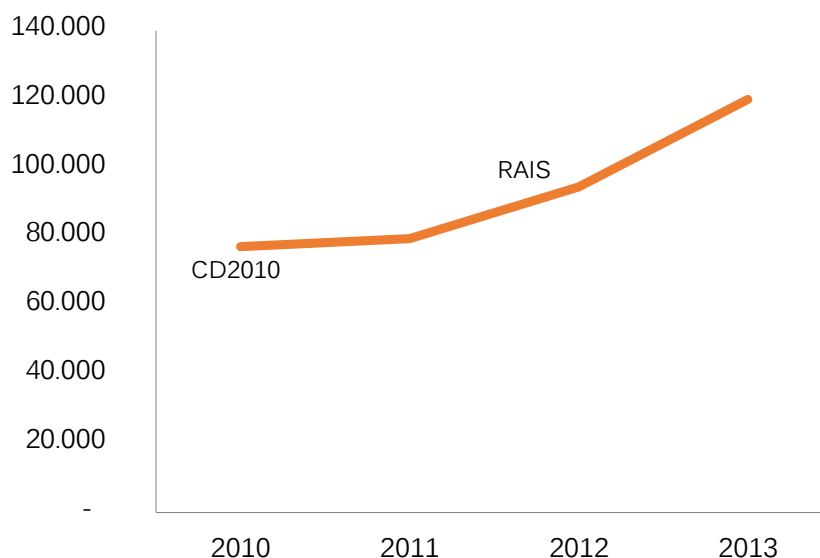
Gráfico 5.1 Imigrantes internacionais, Brasil 2000-2013



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 e PNADs 2001 a 2009 e 2011 a 2013

Avançando nas associações possíveis, o Gráfico 5.2 permite verificar a aderência entre os estrangeiros empregados com carteira assinada, sob o regime jurídico e único e empregadores observados no Censo Demográfico de 2010, e a tendência de crescimento do estoque de estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, informada pela RAIS, sobretudo pelo fato do ritmo de crescimento apontado por essa fonte estar muito influenciado pelas especificidades associadas à chegada de haitianos, cuja parcela expressiva se integrou ao mercado de maneira formalizada.

Gráfico 5.2 Estrangeiros no mercado formal de trabalho, Brasil 2010-2013



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e MTE, Relação Anual de Informações Sociais, 2011 a 2013.

Entre os dados da CGI e das RAIS também é possível identificar algumas regularidades, muito embora a primeira fonte seja uma proxy dos fluxos da entrada regular de migrantes e a outra trate do estoque de estrangeiros no mercado formal de trabalho. Na RAIS, a variável “tempo de chegada” possui a categoria “menos de 1 ano”, como nessa fonte só os estrangeiros que estão de forma regular no país aparecem, o número de estrangeiros com menos de um ano no país, registrados na RAIS, deveria ser menor que o número de autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e constantes das bases do CGI³⁰, sobretudo porque nem todas as autorizações concedidas pelo CNIg são para trabalho. Isso realmente é verificado quando se compara as duas fontes de dados, com uma única exceção, plenamente explicável, no que se refere aos estrangeiros oriundos dos países do Tratado do Mercosul, que não necessitam de autorização para trabalhar no Brasil.

Contudo, quando se compara os estrangeiros com menos de um ano de chegada na RAIS com as autorizações permanentes do CGI, cujo os amparos estão associados à entrada para o mercado de trabalho, a regularidade não é observada (Tabela 5.1). Isso se explica porque parte dos estrangeiros que obteve autorizações temporárias se enquadram nos requisitos que determinam quem deve ser declarado à RAIS por parte do empregador, como, por exemplo, os trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e os trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

30 Em 2013, em função as autorizações para entrada do haitianos terem sido concedidas pela RN 97, sob a responsabilidade de aplicação do MRE, a mencionada regularidade não foi constatada para essa nacionalidade.

Como para ser admitido, o trabalhador estrangeiro deve apresentar o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) ou a Carteira de Identidade do Estrangeiro (CIE), documentos que o imigrante ainda não possui quando tramita o pedido de autorização de entrada no país, uma forma de contornar esse problema seria a inclusão da variável “número do passaporte” na base da RAIS, de forma a possibilitar a ligação entre essas bases.

Tabela 5.1 Estrangeiros com menos de um ano de chegada ao Brasil e autorizações permanentes, 2011 a 2013

Ano	RAIS < 1 Ano	OBMigra	Diferença
2011	8120	3733	4387
2012	13574	8210	5364
2013(*)	24708	5760	18948

Fonte: MTE, RAIS e OBMigra, 2011 a 2013.

(*) O aumento da diferença é devido ao ingresso dos haitianos acolhidos pela RN 97, cuja concessão é de responsabilidade do MRE.

É importante destacar que a inclusão da variável “número do passaporte” na base da RAIS também permitiria a ligação com outras bases, como os Sistema de Tráfego Internacional (STI) e Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), da Polícia Federal, bem como as de vistos e autorizações concedidas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Os próximos passos apontam na seguinte direção: i) aprofundar os estudos sobre os relacionamentos possíveis entre as bases de dados à disposição do OBMigra, dado que este primeiro estudo é ainda preliminar; ii) estreitar contatos com os Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Polícia Federal para que seja possível o acesso às bases de dados dessas Instituições; e iii) identificar outras bases de registros administrativos que contenham informações sobre estrangeiros, como por exemplo, bases de dados do Ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Previdência Social e da Educação que permitam identificar o acesso dos estrangeiros a esses serviços.

6. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Compreender. a miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOYD, M. Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas *International Migration Review*, Vol. 23, No. 3, **Special Silver Anniversary Issue: International Migration** an Assessment for the 90's (autumn, 1989), p. 638-670, 1998.

CACHÓN, L. La formación de la 'España inmigrante: mercado y ciudadanía, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 97, p. 95-126, 2002.

CARVALHO, J. A. M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 13, n. 1, p. 227-237, jan./jun. 1996.

CASTELS, S.; MILLER, M. J. **The age of migration international population movements on the modern world**. Hong Kong: Macmillan, 1993.

CAVALCANTI, L., PARELLA, S. Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños. Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional. **Crítica e Sociedade: revista de Cultura Política**, v.2, p.109 -124, 2012.

CHISWICK, B. R., LIANG, L., Y., MILLAR, P. W. **Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis**," Economics Discussion / Working Papers 02-08, The University of Western Australia, Department of Economics, 2002.

DE LUCAS, J. La herida original de las políticas de inmigración. A propósito del lugar de los derechos humanos en las políticas de inmigración, **Isegoría**, n. 26, p. 59-84, 2002.

DELGADO, M. **Ciutat i immigració**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona Diegues Júnior, 1996.

EDSTROM, M. La imagen de México en Estados Unidos: la inmigración mexicana en medios impresos estadounidenses, 1980-1988. **Revista Mexicana de Sociología**, n. 43, p. 21-65, 1993.

FELDMAN-BIANCO, B. **Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas**. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997.

IBGE, Projeções da população: Brasil, e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: **Séries Relatórios Metodológicos**, vol. 40, 2013.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde pública**, S. Paulo, 8 (supl.), p. 49-90, 1974.

MARGOLIS, M. **Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

MASSEY, D.; ARANGO, J. **Worlds in motion**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MASSEY, D.; EESPINOSA, K. What's Driving Mexico-U.S. Migration? A Theoretical, Empirical and Policy Analysis. **American Journal of Sociology**, 102 (4), p. 939-999, 1997.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques [1950], **Sociologie et Anthropologie**. Paris, Presses Universitaires de France, p. 145-79, 1986.

NUNES, B. F.; CAVALCANTI, L. O imigrante e o direito à indiferença: algumas questões teóricas. In: Santin, Terezinha; Botega, Tuíla. (Org.). **Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana**. 1ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, v.1, p. 135-159, 2014.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. **Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80**. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas: Unicamp, p. 239-257, 1996.

PARELLA, S. **Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Barcelona: Anthropos, 2003.

PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. Remesas monetarias y "sociales" de los inmigrantes latinoamericanos residentes en España. In: Antonieta Delpino; Roll; Biderbost. (Org.). **Claves para la comprensión de la inmigración latinoamericana en España**. 1ed. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2013, v. , p. 165-196.

PEDONE, C. El potencial del análisis de las cadenas y redes migratorias en las migraciones internacionales contemporáneas. In: GARCÍA CASTAÑO, F. J., MURIEL LÓPEZ, C. (eds.) **III Congreso sobre la Inmigración en España. Volumen II: Ponencias. Laboratorio de Estudios Interculturales**. Granada: Universidad de Granada, 2002.

PEDONE, C. **Tu siempre jalas a los tuyos. Cadenas e rede migratorias de los ecuatorianos en España**. Tesis doctoral. Departamento de Geografía. Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.

PELLEGRINO, A. **Migrantes latinoamericanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes**. Editorial CEPAL. CELADE. S.I.; UY, 1996.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Immigrant America: a portrait**. Univ of California Press, 2006.

REIS, R.; SALES, T. **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial.
Sales, T. **Brasileiros Longe de Casa**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SILVA, S. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

SOLE, C., CAVALCANTI, L., PARELLA, S., **La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España**. Madrid: Observatório Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.

SOLÉ, C.; PARELLA, S. **Los negocios étnicos en Cataluña**. Barcelona: Fundació CIDOB, 2005. UNFPA (2006) **Estado de la población mundial 2006. Las mujeres y la inmigración internacional**." New York: UNFPA. Disponible en:
[http://www.unfpa.org/swp/2006/spanish/chapter_1/index.html], 2006.

VAN DIJK, T. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

CADERNOS DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

OBMigra
Observatório das
migrações internacionais

